

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LETÍCIA ROSA MARQUES

**JOSÉ MARIANNO DE MATTOS: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UM MULATO  
CARIOCA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)**

Porto Alegre

2013

LETÍCIA ROSA MARQUES

**JOSÉ MARIANNO DE MATTOS: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UM MULATO  
CARIOCA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margaret Marchiori Bakos

Porto Alegre

2013

## Catálogo na Fonte

M357J Marques, Letícia Rosa  
José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845) / Letícia Rosa Marques. – Porto Alegre, 2013.  
117 f.  
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.  
  
Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margaret Marchiori Bakos.  
  
1. Mattos, José Marianno de - Crítica e Interpretação.  
2. Mulato - História. 3. Elite. 4. Rio Grande do Sul – Historiografia. 5. Rio Grande do Sul - História - Guerra dos Farrapos, 1835-1845 I. Bakos, Margaret Marchiori.  
II. Título.

CDD 981.04

### **Bibliotecário Responsável**

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

LETÍCIA ROSA MARQUES

**JOSÉ MARIANO DE MATTOS: CONQUISTAS E DESAFIOS DE UM MULATO  
CARIOCA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margaret Marchiori Bakos

Aprovada com louvor em 28 de fevereiro de 2013

BANCA EXAMINADORA:

---

Presidente: Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos

---

Professor Doutor Álvaro Antonio Klafke (UPF)

---

Professora Doutora Maria Medianeira Padoin (UFSM)

Porto Alegre

2013

*Às minhas melhores inspirações:*

*Luiz, Marileni e Lisiane.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Margaret Marchiori Bakos, por partilhar comigo seu tempo e seus conhecimentos. Pela receptividade, apoio e confiança demonstrados ao longo destes dois anos e que foram fundamentais na construção deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa integral de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e aos seus professores, pelo auxílio no desenvolvimento desta dissertação.

Ao Professor Doutor Álvaro Klafke, que gentilmente aceitou participar da minha banca de defesa e à Professora Doutora Maria Medianeira Padoin, pelos primeiros ensinamentos ainda na graduação, fazendo despertar em mim o interesse pela Revolução Farroupilha.

Aos arquivos em que pesquisei, dentre eles ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/RS, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/RS, Arquivo Nacional/RJ, Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro/RJ, Biblioteca Nacional/RJ, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RJ e aos seus funcionários, pelo auxílio e atenção.

Aos “presentes” que Porto Alegre e o mestrado me proporcionaram, em especial a Luisa, Alba, Juliana, Danielle, Marcelo, Gislaine, Marcos e Dúnia. Conhecer vocês e tê-los por perto fez com que meus dias fossem muito mais felizes.

Ao Neemias, Karla, Salusa, Thaís Marques, Edson e Thais Paz, amigos que, mesmo longe, sempre se fazem presentes.

À família de coração, Tassiana, Jonas e Carolina, pela nossa amizade e companheirismo, que certamente fizeram e fazem a diferença.

À minha irmã Lisiane e meu cunhado Wojtek, por acreditarem mais em mim do que eu mesma, pelos conselhos sempre sinceros e pelos laços de carinho que nos unem.

E, principalmente, àqueles que sempre atendem aos meus telefonemas, que foram incansáveis em tudo que eu precisei e que amo de forma incondicional: meus pais Luiz e Marileni. Como já escrevi no primeiro cartãozinho que fiz na escola, aos quatro anos e meio de idade, colocando uma frase – confesso “plagiada” de minha professora na época, não poderia deixar de lembrar, o que sempre venho dizendo ao longo dos anos: vocês são “*o meu doce viver*”.

*“O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entendia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio.”*

Marc Bloch. *Apologia da História ou o ofício do historiador*, 2001, p. 83.

## RESUMO

A presente dissertação busca analisar a trajetória de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha (1835-1845). Carioca, militar e mulato, o personagem que é objeto de estudo deste trabalho se estabeleceu nos mais altos cargos, durante o movimento farrapo, ao ser Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 a 1841. Assim, acompanhando a história de Mattos, os espaços por onde circulou, os postos/cargos assumidos e as redes de relações estabelecidas que colaboraram para o sucesso de sua trajetória, pretende-se questionar uma historiografia que por muito tempo silenciou esta participação no movimento, bem como a cor deste personagem. Procurando fazer uma reflexão sobre as construções sociais existentes na primeira metade do Brasil do século XIX, e fundamentando-se em fontes diversas, principalmente nas correspondências deste período, o referido trabalho propõe pensar o mulato entre os farroupilhas, bem como no seu contexto revolucionário.

**Palavras-chave:** José Marianno de Mattos. Mulato. Elite. Revolução Farroupilha.

## ABSTRACT

This dissertation aims at analyzing the trajectory of José Marianno de Mattos in Farroupilha Revolution (1835-1845). Carioca, soldier and mulatto, the character, who is the object of study in this paper, has established himself in the highest positions during Farrapo movement as Minister of War, the Navy and Foreign Affairs, Vice-President of Rio-Grandense Republic and Replacement for the President Bento Gonçalves in some passages in the period between 1839 and 1841. Thus, it is intended to challenge a historiography that, for long time, has silenced his participation in the movement and also the skin color of this character by following the story of Mattos, the places where he circulated, the jobs / positions he assumed as well as the established social networks that contributed to the success of his trajectory. Looking for a reflection on the social constructions existing in the first half of the nineteenth century in Brazil and relying on several sources, mainly in correspondence of this period, this work proposes a deep thinking on the participation of mulatto among *farroupilhas*, as well as in its revolutionary context.

**Key words:** José Marianno de Mattos. Mulatto. Elite. Farroupilha Revolution.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul – 1840.....	73
Quadro 1 – Eleições de 1842.....	82
Quadro 2 – Hierarquia do Exército – 1831.....	96

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AHE – Arquivo Histórico do Exército

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CV – Coleção Varela

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA COR NA PRIMEIRA METADE DO PERÍODO IMPERIAL</b> .....	22
1.1 O MULATO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	29
1.2 TRAJETÓRIAS DE MULATOS NA HISTORIOGRAFIA DO BRASIL IMPERIAL.....	35
1.3 O “NEGRO” E O “MULATO” NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE.....	39
<b>2 UM CARIOCA ENTRE OS FARRAPOS – A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ATUAÇÃO DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA</b> .....	46
2.1 JOSÉ MARIANNO DE MATTOS <i>POR</i> ALFREDO VARELA.....	48
2.2 UM MINISTRO MULATO.....	53
2.3 “REPUBLICANO POR EDUCAÇÃO”: AS LIDERANÇAS FARROUPILHAS E AS ATRIBUIÇÕES DE UM BOM ESTRATEGISTA.....	60
<b>3 VOCÊ DISSE MULATO? AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS SOBRE A ATUAÇÃO E A REDE DE RELAÇÕES DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA</b> .....	66
3.1 JOSÉ MARIANNO DE MATTOS E O MOVIMENTO FARRAPO.....	68
3.2 AS ALIANÇAS, AS REDES E OS ESPAÇOS SOCIAIS.....	72
3.3 NAS LINHAS DE UM DIÁRIO: AS CARTAS DE ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA.....	82
3.4 AS CORRESPONDÊNCIAS DE UM INTERMEDIADOR NO PRATA.....	87
3.5 DE “MALDITO MULATO” A “HOMEM GENTE”: O FIM DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A ASCENSÃO POLÍTICO-SOCIAL DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS NO IMPÉRIO.....	91
<b>CONCLUSÃO</b> .....	100

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO A – Rascunho de Fés-de-Ofício de José Marianno de Mattos.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO B – Correspondência das Autoridades Militares – José Marianno de Mattos – 1834.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO C – Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra – 1864.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO D – Jornal Constitucional – Rio de Janeiro 1864.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO E – Correspondência Coleção Varela – José Marianno de Mattos - 1839.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

“*Um maldito mulato*” (FONTOURA, 1984, p.33). Como entender essa expressão em cartas ou jornais no Brasil do século XIX, onde a escravidão se fazia presente, e uma parcela significativa da população era composta por negros e mulatos que se estabeleceram como uma importante fonte de mão de obra?

Essa pode ser uma colocação um tanto que comum para essa época<sup>1</sup>, feita muitas vezes como forma de desprezo ou preconceito perante a um grupo que era excluído socialmente.

Mas qual a razão? Seria destinada a algum escravo?

E se o *maldito mulato*, ao invés de ocupar senzalas, trabalhar em estâncias ou charqueadas<sup>2</sup>, estivesse em um Ministério, à frente de importantes decisões administrativas de sua época e de homens de seu tempo?

Foi o que aconteceu nesse exemplo que trazemos. Essa afirmação foi feita por um membro da Revolução Farroupilha (1835-1845): Antônio Vicente da Fontoura, em uma carta, de 23 de janeiro de 1844, referindo-se ao então “companheiro” de luta, o Ministro da República Rio-Grandense<sup>3</sup> José Marianno de Mattos.

A asserção gera outra questão: como, em uma sociedade preconceituosa como a do Brasil Imperial, um mulato conseguiu fazer parte de altos cargos?

Essa pergunta, bem como a sua resposta, está diretamente relacionada ao problema principal que buscamos analisar neste trabalho: o porquê da construção de uma historiografia que silenciou que cargos administrativos importantes pudessem ter sido ocupados por “homens de cor”<sup>4</sup>?

---

<sup>1</sup> No Brasil, na primeira metade do século XIX, a referência ao “ser mulato” esteve, na maioria das vezes, relacionada à condição de escravo. Dessa forma, pode-se afirmar que para o referido período era um tanto que comum ver em anúncios de jornais, inventários ou em outros registros oficiais a palavra mulato, fazendo alusão a algum escravo, ou liberto. Essa colocação pode ser melhor compreendida ao analisarmos a última página do jornal O Avisador, de Porto Alegre, de 07 de agosto de 1835, onde o mesmo traz em seus anúncios de compra e venda escravos que têm a sua cor destacada. Esses eram retratados uns como sendo pretos, outros mulatos e pardos. Uma nomenclatura diferente, mas que buscava uma mesma associação, a de um indivíduo que trazia consigo a marca/sombra da escravidão.

<sup>2</sup> Os escravos que habitaram a então Província de São Pedro desempenharam um importante papel para a economia sulina, tanto em trabalhos na estância, nas charqueadas, como na pecuária.

<sup>3</sup> A República Rio-Grandense foi proclamada em 11 de setembro de 1836, pelo então General Antônio de Sousa Neto, após vitória conquistada na Batalha do Seival pelos farrapos.

<sup>4</sup> Importante destacar que outros indivíduos além de José Marianno de Mattos foram considerados “homens de cor” nesse período e ocuparam cargos de destaque político e social, como o major Bernardo Pires, Chefe de Polícia da República, e o Ministro Domingos José de Almeida.

Foi através dessa questão primordial que a presente dissertação se organizou na busca de desdobrar as dúvidas e contradições provocadas a partir do contato com a carta<sup>5</sup> de Antônio Vicente da Fontoura, datada do início do século XIX.

Tendo como contexto uma revolução que se caracterizou por ser um dos mais longos conflitos contra o Império – a Revolução Farroupilha, buscamos trazer através do personagem José Marianno de Mattos, alvo da expressão de Antonio Vicente da Fontoura, sua trajetória como um mulato junto ao movimento, bem como páginas importantes da construção social do afro-brasileiro.

Levando em consideração e nos remetendo ao título deste trabalho, as *conquistas e desafios de José Marianno de Mattos*, objetivamos também compreender como o então mulato conseguiu se inserir em espaços e cargos até então não mencionados como disponíveis a homens de cor, bem como entender a sociedade que permitiu (ou não)<sup>6</sup> o discurso de Antônio Vicente da Fontoura.

A temática da Revolução Farroupilha, um evento de grande importância tanto para a história regional, quanto para a história nacional, despertou muito interesse e discussões que foram apresentadas em formas de dissertações, teses e livros. Mas pouco foi escrito sobre a inserção/exclusão do mulato nesse movimento.

Com diferentes abordagens, por muito tempo a memória<sup>7</sup> do movimento farrapo ficou atrelada à história de importantes líderes, considerados “grandes homens”, onde as páginas sobre a participação de negros e mulatos faziam parte de uma história que por muito tempo não foi escrita<sup>8</sup>, e assim uma reafirmação de uma elite<sup>9</sup> branca como símbolo desta Revolução foi se perpetuando ao longo da história.

---

<sup>5</sup> Esses questionamentos foram inicialmente elaborados a partir do primeiro contato com fontes documentais do movimento farrapo, ainda durante a graduação, como bolsista de iniciação científica em um projeto intitulado **Os Lanceiros Negros e Revolução Farroupilha: Falas e Silêncios da Historiografia**, projeto este que teve como apoio financeiro o Fundo de Incentivo à Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria – FIPE (2009/2010) e orientação da Professora Doutora Maria Medianeira Padoin. Ver ainda Marques (2010) em trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Entre soldados e ministros: A participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)*.

<sup>6</sup> Importante lembrar que as Cartas de Antonio Vicente da Fontoura podem ser consideradas como escritas de si – nas quais as pessoas se expressam sem censura porque muitas vezes suas escritas são pensadas como um meio de comunicação sigiloso, pessoal e impúblicável.

<sup>7</sup> Fundamenta-se em Pollak (1989), quando este, ao se referir à memória, lembra que ela, “[...] ao definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3).

<sup>8</sup> Os negros e mulatos foram alguns dos diversos personagens que, inicialmente, receberam pouca atenção por parte da historiografia que estudou o XIX e que, assim como tantos outros que ainda continuam esquecidos, colaboram através da sua história para uma maior compreensão da sociedade do Brasil Imperial.

<sup>9</sup> Utiliza-se de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que, para este, trata-se “[...] de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 2006, p. 07).

Dante de Laytano (1983)<sup>10</sup>, na década de 30 do século XX, foi um dos primeiros autores a alertar em sua obra sobre a importância de ampliar as pesquisas em torno da participação do negro nesse movimento, que esteve, segundo o autor, a par dos muitos segredos revolucionários e que contava até então com um número reduzido de estudos e informações.

Mesmo com esse apelo, muito tempo se passou para que a historiografia enfim desse um maior espaço a esse grupo. Foi somente a partir dos anos 70 que nomes como Spencer Leitman (1979), Margaret Bakos (1985), Mario Maestri (1993) e Moacyr Flores (1994) se destacaram por suas pesquisas com análises mais críticas, incorporando em seus estudos a questão da participação dos negros como soldados junto às forças republicanas e a divisão social presente nesse período.

Com pesquisas mais específicas<sup>11</sup>, Raul Carrion (2005), Geraldo Hasse e Guilherme Kolling (2006), Vinicius Pereira de Oliveira e Daniela Vallandro de Carvalho (2009) também trouxeram contribuições importantes ao trabalharem a participação dos lanceiros<sup>12</sup> junto ao movimento farrapo, resgatando, como no caso de Oliveira e Carvalho (2009), a trajetória de alguns personagens até então desconhecidos<sup>13</sup> pela historiografia.

De escravo a soldado, algumas mudanças foram percebidas ao longo das narrativas de muitos historiadores, bem como a incorporação do uso de novas fontes<sup>14</sup> para a pesquisa em torno dessa temática. No entanto, a historiografia sobre a participação do mulato no movimento farrapo continuou atrelada a sua atuação como soldado junto ao movimento, sem ampliar o foco de análise para a oficialidade e as lideranças políticas.

Assim, o presente estudo surgiu com a pretensão de, a partir de algumas fontes já conhecidas que inspiraram os nossos questionamentos, como a coleção Varella e as cartas de um importante membro da liderança farroupilha, Antônio Vicente da Fontoura, praticar um exercício de reflexão na busca de preencher alguns desses silêncios sobre os mulatos.

Considerando a fala de Romano (2002, p. 32), ao mencionar que “no se trata solamente de encontrar otros documentos, otros textos, sino sobre todo de aprender a (re)leer

---

<sup>10</sup> O livro *História da República Rio Grandense*, de Laytano, utilizado nesta pesquisa, corresponde a sua segunda edição, publicada em 1983.

<sup>11</sup> Como um dos trabalhos mais recentes em torno dessa temática, destaca-se a publicação de SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

<sup>12</sup> Os Lanceiros Negros foram soldados que lutaram tanto na Cavalaria, quanto na Infantaria Farroupilha, sendo um dos principais responsáveis pelo prolongamento, ao longo de quase 10 anos, da então República Rio-Grandense.

<sup>13</sup> Dentre eles os lanceiros Francisco Cabinda, João aleijado e preto Antonio, que atuaram como soldados na Guerra dos Farrapos.

<sup>14</sup> Destacam-se alforrias, os processos crimes, inventários, registros eclesiásticos etc.

los viejos”<sup>15</sup>, foi através destas fontes e principalmente das tão emblemáticas cartas de Fontoura, que o presente trabalho, ao inseri-las na discussão, iniciou uma reflexão sobre a construção social existente no contexto do movimento farrapo.

Dessa forma, ao levantarmos esse questionamento nesta dissertação, objetivamos analisar a construção social<sup>16</sup> de alguns possíveis significados do ser negro, mulato e branco, enquanto símbolos/representações, tanto no século XIX, quanto na própria produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha no século XX, para, a partir daí, começar a compreender os significados da carta antes mencionada.

Lembrando Bloch (2001, p. 69), quando este coloca que o “[...] historiador por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda”, e que “[...] seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego” (BLOCH, 2001, p. 80), as cartas de Fontoura (1844-1845) se apresentaram como a fonte inicial, que permitiu o contato com outras fontes diferentes relacionadas a José Marianno de Mattos.

Mas onde encontrá-las? Considerando que esse personagem não foi tema de nenhum trabalho mais específico, estudar a atuação de José Marianno de Mattos no movimento farrapo se apresentou como um objeto de pesquisa instigante e complexo, mas para o qual foram aparecendo pistas que nos remeteram a diferentes arquivos e fontes, em um impressionante desdobramento de caminhos novos.

Os primeiros indícios foram informações um tanto que vagas, trazidas pela historiografia relacionada à farroupilha<sup>17</sup>. A presença e a atuação de Mattos no movimento, embora não tão destacados como de outros oficiais, se apresentava muito forte, fazendo com que nosso interesse e curiosidade sobre este personagem fosse aumentando a partir de cada frase solta, de cada nova informação encontrada em correspondências e jornais desse período.

E assim, reunimos um conjunto variado de fontes primárias<sup>18</sup>, como fés-de-ofício<sup>19</sup>, registros de matrimônio<sup>20</sup>, jornais<sup>21</sup>, correspondências do Fundo das Autoridades Militares<sup>22</sup>,

---

<sup>15</sup> “Não se trata somente de encontrar outros documentos, outros textos, mas sobre tudo de aprender a (re)ler os velhos” [Tradução sob responsabilidade da autora].

<sup>16</sup> O uso do termo “construção social” é utilizado neste trabalho buscando evidenciar a fluidez que envolve os termos “preto”, “mulato”, “pardo”, “homens de cor” e tantos outros que aqui não citamos, mas que se fazem presentes nas fontes bibliográficas e documentais dessa época. Embora estudos evidenciem possíveis distinções entre essas palavras, optamos por compreendê-las como “construções”, acreditando que o uso de “categorias” se apresentaria como um conceito muito rígido e pouco apropriado para pensar o nosso objeto de estudo e como a sua cor foi sendo interpretada pela história.

<sup>17</sup> Tema a ser discutido do capítulo 2 deste trabalho.

<sup>18</sup> O presente trabalho optou, ao transcrever as fontes documentais utilizadas, por preservar a grafia original, sem fazer assim qualquer alteração/adaptação para as normas ortográficas vigentes.

<sup>19</sup> Documento militar - Arquivo Histórico do Exército/RJ – AHE.

Manuscritos de José Marianno de Mattos<sup>23</sup>, que foram somados às cartas do Diário de Antônio Vicente da Fontoura e às correspondências aos Presidentes das Províncias<sup>24</sup>. E, por fim, mas principalmente, as correspondências que integram a coleção Varela<sup>25</sup>, que nos forneceram informações preciosas do período farroupilha e do personagem em questão nesta dissertação.

Considerando as cartas como um importante exemplo das escritas de si, já que estas, como nos lembra Ângela de Castro Gomes (2004, p. 7), “[...] abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independentemente de serem memórias ou entrevistas de história de vida por exemplo”, ao trabalharmos especificamente com as correspondências, objetivamos analisar como o seu locutor, e os indivíduos em geral, evidenciam “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas” (GOMES, 2004, p. 11)

Dessa forma, segundo Gomes (2004, p. 13):

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período de vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc.

Assim, sempre atentos ao tipo de documentação utilizada, ao trabalharmos com as escritas de si buscamos compreender “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa” (GOMES, 2004, p. 15), nos possibilitando trabalhar com diferentes percepções e relatos de quem, de alguma forma, decidiu transpor para o papel suas impressões em relação ao seu entorno.

Ao destacarmos essas falas preenchemos alguns dos silêncios que se mantiveram em torno de assuntos e personagens quase desconhecidos da Revolução Farroupilha. Silêncios esses que são encontrados de diferentes formas, inclusive nas próprias palavras que, segundo Eni Orlandi (1993), podem elas mesmas, algumas vezes, “transpirar silêncio”<sup>26</sup>. Segundo essa

---

<sup>20</sup> Arquivo da Cúria de Cachoeira do Sul/RS.

<sup>21</sup> Biblioteca Nacional/RJ e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/RS.

<sup>22</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS.

<sup>23</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS; Biblioteca Nacional – BN.

<sup>24</sup> AHRGS.

<sup>25</sup> Ibid.

<sup>26</sup> Para Eni Orlandi (1993), os silêncios são encontrados de diferentes formas, inclusive nas próprias palavras. Para essa autora, “[...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 1993, p. 14).

autora: “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo, de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 1993, p. 34).

Desse modo, compreendemos o quão necessário são as novas leituras e o rompimento com uma política de silenciamento que se manteve por muito tempo presente em alguns estudos. Vale destacar que sua influência na narrativa teve um peso um tanto que prejudicial à história, pelo fato, principalmente “[...] de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 1993, p. 75).

Essa afirmação vai, em partes, ao encontro de Ricouer (2010), só que diferente de Orlandi (1993), ao discorrer sobre o esquecimento, ele destaca que algumas lembranças não significam que “[...] foram definitivamente apagadas, mas apenas tornadas inacessíveis, indisponíveis, o que nos leva a dizer que esquecemos menos do que acreditamos ou do que tememos” (RICOEUR, 2010, p. 426).

Assim, neste trabalho trazemos novas informações à discussão, com a pretensão de, ao longo destas páginas, colaborar para um maior conhecimento tanto no que se refere à história do Rio Grande do Sul, como do Brasil no início do século XIX.

Considerando este trabalho como integrante de uma pesquisa em História Social, onde “o indivíduo, por mais excepcional que seja, não pode escapar ao que o rodeia” (SOBOUL, 1967, p. 26-27), e enfatizando a importância que os estudos relacionados à micro-história<sup>27</sup> trouxeram a pesquisas históricas, o uso de uma trajetória como a de José Marianno de Mattos neste trabalho justifica-se, uma vez que

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais eles se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

Assemelhando-se em alguns aspectos a um estudo de caráter biográfico, ao nos propormos acompanhar a atuação de Mattos no movimento farrapo, transitando entre sua vida social e política, apresentamos apenas algumas facetas de sua história, muitas vezes de forma

---

<sup>27</sup> Surgindo inicialmente como resultado do trabalho de alguns historiadores italianos, segundo Revel (1998, p. 16): “A micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos”. Para Giovanni Levi (1992, p. 139): “O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados.

não linear, o que se torna justificável ao nos apropriarmos de Bourdieu (1986, p. 185) quando este enfatiza que “[...] tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”.

Assim, buscando trazer uma contribuição relevante aos questionamentos então levantados, estruturamos a presente dissertação, dividindo-a em três capítulos.

No primeiro, intitulado “a construção social da cor no período imperial”, discorreremos inicialmente sobre a sociedade existente na primeira metade do século XIX e como esta influenciou nas concepções do “ser” mulato neste período.

Ao fazermos uma breve reflexão teórica, buscaremos compreender essas representações que foram sendo formuladas dentro de um contexto histórico e de um projeto de nação. Dessa forma, estaremos pensando política a partir de uma cultura e do imaginário social a ela vinculado, destacando a sua influência no campo da história, onde o controle do imaginário social influencia nos comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, ao “canalizar energias e orientar esperanças” (BACZKO, 1985, p. 312).

Objetivando compreender os possíveis significados para o ser mulato na primeira metade do Brasil Imperial, analisaremos a importante relação entre cor e lugar social e os pequenos, mas existentes espaços de mobilidade no período.

Direcionando o trabalho para o contexto em que pretendemos estudar a trajetória de Mattos, a Revolução Farroupilha, ainda evidenciaremos através de fontes primárias, como cartas e jornais, alguns dos denominados mulatos na República Rio-Grandense, onde estavam e quem eram.

Ao mostramos esses diferentes mundos transitados por mulatos buscamos alertar de um lado como a questão da cor era um argumento fortemente lembrado por homens deste tempo, como forma de fazer uma divisão e exclusão social. E, de outro, como ela poderia, em alguns casos, ser um fator “desconsiderado”, a ponto de que mulatos conseguissem estar em cargos/postos que muitos homens brancos, embora almejassem, não tivessem a oportunidade ou a capacidade de ocupar.

No segundo capítulo denominado “um carioca entre os farrapos– a historiografia sobre a atuação de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha” destacaremos como a historiografia regional retratou a participação de Mattos junto ao movimento farrapo.

Trazendo como uma referência importante às escritas de Alfredo Varela, apontaremos a presença de José Marianno de Mattos em sua obra, e como este autor, um dos maiores e

mais antigos historiadores sobre a temática do movimento, abordou a participação de Mattos nesta Revolução.

Lembrando a origem de Mattos, uma vez que este era mulato e carioca, levantaremos também alguns pontos de sua história, do seu envolvimento na Academia Real Militar e de como esta se apresentou como um espaço de oportunidades que nosso protagonista encontrou para melhorar sua condição social. Foi também através dessa instituição que esse personagem entrou em contato com a então Província de São Pedro, ao ser transferido para esta região, anos antes da eclosão da Revolução Farroupilha.

A partir desse quadro, apresentaremos estudos que de alguma forma referenciaram Mattos, trazendo as informações que se encontram (in)disponíveis na historiografia sobre ele, bem como a sua trajetória anterior ao movimento farrapo.

Ciente de que estar e conseguir se manter junto à então considerada elite farroupilha era uma tarefa que requeria muitos esforços sociais, políticos e econômicos, buscaremos também, brevemente, traçar o perfil do que era considerado um importante líder para a República Rio-Grandense, destacando quais eram as características, artimanhas e ferramentas empregadas por este para conseguir se manter em um grupo bastante restrito e que detinha poder suficiente para influenciar em decisões deste período.

No terceiro e último capítulo, intitulado “você disse mulato?”, ao direcionarmos as atenções para a atuação de Mattos junto ao movimento farrapo nos fundamentaremos tanto em Mateo (2001), quanto em Imizcoz (2004) para compreendermos as redes de relações estabelecidas por Mattos e o peso que estas tiveram ao longo de sua história. Nesse capítulo buscaremos compreender como o caminho deste militar se cruzou com o dos ideais farroupilhas, usando as correspondências do movimento farrapo para destacar suas alianças, redes e espaços sociais.

Embora o personagem central deste trabalho não tenha sido filho desta Província, ele ocupou cargos possivelmente ambicionados pelos rio-grandenses farrapos. Amigo íntimo de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida, Mattos, mesmo sendo criticado pelos inimigos, em nenhum momento deixou de se manter no espaço de liderança que até então tinha conquistado na Revolução Farroupilha.

Como apontam as cartas utilizadas neste trabalho, vamos mostrar a trajetória de Mattos em postos de comando e quais recursos utilizou para acionar e manter sua rede sempre presente, uma vez que foi Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves entre os anos de 1839 a 1841.

Como grande denúncia à cor desse personagem, as correspondências de Fontoura serão apresentadas e analisadas, levando em consideração os valores e construções sociais desse período.

Escrevendo em cartas de tom pessoal suas percepções sobre o contexto que o cercava, utilizamos as escritas de Fontoura pela riqueza de informações que possuem, se tornando um instrumento importante para a compreensão do pensamento da época.

Grande inimigo de Mattos, Fontoura, ao contrário de outros, não se calou frente ao que acreditou ser um ponto de ataque ao então Ministro – a sua cor – o qual, por sua vez, conseguia driblar tais provocações e isolá-las de forma que estas não abalassem, aparentemente, sua situação no movimento.

Uma das provas de que Mattos conseguiu se manter como uma importante liderança é a sua atuação também na região do Prata. Neste ítem analisaremos sua relação com Fructuoso Rivera, militar e político uruguaio, comprovando assim que sua participação ultrapassou as fronteiras da República Rio-Grandense<sup>28</sup>.

E, por fim, em “de ‘maldito mulato’ a ‘homem gente’”, encerraremos acompanhando a trajetória de Mattos no pós-farroupilha, onde foi reintegrado às forças imperiais, sendo promovido posteriormente a Brigadeiro, na mesma época em que ocupou o Ministério da Guerra do Império (1864).

Conseguindo ser o farrapo que chegou mais alto na hierarquia militar imperial, o mulato carioca evidencia, através das correspondências, os elos mantidos com os amigos farroupilhas, que o tinham agora, mais do que antes, como uma importante liderança política. Sendo solicitado por Almeida, através de correspondência do dia 20 de julho de 1851 para ajudar a transformar seu filho Luís Filipe de Almeida em “Homem Gente”, Mattos, além de considerado uma figura respeitável, passava a ser capaz de fazer com que outros indivíduos também o fossem.

Assim, buscando compreender o significado dessa terminologia utilizada por Almeida, e a carga de valores a ela agregada, podemos pensar através desse personagem as diferentes denominações que seus “companheiros farrapos” utilizaram para se referir ao então Ministro, como reflexo dos lugares que este ocupou ao longo de sua trajetória militar e das recepções da sociedade que o envolveu.

Em síntese, o presente trabalho pretende ocupar um espaço ainda a descoberto na historiografia sobre o movimento farroupilha, trazendo o nome e a atuação de um personagem

---

<sup>28</sup> José Marianno de Mattos foi considerado Ministro Plenipotenciário, sendo intermediador no Prata entre 1839-1841.

que a partir destas páginas não será mais mencionado como “maldito mulato” ou alguém/ninguém esquecido pela história, mas como um homem, mulato, que conseguiu se destacar em um mundo de poucas oportunidades a pessoas de cor e que evidenciou, através de sua trajetória, aspectos importantes do movimento farrapo, do Brasil Imperial e da construção social presente nesta sociedade.

## 1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA COR NA PRIMEIRA METADE DO PERÍODO IMPERIAL

Trabalhar com um personagem mulato no Brasil do início do século XIX, como é o caso de José Marianno de Mattos, nos faz inicialmente questionar a construção social existente no período imperial, para poder refletir depois como tais concepções em relação ao “ser negro”, “branco” e “mulato” foram sendo desenvolvidas e internalizadas pela sociedade deste período.

O Brasil, no período imperial, passava por transformações importantes e por projetos novos, dentre eles o da construção de uma identidade nacional<sup>29</sup>, que influenciou tanto o imaginário deste período, como a formação de uma historiografia de caráter nacional<sup>30</sup>.

Considerando que esse “[...] fue el siglo de las grandes invenciones interpretativas sobre la Historia de Brasil”<sup>31</sup> (PRADO, 2009, p. 322), é através deste período que podemos compreender como foram se organizando os diferentes espaços sociais e como a cor de um indivíduo pode ser interpretada ao longo da história de acordo com determinados contextos e circunstâncias.

Buscando uma maior compreensão para uma realidade social que se apresentou um tanto singular, estudiosos de diferentes gerações se debruçaram em tentativas de reflexão de um Brasil em construção.

Essa discussão ganhou maior espaço a partir da segunda metade do século XIX, quando a “situação racial”<sup>32</sup> foi tema de estudos e as teorias do branqueamento passaram a ser empregadas na sociedade brasileira, em um contexto de grande preocupação com a construção de uma unidade e de uma identidade nacional.

Embora a questão da mestiçagem tenha sido um assunto abordado de distintas formas pela historiografia, foi a partir de 1844, quando Karl Von Martius<sup>33</sup> defendeu que a chave para

---

<sup>29</sup> Considerando que a concepção de identidade nacional é fruto de uma criação moderna, partimos de Benedict Anderson (2008) quando usamos o termo identidade por considerar o mesmo como um discurso construído, imaginado.

<sup>30</sup> Vale lembrar que o nascimento da historiografia nacional esteve relacionado ao Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838, que objetivava escrever a História do Brasil, com o que os seus membros acreditariam ser uma “adequada” interpretação dos fatos históricos.

<sup>31</sup> “[...] foi o século das grandes invenções interpretativas sobre a história do Brasil.” [Tradução sob responsabilidade da autora].

<sup>32</sup> A questão racial e a moderna noção de raça são construções sociais que estariam, segundo Mattos (2009, p. 355), “[...] estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania, estabelecida pelos novos estados liberais, e o longo processo de abolição do cativo”.

<sup>33</sup> Seu texto foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 6, 1844, p. 389 a 411.

compreender a história do Brasil residia no estudo das relações entre as três raças (“branca, “negra” e “cobre”), que, mesmo que indiretamente, a mestiçagem começou a ser considerada.

Sendo uma teoria inovadora para esse período, esta se apresentou como uma ideia a ser assimilada neste contexto de formação da sociedade brasileira. Mas foi somente cem anos depois, com Gilberto Freyre (2002), em *Casa Grande & Senzala*<sup>34</sup>, que este tema passou a ganhar uma abordagem mais direta, numa perspectiva a um só tempo racial e cultural.

Apesar de alguns estudiosos, em períodos históricos diferentes, terem opiniões distintas, como Silvio Romero (1938), Manuel Bonfim, Nina Rodrigues (1935), Arthur Ramos (1942), Oliveira Viana (1942), além dos que tiveram suas pesquisas realizadas com apoio da UNESCO, como Roger Bastide e Florestan Fernandes (1953), vários outros nomes se dedicaram a formular teorias sobre a “situação racial”<sup>35</sup> brasileira. Buscaram discutir questões sobre o espaço social deste país desde o período colonial, ao mesmo tempo em que se propunham a encontrar uma identidade para o Brasil enquanto nação.

O tema “miscigenação” foi uma questão que se fez presente na historiografia brasileira desde o período colonial, quando grande parte da população era composta por homens considerados “de cor” e a ideia de superioridade branca era difundida. Ela se fez evidente ao longo dos anos, adentrando o século XIX, onde alguns pensadores acreditavam em uma transformação da população, no momento em que a mestiçagem provocasse uma diluição da cor, a ponto de se alcançar o “branqueamento” da sociedade.

Joaquim Nabuco (1999), importante abolicionista do início do século XIX, vai ser um dos primeiros autores a tratar de forma mais sistematizada as diferenças sociais no Brasil. Constatando a relação entre cor e posição econômica, Nabuco inovará ao defender que a questão social brasileira seria reflexo não de “cor”, mas sim de classe.

Nomes como os dos médicos Raimundo Nina Rodrigues (1932) e Arthur Ramos (1942), em fins do século XIX, início do XX, também se destacaram ao se preocuparem em determinar a contribuição das culturas africanas no processo de formação da cultura brasileira.

Nina Rodrigues (1932), não destoando da maioria dos homens de seu tempo, acreditava que, para o estabelecimento de um Estado-Nação, dever-se-ia, antes de tudo, contar com uma população homogênea, mas tal afirmação não diminuía o seu pessimismo em relação ao futuro do Brasil.

---

<sup>34</sup> Vale considerar o contexto bastante distinto em que Freyre lança seu trabalho, onde a escravidão já havia sido abolida, e um novo processo político se consolidava com o advento da República, proclamada em 1889.

<sup>35</sup> Sobre estes autores e suas idéias ver: LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983. E também NOGUEIRA, Oracy. **Tanto branco quanto preto**: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

Silvio Romero (1938) também acreditava nessa possível homogenização, fundamentada em uma então “democracia” e um “mestiçamento”, defendendo, desta forma, uma unidade nacional baseada em um discurso sobre o mestiço visto como a “saída”/“solução” para o Brasil.

Assim, das teorias da fusão de raças de Von Martin (1844) – a questão do “branqueamento” e de uma inferioridade negra – a uma então “democracia racial”, com Freyre (2002), teses mistificadoras e muitas vezes incoerentes foram sendo levantadas a respeito das relações entre brancos e negros, recebendo diversas críticas posteriores<sup>36</sup>.

Como um discurso e prática de uma política oficial, essas teses foram sendo disseminadas e internalizadas pela sociedade em questão. A partir dos estudos raciais apoiados pela UNESCO, na metade do século XX, uma abordagem além do discurso científico ganhou maior espaço nas reflexões sobre a classificação tipológica das cores. Nessas novas leituras e interpretações realizadas ainda é necessário destacar a atuação e o discurso do Movimento Negro<sup>37</sup>, com o objetivo de construir uma identidade política que desmistificasse a ideia de “democracia racial”.

Embora a discussão não tenha sido desenvolvida e, assim, não ganhou as proporções a que veio adquirir entre o final do século XIX e ao longo do século XX, no período da Revolução Farroupilha/1835-1845 (o qual dedicamos maior atenção neste trabalho) pode-se evidenciar a presença constante do imaginário<sup>38</sup> e das representações que já estavam internalizadas na sociedade e que conseguiram se perpetuar, refletindo, muitas vezes, na análise historiográfica sobre este tema.

Nesse período, onde a escravidão se fazia presente como mão de obra fundamental, sendo responsável pelo desenvolvimento econômico e por formar importante parcela da população do então Império<sup>39</sup>, uma sociedade baseada na hierarquização e na desigualdade foi sendo consolidada como uma importante forma de diferenciação social.

---

<sup>36</sup> A tese de Freyre recebeu várias críticas, a partir de 1960, por estudiosos do período. Dentre os que se destacaram por confrontar essas teorias citamos Emilia Viotti da Costa (1998) e Florestan Fernandes (1978).

<sup>37</sup> Surgindo em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU) vai reivindicar a origem africana para identificar os negros, reintroduzindo a ideia de raça no discurso sobre a nacionalidade brasileira.

<sup>38</sup> Em relação ao imaginário, nos utilizamos de Backso (1985, p. 309), compreendendo que “[...] os imaginários sociais compreendem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual, como disse Mauus, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais.”

<sup>39</sup> Hebe Mattos (1998, p. 34), ao utilizar o recenseamento Geral do IBGE, em 1872, aponta que até este período em todo o Império contavam-se 4,2 milhões de negros e mestiços livres e 3,8 milhões de brancos e 1,5 milhões de escravos.

Em dados trazidos por Margaret Bakos (1985) em relação à população escrava na Província de Rio Grande de São Pedro, em 1814, a população livre atingia 70.656 habitantes, enquanto a população escrava contava com o número de 20.611 pessoas.

Thiago Araujo (2008), em seu trabalho de dissertação intitulado *Escravidão fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)* destaca que, no ano de 1858, a Província de São Pedro passou a ter, segundo o mapa de famílias, 285 mil e 444 habitantes, sendo que 208.044 eram livres (72,88%), 5.489 libertos (1,92%) e 71.911 escravos (25,2%)<sup>40</sup>, evidenciando, assim, o aumento significativo de escravos entre o período de 1814 a 1858.

Compreendendo a questão da cor como algo dinâmico na formação da sociedade brasileira, constantemente alimentado/influenciado pelas condições socioeconômicas e relações sociais, do que pelas características físicas, buscamos reafirmar através de nosso objeto de estudo, José Marianno de Mattos, a questão da cor como algo construído socialmente e sujeito a mudanças.

Sem a pretensão maior do que a de pontuar algumas considerações que nos permitam entender um pouco melhor o lugar do mulato no Brasil do século XIX, mais especificamente durante a Revolução Farroupilha, acreditamos ser pertinente destacar os espaços de movimentação que os mulatos puderam encontrar neste período, para assim poderem “alterar”<sup>41</sup> sua cor e seu status social.

Levando em consideração a existência das já mencionadas desigualdades sociais, autores como Oracy Nogueira (1985) buscaram uma reflexão sobre a forma como foi sendo concebida a questão da cor na sociedade brasileira, utilizando-se até mesmo de outras realidades sociais como comparativo.

Em sua obra *Tanto branco quanto preto: estudos de relações raciais*, que traz alguns estudos desenvolvidos por este autor em meados do século XX, Nogueira (1985), ao se referir aos diferentes tipos de preconceitos existentes relacionando Brasil e Estados Unidos, faz apontamentos que julgamos terem sido inovadores (considerando o período de publicação de

---

<sup>40</sup> O autor calculou esses dados baseado nos mapas de família realizados em 1858. FEE (Fundação de Economia e Estatística). De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS, 1803-1850. Porto Alegre, 1981, p. 66. Esses dados também foram conferidos pelo mesmo em sua fonte original encontrada e quadro estatístico e geográfico da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo bacharel Antônio Eleutério Camargo, engenheiro da província – presidente Marcondes Homem de Mello – 1868. Códices, n. E-1 – 1803-1867, anexos ao E-1, Estatística, AHRs.

<sup>41</sup> Considerando que a cor não era fixa, mas interpretada e adaptada de diferentes formas nesse período, nota-se que “alterações” poderiam ser feitas ao longo da trajetória de um mesmo indivíduo.

suas ideias), classificando os preconceitos como “de marca” e “de origem”, respectivamente, e como a questão da cor pode ser interpretada por estas sociedades.

O autor evidencia, em seu trabalho, a distinção entre esses dois países não apenas na intensidade do preconceito, mas na própria natureza do mesmo. Interessante frisar na escrita de Nogueira (1985) é que, ao exemplificar alguns casos, ele salienta que o preconceito de marca existente no Brasil é uma “reformulação” do que seria um “preconceito de cor” nas suas palavras.

Assim, ao apontar o caso da aceitação de um indivíduo considerado “de cor” em um clube recreativo no Brasil, traz um importante exemplo ao lembrar que:

[...] se um indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou se for hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma para com as outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves. (NOGUEIRA, 1985, p. 79)

O trabalho de Nogueira (1985), ao realizar um comparativo entre Brasil e Estados Unidos, deixa evidente a situação dos indivíduos “não brancos” nestas sociedades e a forte relação desta com a sua condição socioeconômica e/ou sua rede de relações, que tinham o poder de interferir em uma “classificação” social que foi ao longo dos anos incluindo e excluindo “negros” e “mulatos”.

Estudos como esse, embora escrito<sup>42</sup> em um recorte temporal bastante diferente, vem, em parte, ao encontro de pesquisas como a de Hebe Mattos (1998). Em seu trabalho intitulado *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*, a autora, ao propor analisar processos judiciais no referido período (nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), traz preciosas contribuições em relação à questão do significado da “cor” de um indivíduo no século XIX, evidenciando que:

A noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissocialmente ligadas (MATTOS, 1998, p. 98).

---

<sup>42</sup> Importante salientar que a obra de Oracy Nogueira neste trabalho tenha 1979 como ano de publicação; esta não condiz com o tempo em que essas ideias foram lançadas por este autor, uma vez que já haviam sido originalmente apresentadas pelo mesmo no XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, de 23 a 30 de agosto de 1954, no Symposium Etno-Sociológico sobre Comunidades Humanas no Brasil, organizado por Florestan Fernandes, sendo a versão publicada a referente à apresentada em Porto Rico, em 1957.

Fazendo referência às diferentes formas de denominação de “cor” nesse período, Mattos defende a constante vinculação entre esta e a condição social, pois, segundo ela, a denominação de “branco” estaria relacionada à questão da liberdade e, a de “negro”, à escravidão.

Outra concepção existente e salientada por essa autora é em relação ao “ser” pardo. Para Mattos (1998, p. 30):

A designação de “pardo” era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não.

Considerando a sociedade do Brasil do XIX como sendo “[...] estruturalmente desigual e baseada na propriedade de homens, mas passível de ser compreendida e capaz de fornecer referenciais à ação de todos aqueles que a formavam e transformavam” (MATTOS, 1998, p.35), para a autora era evidente o peso das relações pessoais nesta sociedade onde “[...] estabelecer laços era essencial para obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres” (MATTOS, 1998, p. 52).

Outro autor a abordar essa questão é Andreas Hofbauer (2003). Em seu trabalho intitulado *Bases ideológicas do racismo brasileiro*, chamará atenção ao analisar cor/raça como “construções ideológicas” nos seus contextos econômicos, históricos e sociais específicos.

Entendendo a escravidão e o branqueamento como fenômenos que se completavam, para este autor:

A fusão ideológica entre escravidão, cor negra e imoralidade, de um lado, e liberdade, cor branca e ideal religioso de outro, repercutiria também entre aqueles que, em princípio, eram “vítimas” deste discurso – sobretudo entre aqueles que ansiavam ascender dentro da ordem estabelecida (HOFBAUER, 2003, p. 73).

Hofbauer (2003), ao discorrer sobre esse tema evidencia de forma bastante contundente que referências à cor puderam servir como argumentos justificatórios para uma possível inclusão e/ou exclusão social. Segundo esse autor:

Categorias como “branco”, “negro”, “mestiço”, “mulato” etc. eram usadas não apenas para descrever de forma “objetiva” a pigmentação da pele ou o fenótipo de um determinado indivíduo. A “percepção da cor “ou do fenótipo” orientava-se também pelas relações de poder (status, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos (HOFBAUER, 2003, p. 76).

Hofbauer (2003) em seu trabalho também vai ao encontro do posicionamento que Mattos (1998) já havia adotado em sua pesquisa a respeito da associação entre a “cor branca” e o ser livre, lembrando este autor ainda que o fato de chamar a atenção para a cor da pele escura de uma determinada pessoa poderia sim ser concebida como uma grande ofensa, visto que esta colocação/associação se apresentaria como algo não desejável para quem almejasse ascender socialmente.

Cacilda Machado (2008), ao expor alguns dados e considerações acerca da relação entre cor e hierarquia social no Brasil escravista a partir do caso paranaense na passagem do século XVIII para o XIX, lembra que a questão da cor poderia, além de estar vinculada à condição de livre ou escravo, também estar relacionada ao momento e ao seu observador. Como exemplo, Machado (2008, p. 61) se refere à designação da cor nos censos paulistas (as listas nominativas) e aos mapas populacionais, podendo ser diferenciadas as informações de acordo com quem os preenchia, ou de quem fornecias as informações.

Pensamento esse já antes desenvolvido por Russel-Wood (2005, p. 297), em *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, quando o mesmo afirma que:

Em nenhum lugar como na América portuguesa a população desafiou tanto a classificação fenotípica somente por cor, cabelo, constituição física e características faciais e foram tão importantes a visão do outro, a visão de si mesmo, a postura e a “qualidade” – palavra que foge à definição mas que todo mundo entendia – para decidir qual o adjetivo ou expressão mais adequado para referir-se à cor do indivíduo. A cor da pele de alguém estava nos olhos do observador, mas o status social e econômico do observador e sua cor também desempenhavam seu papel em qualquer dessas atribuições, assim como a época e a região.

Defendendo a importância da pigmentação da pele, Russel-Wood (2005) segue uma linha um tanto quanto contraditória a outros autores aqui já mencionados, ao afirmar a importância da cor da pele como algo maior do que o fato de ser nascido livre ou escravo. Para este autor: “Um mulato claro, ainda que nascido escravo e depois libertado, tinha mais probabilidade de ser aceito pela comunidade comercial ou social branca do que um negro cujo pai e avô tivessem sido livres” (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 86).

A colocação feita por Russel-Wood (2005), levando em consideração o contexto do período colonial, pode parcialmente ser aceita, visto que a sociedade do período imperial ainda mantinha uma forte associação entre cor e um possível status social, que não seria necessariamente o correspondente.

Assim, consideramos que a afirmação de Russel-Wood (2005) se tornaria mais completa e coerente se ele associasse tal aceitação ou rejeição social à questão econômica,

uma vez que um tom de pele mais escuro em um homem de condições financeiras mais elevadas possibilitaria, sim, maiores oportunidades do que as encontradas por um homem de pele mais clara, mas que fosse pobre e não tivesse nenhuma rede de relações sociais influentes neste período.

Russel-Wood (2005) ainda enfatiza as mudanças de valores ocorridas no período do século XVIII, que, embora documentadas nas elites, poderiam também estar relacionadas ao “estrato médio”, no qual estariam incluídos negros e mulatos livres “especialmente aqueles com talento” (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 122), resultando em uma “aceitação” pelos brancos.

Mas entre “ser escravo” e “ser livre”, “branco” ou “negro”, o mulato surgiu como denominação utilizada, frequentemente, como forma de identificar determinado grupo da sociedade. Identificação essa que poderia ser realizada de forma bastante peculiar, levando em consideração fatores como o contexto político, econômico e a situação social de determinado indivíduo.

Mas, então, que lugar teria o mulato nesse processo e nessa sociedade?

## 1.1 O MULATO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Em meio a uma sociedade escravista do período imperial, diferenças foram sendo estabelecidas, formadas por elementos naturais e culturais que se apresentaram como fatores determinantes para uma hierarquização social.

Considerando os diversos tipos de tonalidades de pele e traços físicos seria incoerente tentar estabelecer uma definição única para a diversidade existente no Brasil, mas, entre os termos “branco”, “negro” e “pardo”, outra designação ganhou espaço na sociedade desse período: o “mulato”.

Raphael Bluteau, ao criar o primeiro dicionário enciclopédico da língua portuguesa, publicado em 1712, apresenta o termo mulato em seus verbetes, definindo-o como filho de branco com negra ou de negro com branca. Embora séculos tenham se passado da publicação desse dicionário, o significado pensado e trazido por esse autor ainda influencia muitas publicações.

Ronaldo Vainfas (2000), em seu dicionário do Brasil Colonial (1500-1808), ao trazer o significado de mulato, reafirma o significado trazido por Bluteau (1712), ao destacar que este “[...] foi herdado do castelhano e consagrada no português, ainda no século XVI para designar os filhos de brancos e negras, ou vice-versa” (VAINFAS, 2000, p. 413).

Lembrando que esse conceito esteve relacionado, muitas vezes, à ascendência e não à cor, embora tivesse, com o passar do tempo, designado imprecisamente a cor entre o branco e o negro, é importante ressaltar, segundo Vainfas (2000, p. 416) que “[...] a nomenclatura usada para aludir às mesclas resultantes da união de brancos e negros, e aos próprios negros, sempre foi, aliás, repleta de sutilezas e variou muito ao longo do tempo”.

Considerada, muitas vezes, como um modelo biológico, para Ivone Brito Monteiro (2012, p. 40), em *Do mestiço politicamente válido: (re)construção de uma identidade diferenciada*:

A mestiçagem é, acima de tudo, um fenômeno social, cultural e político que nasce dos deslocamentos, das invasões, das circulações e dos intercâmbios ao longo do tempo todo. Ela resulta, pois, da mobilidade e viagem, da sedentarização e permanência de grupos humanos, étnica e culturalmente diferentes, no mesmo espaço.

Assim, o “ser mulato” no imaginário do escravismo colonial e imperial, segundo José Barros (2009), se apresentava como uma diferença que “[...] favorecia a que os mestiços circulassem com maior desenvoltura no eixo das desigualdades sociais podendo aspirar a uma cidadania plena” (BARROS, 2009, p. 93).

José Barros (2009, p. 111), buscando ainda elucidar a questão do mulato no período imperial, afirmará:

Os mulatos, enfim, correspondem na sociedade brasileira pré-republicana a essa imensa e indefinida de embaralhamento de diferenças de cor, ora percebida com simpatia ou desconfiança pela elite e de colonizadores e senhores de terra, ora autopercebida com orgulho ou constrangimento por eles mesmos.

Conseguindo se posicionar de uma melhor forma nessa sociedade ao encontrar um espaço de maior mobilidade, antes almejada, mas não conseguida pelo indivíduo considerado negro, o mulato esteve em uma situação mais confortável socialmente, onde estes poderiam, em alguns casos, sofrer menos com a desigualdade.

Vale lembrar que os termos pardo e mulato se apresentaram durante o século XIX algumas vezes com sentidos semelhantes, outras vezes com sentidos bastante distintos.

Raimundo Pessoa (2007), em seu trabalho sobre os mulatos no Brasil Colonial, evidencia essa frequente incoerência existente entre as referidas terminologias. Para esse autor, os termos pardo e mulato, frequentemente usados para descrever o mesmo tipo humano, no âmbito social apresentam diferenças. Dessa forma, a denominação “pardo” seria usada principalmente no que poderia ser considerado como documentação oficial ou formal.

Tal escolha pela terminologia se justificaria pelo fato de que os filhos de negros com brancos, que se comportassem dignamente, eram vistos como pardos, enquanto que aqueles que tivessem atitudes reprováveis receberiam a denominação de mulato.

José Marianno de Mattos, personagem central desta pesquisa e no qual nos deteremos a analisar nos próximos capítulos deste trabalho, vivenciou essa realidade e sentiu algumas vezes, através da cor de sua pele, o lugar do mulato nessa sociedade.

Em uma realidade na qual o “branco” criou a condição de controlador dos principais meios econômicos, usando de todos os benefícios para manter uma relação de superioridade, o mulato precisou procurar meios para “driblar” as situações que o subjogavam.

Encontrando diferentes formas de acesso, alguns meios foram utilizados pelos mulatos nesse período como forma de inserção em novos espaços, dentre eles o ingresso como soldados, envolvendo-se nos conflitos existentes no período. Essa foi uma alternativa bastante usada no Brasil<sup>43</sup>, durante as lutas de Independência, como, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Salvador. O Rio Grande do Sul também fez uso desse recurso, sendo o uso da mão de obra negra e mulata um fator primordial que assegurou os dez anos de confronto com os imperiais.

Segundo Fábio Mendes (2010, p. 46), era “crescente número de pardos integrando as fileiras por volta da década de 1790”, embora houvesse, por parte do Império, uma reluta em uma possível identificação entre o exército e o mundo dos escravos<sup>44</sup>.

Gabriel Aladrén (2009), em *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1830-1835*, traz importantes elucidações a respeito das variadas formas de inserção dos libertos na região de Porto Alegre. Com uma extensa pesquisa documental (tendo as alforrias como fontes principais), o referido autor evidenciou a redefinição constante das designações de raça e cor vivenciadas por muitos libertos nessa região, destacando que, no recenseamento da população, estes eram considerados, em fases mais estáveis de suas vidas como pardos, reconhecimento este relacionado à sua condição de livre.

Outro estudo que vale ser destacado é o de Ana Carolina Crispin (2011), intitulado *Além do acidente pardo – os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)*. Embora tenha se detido a pesquisar um período anterior ao trabalhado nesta

<sup>43</sup> Importante frisarmos que o uso de negros e mulatos como soldados foi uma prática bastante utilizada, não apenas no Brasil, mas também nas lutas de independência, como do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

<sup>44</sup> Segundo Mendes (2010, p. 56), “a manumissão de escravos para o serviço no exército foi praticada de modo informal, durante todo o período imperial e, em alguns períodos críticos, elevada à política de Estado.” Ainda de acordo com este autor, “a escravidão produzia um mercado ‘cativo’ de substitutos naturais” (MENDES, 2009, p. 56).

dissertação, a autora, ao trazer em seu trabalho os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais, contribui significativamente ao mostrar as hierarquias sociais presentes no período em questão, objetivando, segundo Crispin (2011, p. 17):

[...] demonstrar como os terços e regimentos de homens pardos foram mecanismos “criados” por esses homens de cor como meio de se afastarem dos estigmas da escravidão, libertando-se das marcas de libertos e se estabelecendo como livres na sociedade colonial, onde a escravidão paulatinamente se enraizava como uma estrutura.

Ciente de que a cor teve e ainda tem um importante peso discriminatório na sociedade, na primeira metade do período imperial esta situação pôde, algumas vezes, ser transformada na medida em que quanto mais dinheiro, poder e conhecimento fosse alcançando um indivíduo, novas oportunidades por ele poderiam ser aproveitadas. Assim, o “mulato” tinha a possibilidade de se inserir em um lugar melhor na sociedade, onde o que seria sua cor poderia ser um critério utilizado como forma de inferiorização social, mas que, mesmo assim, ainda permitia, em alguns casos, possíveis ascensões.

Lembrando a forte relação entre cor e os valores culturais disseminados em uma sociedade, compreende-se que a cor foi utilizada com um dos critérios de diferenciação, mas que, conforme iriam acontecendo transformações no cenário político e econômico, algumas mudanças sociais também foram surgindo.

Essa constatação se torna em parte evidente entre o século XVIII e XIX, onde o papel do mulato sofreu notáveis transformações. Considerado cidadão, a partir da Constituição de 1824 (com exceção dos escravos), os “ingênuos”, ou seja, aqueles que não tivessem nascido escravos, ou fossem descendentes de escravos libertos, se renda tivessem, “[...] poderiam exercer plenamente todos os direitos políticos da jovem monarquia” (MATTOS, 2009, p.358)<sup>45</sup>.

Assim, teoricamente, os mulatos livres, possuidores de condições econômicas, poderiam exercer os mesmos direitos que os indivíduos de cor branca. Sabe-se que, na prática, a sociedade do século XIX não facilitou em nada a inclusão de pessoas, pois o pensamento e os valores já impregnados nesta sociedade as avaliavam como inferiores.

Mas até que ponto iria essa inferioridade? Será que a cor era fator suficiente para diminuir socialmente determinado indivíduo?

---

<sup>45</sup> Importante frisar que, “[...] pela Constituição imperial, quem não tivesse “nascido ingênuo”, tendo, portanto, nascido escravo e, depois, obtido a alforria, não se poderia qualificar como eleitor, mesmo se tivesse renda suficiente para tanto” (MATTOS, 2009, p. 376).

Ciente de que a tonalidade da pele tinha um peso importante e reforçado por teorias já lembradas no início deste capítulo, através da trajetória de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha poderemos evidenciar que a cor de sua pele foi um forte argumento de ofensas ou críticas recebidas de outros homens de seu tempo, mas jamais determinante a ponto de o impedir de desempenhar os cargos/funções para os quais era designado.

O caso de Mattos não é um fato isolado<sup>46</sup>. Muitos homens, então vistos como mulatos pela sociedade, também conseguiram em alguns casos estar se inserindo em espaços que a historiografia nacional ou regional não mencionou que pudessem ter sido ocupados por homens de “cor”.

Essa questão vem ao encontro da dificuldade de encontrar documentação que evidencie a participação de mulatos em cargos administrativos, uma vez que, conforme o então “mulato” fosse ascendendo, sua cor também era transformada, podendo este passar por um “clareamento”, a ponto de ser visto até mesmo como um indivíduo “branco”, tanto pelos documentos oficiais, como pela historiografia do período.

Mas os espaços por eles transitados, tanto como escravos, quanto libertos, se tornam mais interessantes de serem analisados se levarmos em consideração a sua participação nos conflitos regenciais, que se desenvolveram na primeira metade do período imperial.

Considerando que alguns movimentos, em sua teoria, defendiam causas sociais, as revoltas regenciais mobilizaram negros e mulatos não apenas como soldados, mas, também, embora em menores casos, como lideranças políticas<sup>47</sup>. Sendo o reflexo da situação social e política pela qual passava o Brasil Imperial, os movimentos que surgiram como forma de contestação à então administração tiveram origem nas mais diferentes regiões neste período<sup>48</sup>.

A primeira metade do período imperial foi palco de diversos conflitos, movidos na maioria das vezes por interesses de um grupo restrito, que, em alguns casos, defendiam a abolição, também como forma de envolver um maior número de homens aos projetos, aumentando os defensores de suas causas.

---

<sup>46</sup> No século XIX, alguns nomes ganharam destaque, além do personagem central deste trabalho, José Marianno de Mattos, como foi o caso do mulato baiano Antônio Rebouças, que foi eleito Deputado Provincial na Assembleia da Bahia, e do Deputado Geral Gê Acayaba de Montezuma, constituinte em 1846. Vale destacar também que a historiografia regional apresenta divergências em relação à cor de outros personagens, sendo o Ministro Domingos José de Almeida e o Chefe de Polícia Bernardo Pires, apresentados por autores como Spencer Leitman (1985) e Moacyr Flores (2004), respectivamente, como sendo mulatos.

<sup>47</sup> Dentre elas, algumas contaram os escravos como seus principais atores. Esses estiveram diretamente envolvidos no que ficou conhecida como a Revolta das Carrancas (1833) – Minas Gerais, a Revolta do Malês (1835) – Salvador e a Revolta de Manuel Congo (1838) – Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> Vale lembrar que nesse período de revoltas regenciais ocorreram a Balaiada (1831-1841) – Maranhão, a Cabanagem (1835-1840) – Pará e a Sabinada (1837-1838) – Bahia.

Considerando instável a situação política vivida pelo Brasil, principalmente entre a abdicação de D. Pedro I (1831) e o período quando seu filho D. Pedro II assumiu o poder (1840), um descontentamento causado pela forma como vinha sendo administrado o Império, juntamente com as contestações motivadas por dificuldades econômicas e o aumento considerável nos valores dos impostos, foram alguns dos principais elementos influenciadores das revoltas ocasionadas neste período.

Dentre os conflitos, a Revolução Farroupilha, eclodida em 1835 na região sul do país, tornou-se um marco na história do Brasil, por ser um dos mais longos conflitos regenciais, se prolongando ao longo de dez anos. Contando com a participação desde ricos estancieiros e charqueadores a escravos e libertos, o movimento farrapo se caracterizou por fatores como a condição fronteira e militarizada, a insatisfação com o governo regencial e a difusão das ideias liberais exaltadas, se destacando como um forte movimento que afetou tanto o cenário político quanto o econômico do período.

Acreditando ser “o braço direito e tão bem a parte mais vulnerável do Império”<sup>49</sup>, os Farrapos exigiam uma redefinição do espaço econômico, social e político da então Província do Rio Grande do Sul<sup>50</sup>; para isso, envolveram-se durante anos em uma série de conflitos, tendo como adversário o Império brasileiro.

Lembrando a existência de uma historiografia que por muito tempo ressaltava, segundo Pesavento (1985, p. 5), “[...] a bravura de seus líderes e descrevia os numerosos – e às vezes pitorescos – incidentes do conflito que se prolongou por dez anos”, uma parcela dos farroupilhas teve sua história omitida e sua atuação minimizada frente à trajetória, por exemplo, dos grandes Generais<sup>51</sup>.

Esse aparente “esquecimento” se ampliava se os indivíduos em questão fossem negros ou mulatos, os quais, mesmo tendo sido fundamentais para que o movimento existisse e se prolongasse de 1835 a 1845, não foram muitas vezes destacados como integrantes desta Revolução.

<sup>49</sup> Fragmento do Manifesto do Presidente da República Riograndense, Piratini, 29 de agosto de 1838 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Referência 39,13,24- p. 3, Acervo Obras Raras).

<sup>50</sup> Vale lembrar que Província do Rio Grande do Sul se enquadra sensivelmente na história da região platina, no processo de expansão tanto dos reinos de Portugal e Espanha, como do Império do Brasil. Por se configurar em uma região fronteira, de disputas, de trânsito e de interesses, sendo também um espaço social e economicamente construído, enquanto espaço de circulação de homens, de idéias, de culturas e de mercadorias; adquirindo, portanto, um sentido ‘transnacional’ (PADOIN, 1998).

<sup>51</sup> Foram Generais da República: João Manuel de Lima e Silva, Bento Gonçalves da Silva, Antônio Souza Netto. Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro e João Antônio da Silveira.

Desempenhando um importante papel como fonte de mão de obra<sup>52</sup>, tanto no trabalho das estâncias, como na criação de gado<sup>53</sup>, muitos personagens desse período e que estiveram, de alguma forma, envolvidos com a Farroupilha, se “perderam” quando a historiografia buscou relatar a história do movimento.

Não teríamos como, e nem é a pretensão desta dissertação, mapear todos os lugares, postos e cargos pelos quais os considerados “homens de cor” passaram, mas, sim, colaborar em uma ampliação dos horizontes em relação a esta atuação.

Apontando estudos que trouxeram contribuições sobre a questão da cor no período imperial, torna-se válido destacar, ainda, alguns personagens que, assim como José Marianno de Mattos, perceberam, através de sua cor, a realidade desta sociedade.

## 1.2 TRAJETÓRIAS NA HISTORIOGRAFIA DO BRASIL IMPERIAL

O Brasil no período imperial foi, e continua sendo, tema de diferentes trabalhos que buscam, ao longo de suas páginas, contribuir através de novos problemas e olhares para a história de um Brasil em formação.

Selecionando alguns autores que em suas escritas fizeram referências a trajetórias de homens que vivenciaram a mesma sociedade que José Marianno de Mattos e que tiveram na “cor” um obstáculo a ser enfrentado, apontamos alguns indícios destas histórias e destes personagens.

Com trabalhos que evidenciam afirmações expostas ao longo desta dissertação, autores como Elcine Azevedo (1999) ganham importante destaque ao trazer a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.

A autora apresenta em seu trabalho resultado de sua dissertação de mestrado, o personagem Luiz Gama, filho de fidalgo português e de africana livre, vendido pelo pai ilegalmente como cativo para cobrir dívidas de jogo.

Conseguindo em São Paulo a simpatia de protetores poderosos, Gama encontrou uma possibilidade de modificar a situação em que se encontrava, alfabetizando-se e conquistando sua liberdade. Aderindo ao movimento republicano paulista, “[...] editou jornais, aprendeu a

<sup>52</sup> Fernando Henrique Cardoso (1977), em seu trabalho *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, destacou-se por evidenciar de forma mais direta a importância dos negros cativos na sociedade rio-grandense, antes pouco mencionada pela historiografia, comprovando através de documentações do período colonial, o aumento da presença de escravos na campanha rio-grandense e o estabelecimento de uma sociedade bem definida, onde senhores de terra eram sustentados em grande parte pelo trabalho escravo.

<sup>53</sup> Ver Helen Osório (1999) e Luis Augusto Farinatti (2007), que trouxeram preciosas contribuições a respeito do referido tema.

advogar na prática do foro e, com ajuda de uma loja maçônica, colocou o conhecimento jurídico que obteve a serviço da causa da liberdade dos escravos” (AZEVEDO, 1999, p. 16).

Destacando também um Luiz Gama como poeta satírico<sup>54</sup> em relação àqueles indivíduos que se pretendiam brancos, Azevedo (1999) faz significativas ponderações, dialogando com esta identidade construída. O pertencimento a um mundo branco letrado e às redes de solidariedades existentes, evidenciam a presença de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que permitia uma ampliação do espaço de ação política de Gama, não impedia que o personagem em questão fosse discriminado pelo fato de ser um ex-escravo.

De escravo a “doutor”, o personagem trazido por Azevedo (1999) se apresenta de uma importante riqueza, envolvido por uma série de conflitos e embates “entre a admiração e o ódio dos homens brancos” (AZEVEDO, 1999, p. 266), onde Luiz Gama soube encontrar o seu espaço e construir o seu prestígio.

Sendo um interessante objeto de estudo para entender o contexto que o cercava, o estudo de Azevedo (1999) permite um oportuno diálogo com a sociedade do período imperial, evidenciando os diferentes espaços transitados pelo seu personagem.

A pesquisa de Regina Xavier (2002), desenvolvida enquanto tese de doutorado, também busca elucidar, através da trajetória do liberto Tito de Camargo Andrade, um homem que viveu em Campinas no século XIX, um maior conhecimento sobre a sociedade campineira deste período e como o estudo deste personagem pôde possibilitar uma maior compreensão sobre a construção das alianças e a vivência dos conflitos sociais desta época.

Partindo de um trabalho que priorizou o estudo das relações sociais a partir dos sujeitos analisados, a autora estudou também a irmandade de São Benedito, tendo como foco de sua atenção as relações internas e os interesses que a envolviam, permitindo a compreensão deste espaço como sendo essencialmente de lutas e conquistas.

Tito de Camargo Andrade, por sua vez, se apresentou como um interessante objeto de estudo ao estabelecer distintos relacionamentos sociais e permitiu, segundo Xavier (2002), através de suas experiências particulares, integrar enquanto partes de um mesmo processo, diferentes temáticas, como insurreições escravas, famílias e irmandades, possibilitando uma reflexão sobre a história social e cultural do negro com um olhar e com “horizontes mais largos” (XAVIER, 2002, p. 323).

Keila Grinberg (2002), em *O fiador dos brasileiros – cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, levanta a trajetória de um notável político e

---

<sup>54</sup> A autora Elciene Azevedo (1999) baseia-se na leitura de *Trovas Burlescas de Getulino*, única obra publicada por Luiz Gama, datada de 1859.

advogado no período imperial, filho de um alfaiate português e de uma negra brasileira. A referida autora, ao trazer esse personagem em sua publicação, objeto de sua tese de doutorado, evidencia as incoerências de um período marcado pela escravidão.

Com uma visão peculiar do seu entorno, Rebouças passou a ocupar lugares de prestígio para o período, integrando a elite da Corte. Embora os seus “pares” jamais tenham esquecido sua cor, como Grinberg (2002, p. 27) nos lembra, “[...] em não poucos momentos ele teve de provar sua condição, demonstrar que dispunha de direitos civis”.

Assim, a trajetória de Rebouças nesse período é usada como um fio condutor, não apenas para desvendar a história deste personagem, mas, também, para uma melhor compreensão do seu entorno. Segundo Grinberg (2002, p. 27):

Sua trajetória é uma boa porta de entrada para entender o mundo dos advogados do século XIX, seu universo jurídico e político, suas ligações com a política e, principalmente, com os grandes debates de seu tempo, dos quais os mais importantes tinham relação direta com seu destino pessoal: a cidadania, o fim da escravidão no Brasil e a constituição de direitos civis para africanos e seus descendentes.

João José Reis (2008), em seu trabalho *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, é outro autor que apresenta um texto que, pela sua riqueza de informações e ângulos de abordagem, soma de forma comparativa a José Marianno de Mattos, no que se refere a alguns aspectos da sociedade no Brasil Imperial.

Trazendo como objeto de estudo a análise de vida do africano liberto que viveu na Bahia no século XIX, Reis (2008), ao apresentar Sodré como figura de destaque entre a população africana da localidade, permite uma leitura sobre as relações sociais, econômicas e de poder vivenciadas pelo liberto.

As análises feitas por Reis (2008) em relação a Sodré tornam-se bastante valiosas para esta pesquisa, na medida em que o referido autor o apresenta como um sujeito em transformação, transitando por diversos meios sociais e culturais, incorporando diferentes identidades ao conviver tanto com o mundo dos “pretos” quanto com o dos “brancos”.

Dessa forma, os trabalhos acima mencionados de Azevedo (1999), Xavier (2000), Grinberg (2002) e Reis (2008), embora estudando trajetórias pessoais em regiões diferentes, permitem um interessante diálogo com o objeto de estudo trazido neste trabalho.

José Marianno de Mattos e os personagens paulistas e baianos, apesar de suas peculiaridades, colaboram para uma maior compreensão das relações sociais existentes no

período imperial, independente de terem sido imortalizados em ações do cotidiano ou de uma guerra civil.

Ciente dos objetivos e das limitações existentes em cada pesquisa, torna-se instigante apontar os espaços de circulação encontrados pelos mulatos, em um Brasil em que o processo de identidade estava sendo construído, nos evidenciando uma mobilidade inusitada e as possibilidades de acesso, utilizadas por alguns homens de cor, como forma de ingresso a realidades sociais distintas e valorizadas.

Considerando nesta dissertação que fatores como condição social e rede de relações, poderiam, sim, ser mais relevantes que a pigmentação de pele ou características físicas, destacamos alguns autores que através de seus estudos também discutiram a questão da cor como uma construção social.

José D'Assunção Barros (2009), em trabalho que leva em seu título a grande questão levantada neste primeiro capítulo – *A construção social da cor* –, irá exatamente questionar essas concepções. Para esse autor:

[...] ninguém nasce negro ou branco, aprende-se a ser negro ou branco no seio de determinadas sociedades que, através de indelével e complexos processos culturais, terminaram por implantar esta forma de percepção na mente de cada um dos indivíduos que a constituem (BARROS, 2009, p. 11).

Compreendendo cor como resultado de um lugar social, Roberto Guedes (2008), em recente trabalho intitulado *Egressos do cativo – trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*, ao defender a tese de uma possível mobilidade expressa na cor, desenvolve de forma bastante coerente a existência de uma alteração das cores com a escravidão. Para este autor, “[...] hierarquia e a posição social manifestas na cor eram fluídas e dependiam de circunstâncias sociais, sendo reatualizadas, negociadas” (GUEDES, 2008, p. 102).

Assim, o indivíduo considerado negro no Brasil encontrou o seu espaço na sociedade imperial brasileira como importante fonte de mão de obra, mas não se limitou a esta situação. Mesmo que em grande parte estivesse na condição de escravo, o “negro”, em alguns casos, conseguiu se inserir de outras formas na sociedade, como, por exemplo, se alistando na condição de soldado, junto às tropas do exército<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Diferindo da inserção daqueles indivíduos que possuíam uma condição socioeconômica mais elevada e/ou uma rede de relações que possibilitavam, em alguns casos, o acesso a cargos considerados de destaque nesse período.

Embora algumas pesquisas, como já mencionamos anteriormente, estejam trazendo colaborações com o objetivo de aos poucos ir desvelando essa história, um interessante questionamento se faz evidente quando nos remetemos a este assunto: quais os significados atribuídos para o ser mulato durante a Revolução Farroupilha? O que essa palavra representava? A quem ela se referia?

### 1.3 O “NEGRO” E O “MULATO” NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

A República Rio-Grandense, proclamada em 1836, por farroupilhas que acreditavam que esta poderia ser um importante passo para a conquista de seus interesses políticos e econômicos, mesmo sendo de caráter liberal, ainda era mantida e sustentada em sua grande parte, como nas demais regiões do Brasil deste período, por mãos e braços escravos.

Embora o movimento criticasse veementemente sua condição de “escravo” perante a corte, este por vez ignorou o sentido desta palavra, bem como da almejada “liberdade”, utilizada em muitos textos e manifestos republicanos para expressar a condição e o interesse farroupilha.

Mas que liberdade era essa que não se estendia a todos os indivíduos que integravam esse movimento?

No período estudado neste trabalho, a constante forma de diferenciação social expressa na relação cor – lugar social se faz notável em diferentes fontes documentais da época em questão.

Basta nos perguntarmos quem eram referenciados oficialmente como negros e mulatos. O uso do termo “oficialmente” se faz necessário ao lembramos que muitos pensamentos e opiniões presentes nessa sociedade não eram expressos somente em documentos disponíveis ao acesso e à leitura de outras pessoas, mas, e diríamos que principalmente, em documentos pessoais, nos quais se poderia, de forma mais livre, declarar diferentes leituras e vivências de uma época, sem o receio da crítica ou da grande exposição.

Um interessante exercício é analisarmos a que indivíduos o termo mulato era associado, tanto em jornais<sup>56</sup>, como nas correspondências desse período.

---

<sup>56</sup> Álvaro Klafke (2011, p. 12), ao estudar a imprensa sul-rio-grandense considerada legalista, lembra que os textos de jornais constituem uma fonte preciosa para a análise da postura política de indivíduos e grupos. “Espaço privilegiado para a exteriorização da crítica, da pressão política e dos projetos que cercavam a fundamentação de um Estado e de uma Nação que se constituía, a imprensa periódica de todo o Império desempenhou papel importantíssimo no período que se seguiu a Abdicação” (KLAFKE, 2011, p. 12).

Considerando Hebe Mattos (2004), já citada anteriormente neste trabalho, por destacar através de seus estudos a forte relação entre cor e condição social, principalmente no que se refere ao escravo, os anúncios presentes em alguns jornais de Porto Alegre entre 1835 - 1845 reafirmam a constante vinculação entre cor e lugar social.

-Hum Pardo de 30 annos, Oleiro Bulieiro, hum negro da mesma idade, muito ágil para todo o serviço, quem pertencer qualquer delles, venha a esta Typografia.  
 -Quem quizer comprar um preto, próprio para o serviço de roça, dirija-se a esta Typografia, onde se lhe dirá quem o vende por commodo preço.  
 -Vende-se uma mulata, ainda mossã, e sem vícios, e muito abil para o arranjo de uma casa, quem a pretender comprar; dirija-se a esta Typografia, que se lhe dirá quem vende (O AVISADOR, 1835).

Em anúncios de venda de escravos publicados pelo O Avisador, jornal circulado em Porto Alegre em 1835, evidenciamos as diferentes “cores” e denominações atribuídas a escravos: pardo, preto e mulato. Tais referências eram constantemente feitas nesse período, onde essas “características” eram ressaltadas, definindo “as peças” colocadas à venda.

Essa era uma das poucas partes em que a “cor” de um indivíduo aparecia, uma vez que nas outras páginas desses e de outros jornais do mesmo período se tornaria desnecessário entrar nesta questão para indivíduos que não fossem escravos.

Os nomes que ganhavam as folhas dos jornais desse período, quando não em anúncios, como já mencionamos anteriormente, eram de indivíduos que de uma forma ou outra estavam envolvidos em questões políticas e econômicas do período. O lugar social que ocupavam já definia sua cor, nenhuma outra referência se fazia necessária quando se estava em lugares considerados de destaque social, como em cargos administrativos ou de comando.

Essa é uma interessante contradição que podemos apontar se levarmos em consideração o fato de José Marianno de Mattos aparecer frequentemente, nos mais diversos jornais desse período, e este não ser branco, mas, sim, mulato.

E não, esse não aparecia em anúncios de escravos, mas nas colunas relacionadas a decretos ou que noticiavam as principais decisões políticas que estavam sendo tomadas durante a República Rio-Grandense, na qual ele, um homem de cor, era um dos principais líderes e envolvidos nos rumos que o movimento farroupilha tomava.

Essa omissão ainda se faz presente, onde personagens têm sua cor silenciada e a ideia de uma elite exclusivamente branca continua a assombrar grande parte da historiografia que estudou o movimento.

Considerando que por muito tempo o uso das fontes tidas como oficiais se fez presente como documentação principal de estudos desse movimento, torna-se um pouco explicável o emprego de determinadas abordagens.

As cartas, diferentemente dos jornais, nos evidenciam algumas vezes a atuação de mulatos também em outras posições. Embora os jornais lembrem a presença desses, nos batalhões do movimento imperial e farroupilha, é nas correspondências que encontramos maiores referências a mulatos não apenas como escravos.

Em carta que integra a Coleção Varela, datada de 1840, o Tenente Coronel Manuel Antunes da Porciúncula, ao escrever para o Chefe de Polícia, Sr. Ignácio Guimarães, faz a solicitação de homens pretos e de cor para sentarem praça no Esquadrão de Lanceiros:

Nesta mesma ocasião fasso seguir o Capitão Pedro de Quevedo, o qual se deverá igualmente apresentar a V. Sa., a quem encarrego de pegar alguns homens pretos, e de cor, que estejam nas circunstancias de sentarem praça no novo Esquadrão de Lanceiros que o mesmo Exmo. Sr. está organizando<sup>57</sup>.

Formado em 12 de setembro de 1836, o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros teve um papel fundamental na Batalha do Seival, considerada como um dos conflitos militares mais decisivos na Revolução Farroupilha, fazendo com que alguns anos mais tarde, mais precisamente em 31 de agosto de 1838, fosse criado o 2º Corpo de Lanceiros Negros.

A participação de escravos junto aos batalhões se apresentou como uma alternativa para aqueles que acreditavam que o movimento farroupilha lhes traria a liberdade. Jozé, considerado filho desta província de São Pedro do Sul, foi um dos escravos alforriados para poder se alistar no chamado “corpo de libertos”, comandado pelo Coronel Bento Gonçalves, como se pode evidenciar no fragmento abaixo:

Por virtude das ordens de sua excelência o Snr. General das armas datada de 21 de março deste anos [sic], recebi do Snr. Francisco Xavier de Farias hum escravo de nome Jozé, pardo filho desta província, de vinte e seis anos ao qual o mesmo senhor tem dado alforria para se poder alistar no corpo de libertos desta província. Para constar a onde convenha mandei passar presente [sic] por mim somente assinada<sup>58</sup>.

Mas a alforria concedida aos soldados foi bastante contraditória, causando grandes transtornos durante a Revolução. Em correspondência de 26 de janeiro de 1841, destinada a

---

<sup>57</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 7517, 27 de julho de 1840.

<sup>58</sup> SILVA, Bento Gonçalves da. Alforria, 29 de abril de 1826. Fundos do Arquivo Histórico de Pelotas/RS.

Domingos José de Almeida, e assinada por João José Damasceno, é mencionado o problema de um pardo que atendia pelo nome de Manuel Joaquim:

Compadre e bom amigo  
 Nestes 20 dias quero mandar 400 couros para o Cerro Largo; portanto se houver alguma porção de couros que V. Exa queira vender com seu aviso irei vê-los e ajustarmos os preços.  
 O portador deste é o pardo Manuel Joaquim que requereu a sua justa liberdade que lhe querem roubá-la da qual a possui há muitos anos como soldado de 1ª linha.  
 Sua comadre e eu nos recomendamos a V. Exa. Como seu fiel e obrigado amigo ( a )  
 João José Damasceno<sup>59</sup>.

Damasceno, ao escrever a Almeida, enfatiza a situação pela qual passaram muitos escravos nesse período: a da “falsa” liberdade. A carta acima mencionada, ao mesmo tempo em que nos aponta a atuação de homens de cor como soldados (por acreditarem ser esta uma maneira de tentar conquistar sua alforria), evidencia também como pertencer aos batalhões neste período se apresentaria como uma condição instável, onde a qualquer momento estes mesmos homens poderiam ter seus objetivos ameaçados e o seu retorno à condição de escravo estabelecido.

Nesse período, era um tanto comum que fatos como esses acontecessem, uma vez que a liberdade prometida prejudicava em parte os interesses econômicos de muitos líderes desse movimento. Assim, registravam-se casos de haver negociações entre senhores e os representantes da República Rio-Grandense para que seus escravos não fossem utilizados como combatentes no movimento. Essa solicitação consta na minuta de 30 de agosto de 1841, onde se publica:

Manda S.exª o Sr. Presidente da República que o mulato Domingos escravo de Franciso José Bueno e seu capataz, não seja ocupado em serviço algum da República, em atenção ao donativo que acaba de prestar seu senhor, o referido Bueno, o que cumprirão as autoridades a quem o conhecimento desta pertencer. Secretaria do interior e fazenda encarregada do expediente da Guerra em Bagé, 30 de agosto de 1841

Em carta datada de 1844, na qual consta a *Relação do Prisioneiros feitos em Santa Roza e em outros pontos da Província*<sup>60</sup>, a referência a soldados e a 2º Tenentes como cargos sendo ocupados por homens pardos também fornecem indícios da participação dos então “homens de cor”. Tal listagem indica a existência da possibilidade de ascensão<sup>61</sup> nos cargos

<sup>59</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS ,CV 4219, 26 de janeiro de 1841.

<sup>60</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV 7263, 4 de fevereiro de 1844.

<sup>61</sup> Compreende-se ascensão social não apenas com enriquecimento ou aspecto econômico, mas também como reputação social. Segundo Guedes (2007p. 345), “[...] ascensão social podia levar à mudança de cor”.

militares, onde pretos, pardos, mulatos não se limitariam apenas a soldados, podendo, em alguns casos, ocupar postos melhores.

As correspondências de Antônio Vicente Fontoura a sua esposa Clarinda foram outras fontes de indícios da participação de mulatos em cargos elevados. Fazendo citações diretas à cor de Mattos como mulato, cartas estas que analisaremos no próximo capítulo, Fontoura direcionou suas críticas também a outros indivíduos, como ao “preto major Medina” (FONTOURA, 1984, p. 163) e ao “pardo Joaquim Pereira de Borba, que era inspetor de tesouro” (FONTOURA, 1984, p. 166).

Fontoura, ao mencionar esses personagens e, junto a eles, o que percebia como sendo sua cor, possibilita um contato com informações até então ignoradas por outras documentações. Mattos não foi um caso isolado, e sim, silenciado. Ele, como outros indivíduos, circulou em diferentes espaços, em lugares que se apresentaram importantes o suficiente no período para despertar as ofensas do então líder farroupilha em suas cartas.

Mas essa afirmação vem de encontro a matérias divulgadas nesse período. O *Jornal Artilheiro*<sup>62</sup>, de 1837, ao lembrar à situação dos denominados “pretos”, traz a seguinte colocação: “Os Pretos, que por mais que se esforcein, por mais que se fatiguem, nunca melhorão de sorte, nem sahem de sua humilhante condição; [...] sempre abatidos, sempre ignorantes, e sempre escravos” (ARTILHEIRO, 1837, p. 2-3).

De uma forma bastante direta e enfática, o referido jornal expressa o que por muito tempo se internalizou como pensamento vigente no período imperial, de uma desigualdade evidente, onde, uma vez escravo, seu destino na sociedade estaria traçado como alguém sempre inferiorizado e que deveria ser visto como incapaz.

Hoje cabe denunciar esse pensamento, incorporado por homens daquele tempo e que é resultado de uma sociedade preconceituosa e hierarquizada, que buscava alimentar este tipo de discurso como uma maneira de manter a divisão social então existente.

Vale destacar que o mesmo jornal que faz essas colocações é o que anuncia, em exemplares posteriores, a nomeação como Comandante da Artilharia, de José Marianno de Mattos<sup>63</sup>, e que silencia o fato de a “cor” deste não ser branca, mas mulata.

Equívocos? Omissões? O fato é que a Revolução Farroupilha é permeada por assuntos ainda não esclarecidos e discursos contraditórios, não condizendo com as atitudes tomadas no período.

<sup>62</sup> Jornal de tendências legalistas, circulado em Porto Alegre entre junho de 1837 e julho de 1838.

<sup>63</sup> *Jornal O Artilheiro* – Sabbado, 4 de novembro de 1837.

Em um manifesto das forças imperiais destinada ao que eles chamavam de “Illudidos Rio Grandenses”, evidencia-se as falsas promessas feitas aos homens de cor visando ao recrutamento de soldados e ao enfraquecimento das tropas inimigas:

O General Commandante em Chefe aos Riograndenses e ao Exercito!  
 Illudidos Rio Grandenses, que ainda vos achaes nas fileiras da desorganização, não tendes bem patente vossa illusão? [...] Homens de côr, que estaes entre os rebeldes servindo de instrumento aos seos malvados projectos, O Governo Imperial de vós se não esqueceo, sabendo que fostes constringidos por esses homens, que vos armarão...abandonai-vos; e vinde apresentar-vos ao Exercito da Legalidade, sereis perdoados e libertos: aproveitai-vos. Quartel General no Rio Grande dois de dezembro de 1839.  
 Manoel Jorge Rodrigues  
 Na Typographia do Mercantil, Praça de São Pedro d’Alcantara. 1839<sup>64</sup>.

O perdão e a liberdade citados no fragmento acima foram palavras que, embora mencionadas muitas vezes, tanto por imperiais, quanto por farroupilhas, foram desconhecidas em sua prática por escravos que almejavam a condição de liberto. Os farrapos apropriavam-se do discurso da liberdade como forma de fortalecer seus batalhões, uma vez que a presença de negros e mulatos nos conflitos que se estabeleceram nesse período foi fundamental para o prolongamento do movimento.

Assim, como toda guerra, os farroupilhas e imperiais montaram as suas estratégias, e nelas os homens de cor integrariam as fileiras dos seus exércitos e lutariam muitas vezes não por qualquer lema circulado nos mais diferentes jornais do período. Esses, embora muito bem escritos, eram apenas palavras em um papel. Eles precisavam de homens motivados, que lutariam de fato pela causa, e nada mais motivador do que ter a promessa de liberdade, de possibilidade de mudança e assim a conquista da tão almejada alforria. Esse sim foi um argumento pelo qual muitos homens de cor desse período se envolveram com o movimento farrapo e foram enganados por este.

Entrar de forma mais aprofundada nessa discussão se torna desnecessário, considerando que trabalhos anteriores a este já evidenciaram que a questão abolicionista nunca esteve de fato nos planos dos farrapos.

Margaret Bakos (1985), em *A escravidão negra e os farroupilhas*, problematizou o Tratado de Ponche Verde - 1845, em que se afirmava que seriam livres e como tal reconhecidos todos os cativos que lutaram ao lado da República. Essa afirmativa foi questionada ao longo de seu texto, onde a autora enfatizou que a República Rio-Grandense nunca libertou de fato seus cativos, sendo prova disto o fato de muitos dos líderes farroupilhas

---

<sup>64</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV-7910, 02 de dezembro de 1839.

transferirem seus escravos para propriedades no Uruguai, como foi o caso de Domingos José de Almeida (BAKOS, 1985). Outro exemplo ainda citado pela autora é Bento Gonçalves, que deixou, ao morrer, em 1847, uma herança de 53 escravos em sua fazenda de Camaquã.

Dessa forma, a questão da liberdade se apresentaria como “moeda” de troca, que só era lembrada quando houvesse um retorno favorável para a elite dominante do período.

Essa era a sociedade em que se encontrava o personagem que estudamos nesta dissertação. E era dessa forma que o movimento do qual José Marianno de Mattos fez parte tratou muitos daqueles que colaboraram para a sua sustentação.

Em meio a incoerências e contradições, interesses coletivos e particulares, a historiografia, muitas vezes, se perdeu ao abordar determinados pontos dessa história e incorporou em sua escrita as mesmas omissões referentes à questão dos mulatos no movimento farrapo.

Embora tentar defini-los seja uma tarefa bastante complexa, visto que, como já buscamos enfatizar, a cor é fluída e “percebida” de acordo com o contexto/lugar social que um indivíduo ocupa em determinado momento, questionar quem são esses sujeitos na Revolução Farroupilha se torna um importante exercício para a compreensão dessa pluralidade de significados existentes.

## **2 UM CARIOCA ENTRE OS FARRAPOS – A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ATUAÇÃO DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA**

A história da Revolução Farroupilha, além de permitir elucidar questões importantes sobre a história do Rio Grande do Sul e dos rio-grandenses, possibilita também uma compreensão do contexto nacional e de outros personagens vindos de diferentes partes do Império e que, ao se envolverem com a causa e com os ideais republicanos, passaram a ser considerados farrapos.

Natural do Rio de Janeiro, José Marianno de Mattos se apresenta como um dos vários nomes que lutaram nos combates desse período. Deixando suas regiões de origem, por motivos variados, muitos indivíduos encontraram no sul do país um lugar e um momento conveniente para os seus interesses, levando-os a estabelecer raízes e a se envolverem com as insatisfações locais.

A região Sul, anos antes de 1835, já vinha em uma constante reivindicação de maiores autonomias políticas e econômicas, e foi neste cenário de propagação de ideias e descontentamentos que os personagens desta revolução encontraram-se envolvidos.

No caso específico de Mattos, que era carioca, vindo de uma sociedade que diferia em alguns aspectos da rio-grandense, a mudança de ambiente, bem como do impacto político, eram ainda mais evidentes<sup>65</sup>.

Sendo sede da Corte Imperial, o Rio de Janeiro presenciou as mais importantes transformações políticas, por ser o palco das principais decisões dos governantes deste período. Era nesse cenário que também se situava a Academia Real Militar, instituição responsável por preparar muitos soldados que se espalharam pelo Império. E foi através dessa instituição que a história de Mattos e da Revolução Farroupilha se aproximou.

Com poucas informações encontradas em trabalhos/pesquisas sobre esse personagem, buscamos brevemente apontar estudos que em algum momento citaram Mattos e fizeram referência à participação deste no movimento.

---

<sup>65</sup> No período que antecede a eclosão do movimento Farroupilha e que coincide com a vinda de José Marianno de Mattos para a região Sul em 1830, uma insatisfação com a política e a economia, por parte das elites regionais, ganhava diferentes formas de repercussão. O Rio Grande do Sul, ao Proclamar a República Rio-Grandense, se estabeleceu como um grande inimigo do Império, desafiando o poder central ao impor uma nova e independente forma de governo.

Considerada uma das responsáveis pela construção social existente em relação ao papel do mulato no movimento farrapo, a historiografia<sup>66</sup> que estudou a Revolução Farroupilha delegou, ao longo dos anos, um pequeno espaço ao estudo deste e de muitos outros personagens, principalmente se não pertencessem à elite do movimento.

Embora Mattos fizesse parte desse seleto grupo que tinha o poder de tomar as principais decisões políticas do período, o interesse por parte dos pesquisadores pela sua história pode ser considerado mínimo.

Afinal, por que se deveria dar atenção a esse personagem? Pelo fato de ter sido um indivíduo que, contrariando o que a historiografia buscou consagrar como lugar de acesso a homens tidos como “brancos”, evidenciou com a sua trajetória, ter sido ocupado por um mulato? Por esse ser um importante exemplo para a compreensão de como a cor de determinada pessoa pode ser transformada, ou, por vezes, “esquecida”, quando o cargo/posto que este ocupa já a define?

Muitos poderiam ser os motivos expostos para o estudo dessa e de outras tantas histórias de homens mulatos que por muito tempo permaneceram silenciadas. Mas a dúvida maior que levantamos neste momento é o porquê de ainda não terem sido questionadas.

As repostas para essas perguntas podem ser de várias origens e o que podemos encontrar são hipóteses mais ou menos plausíveis, sem saber ao certo um motivo específico e se este existe.

Uma tentativa que pode ser realizada é um rastreamento através de obras já publicadas e que tiveram como temática a Revolução Farroupilha, analisando como e quando José Marianno de Mattos é referenciado.

Propor encontrar todas as citações feitas a esse personagem é um tanto que inviável em virtude da vasta publicação existente em torno do movimento farrapo. Assim, selecionando os trabalhos<sup>67</sup> os quais consideramos que, de uma forma ou outra, trouxeram contribuições que devem ser salientadas nesta dissertação, enumeramos alguns autores que destacaram, em sua escrita, referências ao personagem em questão desta pesquisa.

---

<sup>66</sup> O termo historiografia utilizado neste trabalho é baseado em Gutfreind (1992,p. 11), que o conceitua como algo que está integrado em um momento histórico, “[...] sendo o resultado do trabalho individual ou de um grupo de intelectuais”.

<sup>67</sup> Ciente da vasta produção existente, cuja temática envolve o movimento farrapo, elencamos alguns trabalhos, sem a pretensão de citar todos os estudos que nomearam o personagem José Marianno de Mattos, mas aqueles que, a nosso ver, trouxeram contribuições que consideramos relevantes neste assunto.

## 2.1 JOSÉ MARIANNO DE MATTOS *POR* ALFREDO VARELA

Dissertar sobre a participação de um personagem como José Marianno de Mattos em um contexto que tem como cenário principal a Revolução Farroupilha torna-se uma tarefa desafiadora se levarmos em consideração a produção bibliográfica existente em torno deste movimento.

Com diferentes abordagens e com os mais variados objetos de análises, pesquisadores e estudiosos, ao longo dos anos, buscaram trazer novas colaborações e, principalmente, novos olhares sobre o evento, que, mesmo sendo bastante lembrado pela historiografia, principalmente a regional, ainda necessita que perguntas novas sejam realizadas e personagens trazidos para debate, como o que apresentamos.

Mas tão importante quanto questionar e enfatizar a importância de novas leituras e produções é estarmos também atentos para as contribuições de trabalhos já existentes, mas por vezes pouco lembrados, e que ainda possibilitam maiores esclarecimentos sobre o movimento farrapo.

Das publicações que fizeram história e que podem ser consideradas como um clássico da historiografia regional do Rio Grande do Sul, a Coleção Varela ganha destaque, por poder ser considerada como uma leitura fundamental para quem quiser se aventurar pela ampla, mas instigante, temática da Revolução Farroupilha.

Alfredo Augusto Varela de Vilares, ou Alfredo Varela, como é mais conhecido, foi um importante historiador brasileiro e que se apresenta como um dos principais estudiosos dessa Revolução. Sendo o responsável não só por organizar a documentação estudada neste trabalho, que foi posteriormente publicada nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>68</sup>, como também por escrever o que ficou conhecido como a História da Grande Revolução, tendo uma produção bastante importante em relação a este tema.

Publicada em 1933 pela Editora e Livraria do Globo, o trabalho de Varela que fazemos referência neste item é composto por 6 volumes que buscam descrever os principais acontecimentos do movimento farrapo.

---

<sup>68</sup> Grande parte da documentação que compõe o acervo Varela pertencia ao arquivo particular de Domingos José de Almeida, que o guardou inicialmente com a pretensão de escrever a história dos farrapos. Ane Ines Arce (2011), em trabalho intitulado *Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher entre o pó das idades: uma história arquivística da Coleção Varela*, se propõe a estudar a trajetória da Coleção Varela desde o seu início, ainda no período farroupilha, até integrar o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Vale lembrar que essa obra, que já serviu de fonte para muitos estudos, foi alvo de severas críticas, entre outros motivos, por defender o caráter separatista do movimento e as fortes relações e influências do Prata<sup>69</sup>.

Varela, buscando escrever o que considerava ser uma história científica da Revolução, fundamentando-se em documentos oficiais, relatos de viajantes, correspondências diplomáticas, jornais, entre outras fontes, evidenciou o seu desejo de escrever a história completa e final deste movimento, eternizando-o em suas páginas. O que seria uma grande ilusão.

Sem a pretensão de fazer uma análise abrangente dessa obra, valorizando sua escrita e impacto na historiografia, que sabemos que ainda é bastante significativo, buscamos e referenciamos essa produção e esse autor por esse trabalho trazer indícios e citações do personagem estudado nesta dissertação: José Marianno de Mattos.

Não sendo tema principal de nenhuma pesquisa que trabalhou com o movimento farrapo, Mattos esteve relacionado aos eventos políticos desse período, fazendo, mesmo que indiretamente, com que sua presença e atuação fosse mostrada e lembrada.

Nas escritas de Varela (1933, v. 2, p. 50), a presença de Mattos, embora de uma forma pequena, se faz presente, onde o autor, ao descrever acontecimentos da época, e os primeiros atos que levaram ao desenrolar da Revolução, lembra que:

Deixam-se ver, nesse momento, mais do que nunca, uma plêiade de agitadores, de brilhante destaque, todos, cujo papel, em virtude do methodo que se adoptou, precisa ter exame entre as forças individuaes concorrentes que fizeram estalar a Revolução. Pela actividade proteiforme, o perfil de Maximo relevo nas sombras da conspiração, é o de José Mariano de Mattos.

Baseando-se em alguns autores<sup>70</sup>, bem como em fontes documentais, Varela (1933) evidencia em seu texto a presença do carioca nas forças farroupilhas já como um homem de respeito e de influências entre a elite revolucionária.

---

<sup>69</sup> Gutfreind (1992), no trabalho *Historiografia Rio-Grandense*, aponta a produção de alguns historiadores, diferenciando-os de acordo com as suas matrizes ideológicas: a platina e a lusitana. Na matriz platina, situam-se os historiadores que dão ênfase à região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense, já a Matriz Lusitana irá diferir, por minimizar as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina, defendendo a supremacia lusitana na região.

<sup>70</sup> Para fazer referência a Mattos, Varela utiliza-se frequentemente de Pretextato Maciel e Raul Pontes.

Considerando que essa Revolução foi composta por muitos homens que não eram rio-grandenses<sup>71</sup> e adotaram a região, devido a interesses políticos, econômicos e ideológicos, o referido autor ainda destaca:

Ao revez, o que é de presumir é que esse “grupo”, quase todo composto de filhos de outras províncias, buscasse resolver, com o problema rio-grandense, o problema nacional. [...] Convictos de que a terra do berço não era mãe, sim madrasta, e zona votada ao captivo, até que o regimen livre, erguido no sul, reagisse como exemplo regenerador e emancipador; adheriram com entusiasmo á empreza farroupilha (VARELA, 1933, v. 2, p. 54).

José Marianno de Mattos foi um desses. Carioca, fluminense, Mattos foi um dos muitos homens que nesse período se vincularam à causa farroupilha. Militar, ligado às forças imperiais, foi transferido para a região sul, onde começou a entrar em contato com os problemas e insatisfações locais.

Varela (1933, p. 329), ao lembrar que “[...] no Riogrande os filhos das outras províncias, em sua maioria, se transformavam em patriotas de um nativismo estremadissimo e apaixonado”, menciona ainda o fato de José Mariano, em sua mocidade, ter se dedicado “de corpo e alma” (VARELA, 1933, p. 329) a este movimento.

Apontado por jornais do período como “um dos homens que mais trabalharam na revolução”<sup>72</sup>, Mattos esteve, segundo demonstra o mesmo autor, diretamente envolvido com os caminhos que percorreram o movimento.

Militar distinto, o carioca divergia opiniões entre seus companheiros de luta, mas sua habilidade no desempenho das batalhas era bastante enaltecida, sendo que a presença do mesmo durante o conflito se apresentava como um importante reforço, onde José Marianno de Mattos, como afirma Varela (1933, v. 2, p. 325), “valia por um bom par de legiões”, sendo a “alma da rebelião” (VARELA, 1933, v. 2, p. 364).

Ganhando destaque nessa obra pelos confrontos dos quais participava, Mattos tem algumas de suas qualidades destacadas:

No repetido atropelo dos raivosos arremessos e revides, quando mais estreitadas pelas caramuruas, as guerrilhas liberaes, José Mariano, que agiu como um bravo nesse melindroso instante, providenciou com inntelligencia, actividade (VARELA, 1933, p. 382).

---

<sup>71</sup> A Revolução Farroupilha contou com a presença de apenas uma parcela de rio-grandenses, já que muitos que nessa região habitavam se posicionaram a favor das forças imperiais. Assim, esse foi um evento que reuniu membros das mais diferentes regiões do Império, como: José Marianno de Mattos, Domingos José de Almeida.

<sup>72</sup> Referência à Revolução de 1831, jornal Aurora (VARELA, 1933, p. 229).

Apontado como o nome responsável pelo projeto que defendia a abolição do “cativeiro” (VARELA, 1933, v. 6, p. 16),<sup>73</sup> Mattos, segundo este autor, não teria tido sucesso com sua proposta, uma vez que “[...] a minoria, acaudilhada por Antonio Vicente opoz-se, irreductivel e fera, deixando-nos patente, este, com sua costumeira, penalisadora truculência, as frágeis razões em que se apoiava” (VARELA, 1933, v. 6, p. 17).

Lembrado também pela sua atuação no Prata, participação esta que abordaremos no próximo capítulo, Varela não omite o papel desempenhado por Mattos nas relações com os “vizinhos” uruguaios. Mencionando que “Jose Mariano deixara, um pouco antes, o exercício de seu alto cargo, para ir ao Uruguay avistar-se com alguns magnatas desse Paiz, então reunidos em Tacuarembó” (VARELA, 1933, p. 114), o mesmo autor ainda traz uma carta de Bento Gonçalves, onde este afirma que com “[...] a ida de Mattos não se faça mister esperar-me, [...] elle está munido de cartas-brancas, para romper qualquer dificuldade que possa aparecer, em minha ausência” (VARELA, 1933, p. 196).

De projetos “revolucionários”, como seria o da abolição, a representante na região do Prata, o José Marianno de Mattos apresentado por Varela propôs ações e desempenhou tarefas que repercutiram para o seu período.

Se o projeto de Mattos não tivesse encontrado forte resistência pelo grupo representado por Fontoura e fosse aprovado no período em que foi proposto, certamente o desenrolar da história do movimento farroupilha, bem como do Brasil Imperial, poderiam ter seguido caminhos completamente diferentes do que os que a historiografia frequentemente relata.

Os interesses que levaram Mattos a levantar a ideia de abolição do cativeiro, se espelhando nos vizinhos uruguaios, podem ter sido os mais diferentes possíveis, estando em jogo, além de interesses coletivos, como aumentar o número de soldados para a Revolução, interesses particulares e por vezes desconhecidos.

Os contatos feitos ao longo da temporada que Mattos esteve no Uruguai possibilitaram que o mesmo conseguisse obter, além de importantes aliados políticos, já que foi este um dos principais motivos de seu envio, maiores experiências ao negociar com lideranças políticas desta região, como foi o caso de Fructuoso Rivera.

---

<sup>73</sup> Segundo Varela (1933, p.17) a proposta de Mattos seria baseada na política adotada pelos vizinhos uruguaios que aboliram a escravidão em 1842.

Embora Varela não nos forneça maiores informações sobre o desempenho da tarefa de Mattos e das negociações por ele direcionadas<sup>74</sup> como intermediário no Uruguai, o autor registra ao menos sua presença e seu papel de negociador dos interesses farrapos.

Nas escritas de Varela, este se refere a Mattos como um importante líder político e um eficiente estrategista, que conseguiria com diferentes realidades e regiões ser representante das forças farroupilhas, como o foi no Prata. Mas, entre os aspectos mencionados ao longo dos textos, o da “cor” deste personagem não é lembrado, assim como a de nenhum outro líder do movimento.

O porquê de tal silêncio, como vimos, é um dos questionamentos que moveram este trabalho. Aqui é interessante frisar que Varela (1933) reconhece o papel desempenhado por Mattos e seu poder de influência no período. A questão que se apresenta a partir dessa constatação e sobre as dissertações, teses e livros que se seguiram a Varela (1933) é a persistência deste silenciamento.

Haveria na historiografia uma tendência à continuidade dos estereótipos formados pelo paradigma preconceituoso do século XIX? Ou foram feitas leituras longitudinais, pouco pontuais dessa Coleção?

Longe de ser um dos personagens mais citados por Varela em seu trabalho sobre a grande Revolução Farroupilha, as vezes em que foi mencionado foi referido pelas ações e papéis que ocupou e que estão intrinsecamente relacionados com a história deste movimento.

Assim, utilizando-se de diferentes citações, espalhadas ao longo dos 6 volumes que compõem a obra mencionada, lembrar nesta dissertação algumas colocações, mesmo que breves, feitas por este autor, se faz necessário para evidenciar que a atuação de Mattos no movimento farrapo se fez presente e foi evidenciada em uma das principais obras sobre a Revolução Farroupilha.

Ciente de que a publicação de Varela possui suas limitações e uma visão positiva dos fatos que se desenvolveram entre 1835-1845 na região sul, não entramos na discussão referente à forma como foi escrito este trabalho<sup>75</sup>, nem nos propomos a fazer uma análise mais aprofundada de sua coleção.

Mas, mesmo não sendo o objetivo desta dissertação, ao trazermos alguns fragmentos desta obra, onde direcionamos a nossa leitura à procura de indícios da participação de um personagem – Mattos –, não podemos deixar de enfatizar que a mesma foi escrita em um

<sup>74</sup> A atuação de Mattos na região do Prata está entre os temas a serem analisados no capítulo 3 deste trabalho.

<sup>75</sup> Essa discussão já foi proposta em trabalho de dissertação intitulado *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na história da grande revolução, de Alfredo Varela*, de autoria de Jaisson Oliveira da Silva (2010).

período de disseminação da ideia de uma visão nacionalista da história do movimento farroupilha.

O fato da cor de Mattos não ser referenciada e muito menos questionada nessa publicação torna-se reflexo do contexto histórico em que foi publicada e as influências recebidas por este.

Retratar uma Revolução, como ambicionou Varela, fez com que o mesmo contasse com a ajuda de informações históricas e com o envolvimento de personagens que participaram deste evento e que através de sua atuação o prolongaram ao longo de dez anos.

Embora pretendesse escrever uma história completa, Varela privilegiou poucos atores em sua obra, dentre eles, não é de se estranhar, os considerados líderes do movimento. Não saberia Varela que, ao fazer essa escolha, contemplando apenas a elite farroupilha, estaria cada vez mais longe do que ele esperava ser a História da Grande Revolução? Estaria ele ciente de que o personagem responsável por ações que ele considerou como sendo desempenhadas pelo Ministro carioca teriam sido executadas por um homem que não era branco, mas sim mulato?

Essas e outras provocações podem resultar em diversas hipóteses. Mas a que nos deteremos a tentar compreender é quem foi José Marianno de Mattos. Como conseguiu transitar em diferentes realidades sociais e se estabelecer como um nome importante para esse período?

## 2.2 UM MINISTRO MULATO

A historiografia que estudou a Revolução Farroupilha por muito tempo direcionou a sua produção para os mesmos eventos e personagens, colaborando na construção de um imaginário social e de uma tradição, uma vez que, como nos lembra Eric Hobsbawm (1997, p. 12), “[...] provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a ‘invenção’ de tradições [...]”.

E, entre representações e tradições inventadas, o historiador se tornou um personagem não imune, em que:

Todavia, todos os historiadores, sejam quais forem os seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado [...] (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

Buscando evidenciar essas “imagens” é que nos propomos ao longo deste capítulo encontrar as diferentes faces de José Marianno de Matos lembradas por estudiosos do movimento farrapo.

A publicação de Alfredo Varela, ainda na primeira metade do século XX, e que destacamos no item anterior desta dissertação, apresentou alguns indícios de como Mattos foi apontado por um dos mais antigos nomes da historiografia rio-grandense.

Dante de Laytano<sup>76</sup> (1983), em obra contemporânea à de Varela, publicada na década de 30, traz a sua colaboração ao apontar alguns aspectos sobre a Revolução Farroupilha e indiretamente, uma vez que não foi seu objetivo principal, do personagem central desta dissertação.

Lembrado por Laytano (1983) em algumas passagens de seu texto, Mattos foi inicialmente citado por este autor por evidenciar que o movimento se caracterizaria, segundo ele, por ser brasileiro. A circulação de Mattos, sendo carioca, por cargos considerados importantes durante a Revolução Farroupilha, foi um dos argumentos utilizados pelo autor para reforçar a ideia de integração e da existência de um nacionalismo, de um movimento que recebeu e envolveu atores de diferentes regiões.

Além de ser enfatizado como Vice-Presidente e Presidente da República Rio-Grandense, Laytano (1983) lembra que Mattos também foi o seu primeiro Ministro da Guerra, no ano de 1836.

Para esse autor:

Ministério da Guerra dos farrapos era muito mais que uma simples repartição burocrática, pois esta Secretaria assenhoreava-se quase de todo o serviço de administração da nova república, que ia existindo de armas na mão (LAYTANO, 1983, p. 129).

Biografando, brevemente, no espaço em que se propôs a falar dos homens que foram Presidentes dessa República, lembra ainda que Mattos, no Império brasileiro, chegou a elevados postos, como o de Brigadeiro e Ministro da Guerra. Conquista essa que estaria relacionada ao fato desse personagem ser o que Laytano (1983, p. 156) define como “militar de cultura”.

---

<sup>76</sup> A obra História da República Rio-Grandense, de Laytano, teve a sua primeira edição em 1936, no contexto das comemorações do primeiro Centenário Farroupilha.

Com a visão de um personagem ilustre para o movimento, tanto Varela (1933) quanto Laytano (1986) enfatizaram o envolvimento de Mattos em cargos distintos e respeitáveis para o período.

Mas se resumiria a isso a história desse personagem?

Essa pergunta é facilmente respondida por estar ciente que, por mais que se estude, se investigue os mais diversos documentos, se consulte as mais variadas fontes, sempre estaremos apenas apresentando pequenos fragmentos, em meio a outros tantos que permaneceram perdidos<sup>77</sup>.

Muitos anos se passaram dessas publicações e novos trabalhos objetivaram, cada um respeitando a sua peculiaridade, trazer novas contribuições e novos questionamentos a uma temática que, embora já bastante conhecida, necessitava (e ainda necessita) ser problematizada.

Dos autores que se destacaram por fazerem referências a José Marianno de Mattos selecionamos algumas colocações dos trabalhos de Claudio Bento (1976), Spencer Leitman (1979/2008), Moacyr Flores (2004), Raul Carrion (2005) e Juremir Machado da Silva (2009).

O primeiro, Claudio Bento (1976), trouxe já no título do seu trabalho o que anunciava ser uma mudança nas pesquisas sobre a temática que incluía o movimento farrapo, ao propor abordar *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*.

Interessante a ser observado é que, ao falar sobre a Revolução Farroupilha, mesmo fazendo referência à atuação de negros e mulatos nos serviços militares, os analisando em diferentes conflitos, suas formas de recrutamento e atuação, Bento, referindo-se a José Marianno de Mattos, o faz, dizendo que este era “mulato quase branco” (BENTO, 1976, p. 153).

Tal afirmação possibilita compreender como a leitura e os valores sociais se reproduzem na historiografia, mesmo com o passar dos anos. A colocação feita por Bento (1976) em relação à cor de Mattos tem um peso maior do que se este a tivesse silenciado.

O fato de esse personagem não ter sido um simples soldado e ter dado continuidade a sua carreira militar fez com que considerações como essas, em relação a sua cor, fossem escritas.

---

<sup>77</sup> Bourdieu (1996, p. 184-185), em seu texto *A ilusão biográfica*, ao fazer referência ao estudo de trajetórias, lembra que: “Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido”.

A tentativa de “clarear” a cor e fazer uma associação com o que era considerado como “branco” foi realizada por Bento em relação ao Ministro, o Presidente da República Mattos e não para qualquer combatente, cuja “cor” já estava relacionada com o seu lugar social.

Walter Spalding (1987) em *Revolução Farroupilha*, ao mencionar alguns personagens desse movimento, cita nomes como os de Antônio de Souza Neto, Antônio Vicente da Fontoura, Bento Gonçalves da Silva, José Garibaldi, mas esquece de José Marianno de Mattos. Mesmo não o mencionando, faz apontamentos interessantes a respeito da cor de outro Farrapo: Domingos José de Almeida.

Evidenciando o seu posicionamento, Spalding (1987, p. 64), ao buscar uma explicação sobre as construções sociais que envolveram Almeida, afirma: “Dizem que era escravo, o que, entretanto, não ficou provado, e tanto mais que era preto, nem mulato, mas apenas moreno claro, tipo comum no Brasil e em Portugal, até mesmo entre gente da mais pura Cêpa Lusitana”.

O referido autor utiliza-se de uma nova terminologia como forma de enfraquecer qualquer associação de Almeida a um homem de cor. Sugerindo haver uma confusão em relação ao Ministro e que este seria “apenas moreno claro”, o argumento de Spalding (1987) é fruto do pensamento de sua época, na qual existia uma tendência a querer minimizar qualquer indício de uma elite considerada “branca” com origens/antepassados escravos.

Spencer Leitman (1979), em *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*, se destaca por ser um desses poucos historiadores que se dedicou a pesquisar e analisar, de forma mais crítica, a participação do negro junto às forças republicanas. Enfatizando em seu texto a questão de o movimento contar com a presença de homens, oriundos de outras regiões, o autor menciona que “[...] pessoas recém-chegadas ao Rio Grande do Sul de outras províncias, talvez devido a convicções profundamente enraizadas, contribuíam para fomentar este sentimento revolucionário” (LEITMAN, 1979, p. 71).

Apresentando Mattos como um desses homens, Leitman (1979, p. 71) lembrará que:

Considerados radicais demais pelo governo dos moderados, foram transferidos para o Sul, em caráter de meia-aposentadoria. Fiéis à filosofia revolucionária, João Manuel e José Marianno começaram a pregar a política revolucionária nos quartéis e foram admitidos no pequenos grupo de conspiradores, que mais tarde acolheu Zambecari.

Além da influência inerente a seu posto. José Marianno e João Manuel possuíam uma grande técnica revolucionária.

Sem fazer referência à cor de Mattos, Leitman (1979, p. 23) ao menos não ignora o posicionamento da elite farroupilha, ao colocar que “[...] os chefes farrapos não eram

revolucionários sociais empenhados em reestruturar as relações das classes. Na melhor das hipóteses, eram o produto do tempo, incapazes de ultrapassar as atitudes sociais tradicionais”.

Mas a omissão por parte de Leitman (1979) não se estenderia a muitos outros trabalhos, ao colocar em seu sexto *A Guerra dos Farrapos* que “[...] entre os farrapos, também havia mulatos proeminentes, com formação e fortuna, como José Marianno de Matos e Domingos José de Almeida, ambos comandantes e mais tarde Ministros do Governo farrapo.” (LEITMAN, 2008, p. 24), o autor evidencia, o que outros autores haviam “esquecido”, que Mattos não era branco, mas mulato.

Afirmado que “[...] eles não só eram homens de cor, mas ambos também tinham nascido fora do Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, respectivamente” (LEITMAN, 2008, p. 24), o autor, ao se referir a Mattos e Almeida, o faz destacando a sua participação no movimento como sendo “crucial”, possibilitando aos farroupilhas que conduzissem sua guerra com mais “tranquilidade”.

Moacyr Flores (1996, p. 37), em *Modelo político dos Farrapos*, faz uso de depoimentos de testemunhas do processo dos farrapos, para citar quem seriam seus chefes:

Bento Gonçalves da Silva, comandante da fronteira de Jaguarão, comandante da Guarda Nacional e rico fazendeiro; Bento Manuel Ribeiro, comandante da fronteira se São Gabriel e latifundiário; José Marianno de Mattos, oficial do exército e venerável da maçonaria em Porto Alegre; João Manuel de Lima e Silva, parente do regente Francisco de Lima e Silva e do barão de Caxias; Domingos José de Almeida, fazendeiro, charqueador, comerciante e dono da primeira barca a vapor da província; José Gomes de Vasconcelos Jardim, latifundiário e descendente de troncos seculares da província; Antônio de Souza Neto, proclamador da república e fazendeiro.

Apresentando Mattos entre esses nomes, Flores (1996), ao mapear o que acreditava ser as principais lideranças farroupilhas, trouxe informações relevantes sobre a sua atuação no movimento.

Lembrando que “a bandeira levada pelas ruas de Piratini por Teixeira Nunes, era de autoria de Bernardo Pires, Chefe Geral da Polícia da República, que baseado em sugestões de José Marianno de Mattos, desenhou também o lenço Farroupilha e o escudo das armas” (FLORES, 1996, p. 54), Flores evidencia que as influências vindas de Mattos se justificariam pela sua relação com a Maçonaria, uma vez que este “exercia a função de venerável da loja maçônica Continentino, disfarçada em Gabinete de Leitura, portanto é explicável o uso dos símbolos dos pedreiros livres no lenço e no escudo de armas dos farroupilhas” (FLORES, 1996, p. 54).

É oportuno lembrar ainda a obra de Moacyr Flores (2004), *Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*, por, diferente dos outros trabalhos, indicar que o governo republicano teria usado “negros e mulatos nos altos escalões, tanto no Exército como na burocracia” (FLORES, 2004, p. 28).

Fazendo referência não só a Mattos, como a outros personagens<sup>78</sup> que ocuparam posições de comando no movimento, como mulatos, Flores (2004) traz contribuições a serem consideradas nesta reflexão. Mesmo sem aprofundar tais colocações, o autor em questão, ao expressar em seu texto uma participação de homens de cor em cargos/postos antes não “lembrados” pela historiografia, levanta novos indícios a serem estudados.

Raul Carrion (2005, p. 12), na publicação *Os lanceiros negros na Guerra dos Farrapos*, vai ao encontro de Flores (2004) ao também alertar para o fato de o movimento farroupilha ter tido como seus principais líderes dois homens mulatos, José Marianno de Mattos e Domingos José de Almeida. Sem problematizar de forma mais direta essa questão, Carrion (2005) ao menos não omite que a presença de homens mulatos também tenha ocorrido em cargos administrativos.

Com uma das publicações mais recentes em torno do tema sobre a participação negra no movimento farroupilha, Juremir Machado da Silva (2009), em *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*, irá questionar qual a cor da infâmia do século XIX e começo do século XX.

Lembrando que “[...] documentos são como um céu estrelado: podem exibir diferentes brilhos e outras versões” (SILVA, 2009, p. 36), o autor irá trazer o seu olhar e leitura da documentação existente sobre este período. Fundamentando-se principalmente nas correspondências que integram a Coleção Varela, entre outras fontes, faz críticas diretas ao movimento, destacando que:

Os negros para os farrapos eram literalmente inocentes úteis desde que bem adestrados. Muito úteis como ferramentas nas charqueadas, nas estâncias e em atividades urbanas, mas também como armas de guerra que não lhes pertencia, da qual se tornaram “sócios” minoritários e sempre vigiados. Negro bom mesmo era negro valente, destemido e disciplinado, capaz de viver trabalhando e de morrer lutando pelo seu amo. Negro bom tinha imenso valor. Um grande valor de mercado (SILVA, 2009, p. 49).

---

<sup>78</sup> Flores (2004) ainda destaca como sendo mulatos, Bernardo Pires e Teodoro Medina.

Silva (2009, p.147), assim como Carrion (2004), ainda menciona que os dois maiores aliados de Bento Gonçalves da Silva – Domingos José de Almeida e José Marianno de Mattos – “eram mulatos”.

As colocações feitas por esses autores a respeito de Mattos evidenciam como a historiografia apresentou informações, embora importantes, mas um pouco vagas, impossibilitando maiores esclarecimentos de sua história e dos fatos e ações do movimento farrapo que a ela estavam vinculados.

As falas, por vezes desencontradas, presentes nos trabalhos que apontamos, bem como a escolha por parte de alguns autores em não aprofundar a questão da participação dos mulatos no movimento, podem também ser interpretadas como uma forma de não comprometimento com o assunto.

A escolha de Spalding (1987), ao se referir a Almeida como “moreno claro”, e a de Bento (1976), de definir Mattos como um “mulato quase branco”, são indícios da leitura realizada por uma época, e que se perpetuou por muito tempo através da historiografia, em que fazer parte de seletos grupos, como a dos Ministros da República, não condizia com o “ser mulato”.

Essas concepções de que teria existido uma elite exclusivamente “branca” são falhas, uma vez que Mattos, como já se ressaltou neste trabalho, não foi um caso isolado. O que se tem é uma omissão dessas trajetórias, cuja “cor” dos seus personagens puderam muitas vezes ser esquecidas, ou transformadas, como se nota através de Spalding (1987) e Bento (1976).

Embora existam alguns trabalhos que tenham lembrado de Mattos e evidenciado este como sendo um mulato, os mesmos não buscaram fazer em suas pesquisas uma reflexão mais aprofundada dos indivíduos que, inicialmente, não faziam parte do grupo dos “homens brancos”, mas que mesmo assim, conseguiram ascender socialmente durante a Revolução<sup>79</sup>.

Dessa forma, uma análise nesse sentido é necessária, não somente para lembrar a participação dos negros e mulatos no movimento farrapo, mas também colaborar para uma melhor compreensão das possibilidades de ascensão social da época, em uma conjuntura de construção do Estado nacional, onde novas leis, de caráter mais liberal, buscavam ajustar o lugar de cada cidadão naquela sociedade e na qual os homens de cor ocupavam um espaço subalterno.

---

<sup>79</sup> Este questionamento está relacionado à pesquisa que será desenvolvida no Projeto de Doutorado, que tem como um de seus objetivos averiguar as possibilidades e os limites de ascensão social, bem como os diversos espaços ocupados por mulatos junto ao movimento farrapo.

Considerando as dificuldades encontradas por indivíduos que almejavam transformar/alterar sua condição social, a análise da trajetória de um homem visto como mulato, se apresenta como um oportuno exemplo, ao permitir evidenciar alguns dos desafios enfrentados e estratégias utilizadas.

Mas então, qual seria o caminho trilhado para conseguir estar entre os cargos mais elevados desse período? Para esta pergunta faz-se necessário observar quais eram as características que levaram Mattos à liderança do movimento farrapo.

### 2.3 “REPUBLICANO POR EDUCAÇÃO”: AS LIDERANÇAS FARROUPILHAS E AS ATRIBUIÇÕES DE UM BOM ESTRATEGISTA

Em meio aos questionamentos da presença de mulatos em cargos administrativos do período, um interessante aspecto a ser estudado é quais as características que favoreceram o acesso de determinados indivíduos a liderança do movimento farroupilha.

A possibilidade de alguns homens conseguirem ascender socialmente nesse período e outros não é resultado de uma sociedade desigual e hierárquica, onde poucos detêm o poder e o controlam, impossibilitando maiores crescimentos daqueles cuja origem ou “cor” já os limitou.

Esse é um importante ponto a ser repensando: até onde houve uma limitação? Existia uma forma de ser transformada?

Levantar essa dúvida, considerando o período a que estamos nos referindo, pode levar a respostas precipitadas, mas coerentes, em alguns casos, com a leitura existente da sociedade em questão.

O Brasil Imperial foi uma época cujos interesses políticos e econômicos em nada beneficiavam os apontados como “homens de cor”. A sociedade perpetuou um discurso no qual negros e mulatos foram inferiorizados e condenados a ocuparem lugares que uma minoria determinou: o de escravos.

Aqueles que, de uma forma ou outra, não estiveram nessa posição, ainda carregavam a “marca”, mesmo livres, do que os seus antecessores vivenciaram. Embora muitos quisessem frequentemente esquecer, por saberem que essa vinculação era um impasse e um forte argumento que os impedia de conquistarem novas e melhores condições, não conseguiam. Com a mesma força dos indivíduos que buscavam alterar as condições que os limitavam,

outros membros desta sociedade faziam questão de constantemente lembrar as “diferenças” existentes.

Utilizar como exemplos neste item a trajetória de farroupilhas de família tradicionais do período seria uma grande incoerência de nossa parte, uma vez que a maioria destes personagens já nasceram dentro de um grupo restrito, em que precisaram, muitas vezes, acionar/reforçar laços pessoais e políticos e assim se manterem no poder.

Mas e quem não pertencia a esse seletivo grupo? Existiria uma oportunidade de integrá-lo?

Buscando respostas a esse, e ao questionamento anterior levantado, iremos partir do nosso objeto de estudo – José Marianno de Mattos – ao tentar compreender quais aspectos da sua trajetória se tornaram relevantes, apresentando-se como “porta de entrada” a um universo, como a o do movimento farrapo, até então desconhecido para este indivíduo.

Mattos nasceu no Rio de Janeiro, em 1801. Segundo sua Fés-de-ofício, pertencente ao Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro, conta serviço desde 3 de março de 1819. Filho de José Marianno de Mattos e Ana Flavia de Mattos, o personagem em questão, ao ingressar na Academia Real Militar encontrou a possibilidade de se inserir em melhores postos.

Praça em 2 de agosto de 1822, por decreto de 24 de fevereiro de 1823 já havia sido promovido a 2º Tenente, e, em 12 de outubro de 1823, a 1º Tenente. Prestando juramento à Constituição do Império e sendo designado para algumas regiões a serviço, Mattos teve uma breve passagem pela Província de São Pedro do Sul, em cumprimento do ofício de 28 de março de 1827, retornando em 7 de abril de 1829. Após esse período, foi promovido a Major, em 17 de outubro de 1830, e nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por serviços militares prestados na Guerra da Independência.

Destacando-se nas funções a que era designado, fez de sua carreira militar uma escada, cujos degraus, ao longo dos anos, foi habilidosamente subindo. Alguns lentamente, outros nem tanto, mas sempre em uma ascensão constante.

Nem todos que ingressaram na carreira militar tiveram o mesmo destino de José Marianno de Mattos. Mas trazê-lo como exemplo é mostrar que, embora não fosse comum, era um caso possível de acontecer.

Foi nessa instituição que Mattos aprendeu os passos necessários para trilhar seu caminho dentro do movimento. Aumentando o seu conhecimento e adquirindo formação, a cada ano em que se mantinha servindo as forças imperiais, um novo aprendizado e uma nova

experiência eram somados, diferenciando-se assim cada vez mais de outros homens de seu tempo.

José Murilo de Carvalho, em sua obra *A construção da ordem – a elite política imperial* (1996), ao lembrar do papel dos militares, enfatiza a importância da Academia Militar e a colaboração na educação deste período para a formação de uma elite brasileira. Segundo o autor:

As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas. A partir daí a escolha podia ser os seminários maiores, para uma carreira eclesiástica, a Escola Militar, sucessora da Academia de 1810, para uma carreira no exército, a Politécnica ou a Escola de Minas, para uma carreira técnica. Nenhuma dessas escolas cobrava anuidade, a Escola de Minas dava bolsas para alunos pobres e a Escola Militar pagava pequeno soldo aos alunos. Alguns dos mais capazes políticos do Império seguiram esse caminho, salientando-se o caso do visconde do Rio Branco, ex- aluno na Academia Militar (CARVALHO, 1996, p. 65).<sup>80</sup>

Lembrando que os alunos da Escola Militar “vinham em geral de famílias militares ou famílias remediadas, quase nunca de famílias ricas” (CARVALHO, 1996, p.65), o autor, destaca que, ao final do Império, esta teria se transformado num “[...] centro de oposição intelectual e político ao regime, tanto pelo tipo de estudante que selecionava como pelo conteúdo da educação que transmitia” (CARVALHO, 1996, p. 65).

E foi nessa instituição que José Mariano de Mattos obteve sua formação.

Sendo o que Adriana Barreto de Souza (1999, p. 38) apontou como um dos “braços do poder central no combate às rebeliões provinciais”, o Exército, que desde a sua criação teve como princípio o fator da unidade nacional, agiu como um facilitador para circulação de seus membros pelas mais diferentes regiões do Império.

Considerando que o ingresso na carreira militar não seguia um padrão único, é necessário também frisar que havia poucos atrativos para alguém servir nesta instituição se não fosse como oficial, devido à exigência e dificuldades às quais estava suscetível, uma vez que “[...] ser soldado no Brasil Imperial significava estar sujeito a longos anos de disciplina brutal e arbitrária, trabalho pesado, privação e risco de toda sorte” (MENDES, 2010, p. 44).

Assim, a diferença na forma de recrutamento pode esclarecer pontos significativos do mecanismo de funcionamento da instituição<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Carvalho (1996), ao lembrar o Visconde de Rio Branco, faz referência a José Maria da Silva Paranhos, estadista, político e jornalista do período Imperial.

<sup>81</sup> Sobre esse tema, ver: MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

Formado pelos mais variados grupos sociais e mecanismos de mobilização, o Exército possibilitava algumas formas de ingresso, como a de soldado recrutado ou soldado voluntário, que estaria diretamente relacionado com o destino que determinados indivíduos poderiam ter nesta instituição.

Segundo José Iran Ribeiro (2009), dentre as diferenças entre as duas formas de ingresso estaria o fato de que os soldados voluntários teriam maiores oportunidades de receber alguma promoção logo que se incorporavam, ascendendo mais alto na hierarquia do que os recrutados, para os quais as chances só aumentariam com o passar do tempo. José Marianno de Mattos enquadra-se em um desses grupos, ao ter iniciado sua carreira como soldado voluntário.

Sem adentrarmos muito, neste momento, no período em que Mattos novamente é designado para a região Sul, no ano de 1830, onde permanece até os anos finais da Revolução Farroupilha, as informações do período anterior a este deslocamento já nos possibilitam entender como Mattos conseguiu entrar em contato com os rio-grandenses, apresentando-se não como um simples soldado mulato, mas já como um Major.

Essa era a identidade que ele assumiria, e era ela que lhe possibilitaria os primeiros contatos com lideranças farroupilhas desse período.

O então militar conviveu com nomes como Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Onofre Pires, Antonio de Souza Neto, Antônio Vicente da Fontoura<sup>82</sup>, entre tantos outros.

Estabeleceu laços e raízes, passou pelos mais diferentes cargos, podendo ter o poder de escolha entre eles. Em carta de José Marianno de Mattos ao então Presidente da República Rio-Grandense, evidencia-se a oferta que este havia recebido:

Exmo Snrº Presidente e Amigo = Acabo de receber a apreciável de v.Ex de hoje, em que se serve honrar-me sobremaneira, consultando-me quando, como mui bem pondera, podia ordenar-me se quero aceitar o árduo emprego de Chefe do Estado Maior<sup>83</sup>.

Intitulando-se “Republicano por educação, por convicção” em correspondência destinada a outro farroupilha<sup>84</sup>, Mattos apresentou os elementos principais para um líder do

---

<sup>82</sup> Os nomes acima citados fazem referência a personagens que ocuparam cargos de liderança durante a Revolução Farroupilha e que frequentemente são lembrados pela historiografia que estudou o movimento.

<sup>83</sup> Correspondência da Coleção Alencar Araripe, IHGB, Lata 845, pasta 42, destinada ao Presidente da República Rio-Grandense, s/data.

<sup>84</sup> Correspondência da Coleção Alencar Araripe, IHGB, Lata 845, pasta 42, destinada ao amigo Lucas, em 1º de fevereiro de 1842.

movimento: experiência, formação e ambição. Eram características que o diferenciaram no período.

Os anos que se passaram desde seu ingresso como soldado até sua promoção como Major, possibilitaram um grande aprendizado, tornando-o um militar habilidoso e conhecedor tanto dos mecanismos que regiam a sua instituição, como da sociedade a que integrava.

Esses conhecimentos adquiridos por Mattos estavam diretamente relacionados com a sua formação como militar e por isto pontuamos esta como sendo um elemento importante para sua trajetória no movimento farroupilha.

Mattos empenhou-se na instituição, aproveitando o que ela poderia proporcionar a seu favor. Letrado, com grandes conhecimentos na área de engenharia, o que futuramente lhe ajudaria a alcançar outros importantes cargos<sup>85</sup>, tinha o diferencial como seu forte aliado – o de ser um homem instruído.

E não poderíamos deixar de mencionar a sua ambição.

Considerando que essa característica pode ser interpretada de diferentes maneiras, a empregamos para definir o personagem deste trabalho, por acreditarmos que foi este atributo que fez com que o mesmo conseguisse superar adversidades, que não foram poucas, e seguir em frente com os seus objetivos.

Certamente, sozinha a sua ambição não seria suficiente. Se fosse, muitos mulatos do mesmo período de Mattos facilmente teriam transformado a condição em que se encontravam. Quem nesse período não desejava mudar, crescer, melhorar? A diferença é que poucos tiveram a oportunidade.

Sabemos que apenas uma dessas características seria insuficiente para levar Mattos à liderança farroupilha, mas foi o conjunto delas que possibilitou que o “primeiro passo” fosse dado, e a “primeira porta” aberta.

Integrar o seleto grupo de homens responsáveis pelas principais decisões desse período foi certamente uma tarefa difícil, ainda mais por Mattos não ser oriundo de família que possuía grandes posses.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Como veremos no próximo capítulo, José Marianno de Mattos, após a Revolução Farroupilha, foi diretor da Fábrica de Pólvora Estrela.

<sup>86</sup> Conforme fica evidente nas correspondências da Coleção Varela, a serem trabalhadas no próximo Capítulo, Mattos assumiria durante o período da Farroupilha o papel de chefe da família, sendo também o principal responsável pelo sustento de sua mãe e irmãos. Ainda nestas fontes, destacam-se as situações de dificuldades financeiras enfrentadas pelos mesmos, que recorrem, na maioria das vezes, ao amigo Domingos José de Almeida.

Ao entrar em contato com a região Sul, Mattos já havia trilhado um caminho que o destacou entre tantos outros militares que nessa região estiveram. A reunião de seus esforços, de seu empenho e principalmente de sua preparação dentro de uma instituição, que possibilitava promoções e acesso a melhores cargos/postos, o habilitou, inicialmente, como um indivíduo capaz de desempenhar as tarefas, que a ele foram designadas.

Integrar o grupo dos líderes farroupilhas, já foi um grande desafio vencido por Mattos, mas, se manter entre eles exigiu a formação de uma rede<sup>87</sup> de relações, forte o suficiente para ser acionada nos mais diferentes momentos. E Mattos a encontrou, como pretendemos demonstrar no capítulo que segue.

---

<sup>87</sup> Vale lembrar, segundo Maria Fernanda Martins (2007, p. 407), que “[...] a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo elites, pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações”.

### **3 VOCÊ DISSE MULATO? AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS SOBRE A ATUAÇÃO E A REDE DE RELAÇÕES DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA**

Neste capítulo trazemos à luz cartas do período da Revolução Farroupilha que, se de um lado nos provocaram alguns questionamentos sobre o envolvimento do mulato José Marianno de Mattos no movimento farrapo, de outro também nos auxiliaram na elaboração de possíveis respostas. Dentre elas sobre a construção social da cor na formação da sociedade do Brasil no período imperial, a partir do processo de formação de redes.

Estudar José Mariano de Mattos como apenas um indivíduo isolado, participante da Revolução Farroupilha em cargos de destaque e que de forma discreta e sucinta foi lembrado por parte da historiografia, nos diz muito pouco sobre a sua história pessoal e de como esta se cruzou com a do movimento farrapo.

Essa questão se torna instigante se levarmos em consideração o fato de que Mattos não era rio-grandense, mas carioca, ou seja, vindo de uma sociedade ainda mais marcada pela presença de negros e pela miscigenação; e que este não era branco, mas mulato.

Essas afirmações vêm ao encontro do que evidenciamos neste trabalho: que a atuação de mulatos em cargos administrativos foi uma variável considerável e que se fez presente na República Rio-Grandense.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo maior compreender, através deste personagem, as redes de relações e como estas foram acionadas durante o período da Revolução Farroupilha, agindo assim como um facilitador para que o mesmo alcançasse determinados postos/cargos como Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 a 1841.

Partindo do conceito de rede social exposto por José Mateo (2001, p. 43), que o compreende como “[...] aquel conjunto constituído por un número definido de personas unidas por vínculos con contenidos específicos y con valores adscriptos a ellos”<sup>88</sup>, esta pesquisa, ao propor analisar alguns dos vínculos estabelecidos por Mattos, se utilizará de correspondências, principalmente as que integram a conhecida coleção Varella (publicada

---

<sup>88</sup> “Aquele conjunto constituído por um número definido de pessoas unidas por vínculos com conteúdos específicos e com valores atribuídos a eles” [Tradução sob responsabilidade da autora].

pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul), que reúne um considerável número de cartas<sup>89</sup> e documentos referentes ao período da Revolução Farroupilha.

As referidas cartas foram incorporadas e consideradas como fontes principais, uma vez que permitirão um mapeamento das redes de relações presentes nesse período, tanto no que se refere a aspectos políticos, econômicos, sociais, como também familiares, possibilitando o contato com diferentes tipos de informação.

Vale enfatizar que essas fontes se tornaram valiosas por permitirem evidenciar informações sobre a sociedade em que esse indivíduo encontrava-se inserido e da cultura política que o envolve, uma vez que, segundo Serge Berstein (1998, p. 359), “[...] possibilita compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político.”

Ao defender o uso das correspondências como importantes fontes para a pesquisa histórica e a relação direta que esta mantém como o seu locutor, Ângela de Castro Gomes (2004), em *Escrita de si, escritas da história*, traz importantes contribuições, ao fazer referências à utilização da escrita epistolar. Para a referida autora, o uso das missivas é “[...] uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p. 19).

Vínculos esses também abordados por Imizcoz (2004, p. 25), em *Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global*, que, ao fazer uma defesa pelo uso das correspondências como elemento necessário para a compreensão e o conhecimento das redes sociais, justifica que “[...] una buena parte de sus miembros y de sus relaciones se mueven en territorios muy diversos y en que, para sus negocios, carreras y trayectorias, se comunican entre ellos mediante cartas”<sup>90</sup>.

Dessa forma, Imizcoz (2004), em seu texto reforça questões já antes formuladas por ele mesmo em trabalho publicado em 2003<sup>91</sup>, quando faz referência as correspondências como fontes documentais:

---

<sup>89</sup> Em um universo de treze mil correspondências, a Coleção Varela constitui um dos mais ricos conjuntos documentais existentes sobre a Revolução Farroupilha.

<sup>90</sup> “Uma boa parte de seus membros e de suas relações se movem em territórios muito diversos e em que, para seus negócios, carreiras e trajetórias, se comunicam entre eles mediante cartas” [Tradução sob responsabilidade da autora].

<sup>91</sup> Essas questões foram desenvolvidas no Colóquio Internacional sobre “La carta como fuente y como texto. La correspondencia societárias en El siglo XVIII: la Real Sociedad Bascongada de los amigos del País”, Toulouse, 14-15 de novembro de 2003.

Como fuente documental, la correspondencia epistolar aporta información privilegiada tanto para un análisis de las características estructurales de la red como para conocer los contenidos cualitativos de las relaciones entre actores sociales: los intercambios que se movilizan a través de ellas, las funciones y atributos de cada vínculo como del conjunto de la red, así como otros elementos referidos a los valores e ideas con los que actúan y se relacionan los actores sociales.<sup>92</sup> (IMIZCOZ, 2004, p. 25-56).

Permitindo uma compreensão dos diferentes vínculos estabelecidos em uma rede, a intensidade das relações, sua duração, seu conteúdo, as correspondências em que José Marianno de Mattos é autor ou receptor, nos indicam como este foi estreitando seus laços com o movimento farrapo e o distanciando do Império, e de como este então mulato conseguiu se manter em posições de comando neste período.

Mas considerando que as correspondências se tornam fontes privilegiadas, não só pela preciosidade de assuntos que as envolvem, mas também por permitirem o contato com outros tipos de fontes, ainda nos utilizamos neste trabalho de documentos tais como fés-de-ofício<sup>93</sup>, registros de matrimônio<sup>94</sup>, correspondências aos Presidentes das Províncias<sup>95</sup>, Fundo das Autoridades Militares<sup>96</sup>, jornais do período<sup>97</sup>, entre outros, que, somados a esta pesquisa, proporcionam o acesso a maiores informações sobre este personagem.

### 3.1 JOSÉ MARIANNO DE MATTOS E O MOVIMENTO FARRAPO

O Brasil, na primeira metade do século XIX, caracterizou-se pela defesa de uma unidade nacional como uma das bandeiras fortemente levantadas por intelectuais do período, colaborando para o desenvolvimento de uma monarquia centralizada que objetivava, entre outros, se não eliminar, enfraquecer as diferenças regionais, dentre elas as ocasionadas com a Revolução Farroupilha, na esperança de uma pretensa unidade.

Trabalhando diversos personagens, principalmente os que integravam a elite do movimento farrapo, nomes como Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Antônio de Souza Netto, David Canabarro, Antônio Vicente da Fontoura, apesar das

---

<sup>92</sup> “Como fonte documental a correspondência epistolar fornece informações privilegiadas tanto para uma análise das características estruturais da rede como para conhecer os conteúdos qualitativos das relações entre atores sociais: os intercambios que se mobilizam através delas, as funções e atributos de cada vínculo, como do conjunto da rede, assim como outros elementos relacionados aos valores e ideias com que atuam e se relacionam os atores sociais” [Tradução sob responsabilidade da autora].

<sup>93</sup> Documento Militar – AHE.

<sup>94</sup> Arquivo da Cúria de Cachoeira do Sul/RS.

<sup>95</sup> AHN-AHRGS.

<sup>96</sup> Disponível no AHRGS.

<sup>97</sup> Jornais Constitucional/RJ e Correio Mercantil/RJ.

diferenças políticas e ideológicas que os envolveram, foram vistos pela historiografia como importantes representantes desse movimento.

Considerando que esses homens fizeram parte de um pequeno e seletivo grupo, e que a Revolução Farroupilha contou com a participação também de outros tantos indivíduos, como os negros e mulatos que integraram de forma expressiva as fileiras do exército farroupilha, torna-se importante e necessário a introdução de novos temas e personagens a estas reflexões.

Embora tenham sido peças fundamentais para o desenvolvimento do conflito que se estabeleceu, tendo como “inimigo” o Império, não foi apenas a esse grupo que se limitou a participação dos mulatos. O que houve foi uma generalização pela história, que, somada a um frequente esquecimento, enfatizou Porongos<sup>98</sup> e Lanceiros como únicos símbolos da participação de negros e mulatos no movimento, fazendo, mesmo que indiretamente, com que a concepção de uma elite composta exclusivamente de homens brancos seja reiterada pela história.

No decorrer deste trabalho, ao entrar em contato com fontes documentais do período, observamos o quão falho é essa consideração e como é fruto das construções sociais presentes no período imperial, uma vez que, conforme uma pessoa fosse ascendendo socialmente, sua cor poderia ser transformada, a ponto de que um indivíduo então mulato passasse a ter sua cor omitida, ou o tom de sua pele “modificado”.

Dessa forma, José Marianno de Mattos torna-se objeto para um interessante exercício sobre uma leitura da sociedade que o envolve, uma vez que ele era mulato e conseguiu ocupar importantes cargos administrativos nesse período, evidenciando que mesmo as leituras já realizadas em torno da elite farroupilha, embora bastante preciosas, precisam e devem ser analisadas com cuidado e atenção.

Lembrado poucas vezes pela historiografia, Mattos aparece como uma figura importante do seu tempo, mas cujas informações são rasas e insuficientes. Entretanto, a questão que se coloca é como um homem então considerado mulato chegou a ser, mesmo por um curto período, Presidente da República Rio-Grandense.

Ponderando o fato de Mattos ser um homem letrado, e de que as promoções seguiam critérios como merecimento, “[...] visto que a lei só manda premiar serviços relevantes, e não por antiguidade ou preterições [...]”<sup>99</sup>, evidencia-se que algumas oportunidades foram por

<sup>98</sup> Episódio que ocorreu em 14 de novembro de 1844, também conhecido como “Surpresa de Porongos”, em que centenas de soldados negros e mulatos foram atacados e mortos por tropas imperiais.

<sup>99</sup> Palácio do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1838 = Sebastião do Rego Barros. Caderno de Correspondências, Assunto: promoções militares, Série: Revoluções internas, Sub série: Guerra dos Farrapos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Mattos utilizadas, proporcionando que, quando saísse do Rio de Janeiro, já estivesse em uma situação favorável socialmente.

Destacando a fala de Adriana Barreto de Souza (1999, p. 43), quando esta coloca que “numa sociedade alicerçada sobre valores aristocráticos, os líderes militares tinham lugar cativo na composição grupo da elite política”, entende-se que Mattos conseguiu dialogar com esses espaços sociais, onde começou a ter um contato maior com o então Rio Grande de São Pedro a partir de 1830<sup>100</sup>, quando nesta região se estabeleceu, vindo então já promovido a Major<sup>101</sup>.

Vinculado ao Quartel da Villa de Rio Pardo<sup>102</sup> nos anos antecessores à Revolução Farroupilha, onde comandou o 1º Corpo de Artilharia a cavalo, José Marianno de Mattos, ao se inserir neste espaço privilegiado, manteve relações diretas com a localidade, já conhecida pelo mesmo, entrando diretamente em contato com as questões político-econômicas e com a situação de descontentamento que se consolidava na região perante o Império.

Insatisfeito com as precárias instalações em que se encontrava esse Quartel, notamos em correspondências que se iniciam em 1832 até 1834 as frequentes solicitações feitas pelo então Major ao Presidente da Província para reparos e uma maior atenção com essa situação.

Enfatizando em suas cartas, ainda no ano de 1832, o fato do Quartel “se achar de tal modo arruinado”, Mattos reivindica:

Passo as mãos de V. Exa. o incluso orçamento das despesas que julgo indispensáveis para fazer-se com o Quartel da Villa do Rio Pardo completamente arruinado á visto do qual V. Exa. mandará o que julgar justo. Deos guarde V. Exa.  
Porto Alegre em 20 de setembro de 1832  
Illmo. Exmo. Sr. Presidente Manoel Antonio Galvão  
José Marianno de Mattos – Major.<sup>103</sup>

Tais solicitações se estendem ao longo dos anos, podendo ser evidenciadas em carta de 1834, quando Mattos ainda continua a buscar melhoras para o Corpo que está sob seu comando:

Illmo. Exmo. Sr.  
Ignorando eu o lugar em que se acha o Sr. Marechal Comandante das Armas e sendo a meu ver urgente as providencias que para salvar minha responsabilidade passo a

<sup>100</sup> Importante ressaltar que José Marianno de Mattos esteve em um período anterior a 1830 na Província de São Pedro, nos anos de 1827 a 1829, designado pelo Exército.

<sup>101</sup> Rascunho de Fé-de Ofício de José Marianno de Mattos, Arquivo Histórico do Exército na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

<sup>102</sup> Vale lembrar que Mattos fez história nesse quartel, ao estar sob seu comando durante o período de 1831 a 1835, sendo o primeiro comandante do que hoje é conhecido como “Regimento Mallet”.

<sup>103</sup> Correspondência de autoridades militares do Acervo do AHRGS.

solicitar, por isso rogo a V. Exa. permittir que directamente dirija a V. Exa. a presente representação.  
O quartel que foi destinado ao Corpo que comando está ameaçando ruína e os praças que o habitão além de expostos a todo o rigor do inverno, em eminente risco de vida.

Embora não sendo atendido da forma que gostaria e não tendo os resultados que esperava das forças imperiais, Mattos conseguiu, aos poucos, ganhar respaldo entre a população local. Sendo uma figura conhecida por estar no Comando do Quartel ali existente, se elegeu na Assembleia Provincial por Rio Pardo, fator este que se apresentou como um dos motivadores para o seu afastamento do Comando do Corpo de Artilharia<sup>104</sup>.

Acuso recebido o officio de V. S. datado de hoje, em que me transmite copia de S. Exa. o Sr. Presidente da Provincia em que se me ordena, que visto ter de concluído os trabalhos da Assembleia Provincial, do qual sou Deputado, me retire o quanto antes ao meu Corpo. Com quanto segundo a marcha, que tenho sempre seguido, não hesitei em um só momento cumprir esta, ou qualquer ordem legal emanada de Authoridade competente. Julgo contudo do meu dever ponderar a V. S. que achando-me pronunciado em uma celebre devassa , a que se procedeo em Rio Pardo, e tendo sido por consequencia disso duas vezes preso nesta cidade, e por outras tantas veses relaxado da prisão em virtude de ordem de Habeas-Corpus, como é publico, me parece e creio que é de Lei que estou inteiramente desligado do Serviço do Corpo enquanto durarem os effeitos da pronuncia; e isso impossibilitado de Comanda-lo, e de ter nelle a menor ingerência.

Foi a partir desse momento que Mattos começou um afastamento, que duraria por alguns anos, das forças imperiais, trilhando sua trajetória junto ao que ficou conhecido como os farrapos. O movimento, por sua vez, visando ao seu fortalecimento e ansioso por membros que tivessem conhecimento e capacidade de colocar em prática seus planos, viu em Mattos um importante aliado.

Sendo diversas vezes acusado pelas forças imperias, por motivar e assim colaborar na divulgação dos projetos e ideias farroupilhas, Mattos foi preso e repreendido por sua conduta. Mas tal punição, não se apresentou como um impedimento para que o mesmo deixasse de participar dos conflitos. Conseguindo em outras ocasiões se livrar das acusações, Mattos, aos poucos, foi conquistando novos espaços e amigos farrapos, que se tornariam fundamentais na sua trajetória no movimento.

Assim, envolvido por diferentes interesses, principalmente políticos, o antigo militar das forças imperiais encontrava na região sulina a oportunidade de se estabelecer como uma liderança política, de fazer parte das principais decisões do período e de alcançar uma posição social que, junto ao Exército, não teria naquele momento a possibilidade de ocupar.

---

<sup>104</sup> Fundo de Autoridades Militares, nº 106, AHRGS.

### 3.2 AS ALIANÇAS, AS REDES E OS ESPAÇOS SOCIAIS

A ligação de José Marianno de Mattos com a Revolução Farroupilha aconteceu desde o seu início, uma vez que Mattos foi um dos responsáveis pela eclosão do movimento. Nos anos que antecederam a Revolução Farroupilha, foi alvo de críticas de José Mariani, em correspondência destinada ao Marechal-de-Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto, do dia 29 de outubro de 1833, onde Mariani, ao se referir a Mattos, declara:

O procedimento deste oficial faz-se tanto mais estranhável quanto naquele mesmo dia tendo prevenido a V. Exa. que dispusesse a tropa da guarnição da cidade para manter a tranqüilidade pública ameaçada por aqueles inquietos homens, ele não só não se achava no seu quartel [1v.], mas até com a sua presença dava maior importância a um ato que nunca deveria prestar-se.<sup>105</sup>

Lembrando que Mattos, antes de ser enviado a Porto Alegre, esteve exercendo posição de comando no Quartel de Rio Pardo, e que esta localidade foi um ponto em que o partido farroupilha teve um poder de ação muito forte, foi a partir deste espaço que Mattos começou a se envolver mais diretamente com a causa republicana e o movimento farrapo conquistou seu apoio<sup>106</sup>.

Proclamada a República Rio-Grandense, em 1836, Mattos manteve laços de amizade muito estreitos tanto com Domingos José de Almeida, quanto com Bento Gonçalves da Silva. Uma aliança que na verdade se manteria ao longo de todo o período farroupilha, influenciando nos cargos ocupados por Mattos, bem como sua manutenção no grupo da maioria<sup>107</sup>.

Vindo com a sua família para a Província de São Pedro do Sul, Mattos se estabeleceu em diferentes localidades, dentre elas Rio Pardo, Porto Alegre, Caçapava do Sul, Piratini, entre outras (ver mapa).

<sup>105</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV- 5677, 29 de outubro de 1833.

<sup>106</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5067, 31 de julho de 1895.

<sup>107</sup> A elite do movimento farroupilha apresentou divisões internas no que se refere a interesses políticos e ideológicos, ficando conhecidos então pelo grupo da maioria, representado por nomes como Bento Gonçalves da Silva, Domingos de Almeida, José Marianno de Mattos, e o grupo da minoria, do qual faziam parte Antonio Vicente da Fontoura, Onofre Pires e Canabarro.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul – 1840.



Fonte: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária – Divisão de Geografia e Cartografia.

Casado com Isabel Leonor Meireles de Mattos, uma rio-grandense, José Mariano de Matos permaneceu no Rio Grande do Sul até os anos finais da Revolução, junto com sua família, que somava um total de 30 pessoas, a qual contava, junto à família de sua mãe<sup>108</sup>, Ana Flávia de Mattos.

Mesmo antes da Revolução Farroupilha, Mattos já atuava no campo da política, outro fator que possibilitou aproximação entre este, Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves.

<sup>108</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV -5818, s/data.

Quando Proclamada a República<sup>109</sup>, Bento Gonçalves tinha ao seu lado o carioca Mattos e o mineiro Almeida como seus Ministros, o que causou desgosto entre outros membros do movimento farrapo, que, ironicamente, os chamavam de “Ministros prediletos”<sup>110</sup>. Almeida foi Ministro da Fazenda e do Interior, e Mattos Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior.

Em um Manifesto dos Deputados da minoria da Assembleia Constituinte e Legislativa da República Rio-Grandense de 1843, atacam diretamente Bento Gonçalves por suas escolhas, ficando explícito neste fragmento o desgosto dos deputados:

[...] chamando para seus Ministros, com exclusão de rio-grandenses honrados e beneméritos, um fluminense geralmente aborrecido por sua filúcia desmedida e gênio intrigante e um mineiro desconceituado do público por seu gênio colérico, arreatamentos despóticos, crassá ignorância e má nota de confundir com os seus os bens do Estado [...].<sup>111</sup>

Utilizando-se de diferentes argumentos para caracterizar o fluminense Mattos como egoísta e genioso e o mineiro Almeida como despreparado, ignorante e até mesmo ladrão, esse Manifesto pode ser considerado um reflexo de como a presença destes Ministros eram compreendidas e recebidas pelos demais membros da Assembleia.

O grupo dos farrapos nunca foi de fato homogêneo, havendo uma forte divisão política e ideológica entre os seus membros. O grupo da maioria, composto, entre outros, por Bento Gonçalves, José Marianno de Mattos, Domingos de Almeida e Antônio de Souza Neto, defendia um projeto de independência para o Rio Grande do Sul em relação ao Império do Brasil, propondo um federalismo enquanto Confederação. Já o grupo denominado de minoria era representado principalmente por David Canabarro e Vicente da Fontoura, e esteve no comando da Revolução a partir, especialmente, de 1843. Possuindo um caráter reformista, pois defendia um federalismo enquanto descentralização administrativa do Império, foi esse o grupo que coordenou o acordo de paz – a paz de Ponche Verde<sup>112</sup>.

Mas, se analisarmos as cartas trocadas principalmente entre Almeida e Mattos, compreendemos parte das redes de relações em que estes estavam inseridos. Mattos e

<sup>109</sup> A República Rio-Grandense foi proclamada em 11 de setembro de 1836 pelo General Antônio de Souza Neto, após a vitória obtida pelos farroupilhas na Batalha do Seival.

<sup>110</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2371, Manifesto dos Deputados da minoria da Assembleia Constituinte e Legislativa da República Rio-Grandense, 18 de fevereiro de 1843.

<sup>111</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2371, Manifesto dos Deputados da minoria da Assembleia Constituinte e Legislativa da República Rio-Grandense, 18 de fevereiro de 1843.

<sup>112</sup> Conceito trabalhado de forma mais aprofundada no livro: PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo gaúcho** – fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

Almeida, desde o início da Revolução Farroupilha, sempre foram muito próximos. Almeida esteve envolvido com os assuntos pessoais de Mattos, sendo um “grande” amigo da família.

Segundo Imizcoz e Korta (2010, 32), em *Economia doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica*, os laços de amizade se apresentam como fortes e importantes vínculos, uma vez que:

Entre los amigos existían una serie de obligaciones hasta cierto punto similares las que se establecían entre parientes, en las que la reciprocidad y la mutua confianza parecían jugar un papel destacado y que daban lugar a un intercambio de favores y servicios. Como en el caso de los parientes, las amistades más operativas eran relaciones estables, que se incardinaban en un intercambio continuado y que formaban parte de los lazos fuertes de la familia.<sup>113</sup>

Essa amizade e a proximidade existente entre Almeida e Mattos se tornam presentes nas correspondências trocadas no período em que Mattos se encontrava distante de casa devido às exigências da Revolução, no qual sua família se via necessitada, recorrendo, na maioria das vezes, ao então amigo Almeida.

Em carta escrita por Isabel Leonor de Mattos, em 1841, destinada a Almeida, encontramos fortes indícios dessa relação:

Recebi sua apreciável carta que me dirigiu de Bagé, na qual me responde a uma das que lhe tenho escrito. Não creia que eu acredito em suas intrigas, pois bem conheço o marido que tenho; o que me tem aflito bastante é a demora dele e as grandes faltas que tenho sofrido, pois durante sua ausência nenhum recurso tenho tido. A ordem de V. Exma. fez-me favor remeter ai lhe devolvo, pois a quem vinha dirigida disse decididamente que não cumpria e que não queria. Mas mesmo assim muito lhe agradeço a sua lembrança, pois foi o único amigo do Matos<sup>114</sup> que de mim se lembrou. Minha sogra muito lhe agradece suas recomendações e muito se recomenda, e V. Exma. disponha com franqueza do pouco préstimo de sua amiga muito obrigada.<sup>115</sup>

Através dessa carta observamos um pouco da realidade então vivenciada pela família de Mattos, que se encontrava, em algumas situações, bastante desprovida financeiramente, encontrando em Almeida a possibilidade de algum auxílio, uma vez que, como consta na carta, este teria sido o único amigo de Mattos que disponibilizou ajuda.

<sup>113</sup> “Entre os amigos existiam uma série de obrigações até certo ponto similares com as que foram estabelecidas entre parentes, nas quais a reciprocidade e a mútua confiança pareciam desempenhar um papel importante e que davam lugar a um intercâmbio de favores e serviços. Como no caso dos parentes as amizades mais operativas eram relações estáveis, que se confinavam a um intercâmbio continuado e que formavam parte dos laços fortes da família” [Tradução sob responsabilidade da autora].

<sup>114</sup> Os documentos referentes a José Marianno de Mattos divergem quanto à escrita de seu sobrenome, que pode ser apresentado como Matos ou como Mattos.

<sup>115</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5756, 16 de agosto de 1841.

Mas Almeida, ao mesmo tempo em que se mostrava solícito à família de Mattos, enviava muitas vezes informações “distorcidas” a respeito de notícias do mesmo. Em outra carta, de 3 de abril de 1841, Isabel deixa claro sua opinião perante as informações recebidas por Almeida. “Muito estimei receber sua carta em que me dá tão má notícia de meu marido. Perdoe-me dizer-lhe que não acredito, pois não faço tão mau conceito dele. Pois havia o Mattos deixar sua mulher sem nenhum recurso e viver tão alegre!!!”<sup>116</sup>

Opinião essa de Isabel um tanto coerente se for levada em consideração uma carta enviada de Mattos a Almeida, nos qual este demonstra a preocupação com a família e solicita: “Se insistirdes, o que não espero, e tiverdes ocasião, fazei saber à minha família que o único desgosto que sofro é a terrível idéia de sua situação. Consolai-a e fazei vezes de bom amigo.(a) Mattos<sup>117</sup>.”

O porquê dessas contradições evidenciadas nas cartas? Ao mesmo tempo em que Almeida se apresenta solícito e amigo de Mattos, ao repassar algumas informações à família deste, as distorce. Qual seria o interesse de Almeida em fazer isso? Ou melhor, haveria de fato algum interesse? Essa é uma das muitas perguntas que se estabelecem nas entrelinhas das cartas e para as quais ficamos sem respostas.

Domingos José de Almeida, além de amigo, foi testemunha do casamento de Mattos e Isabel, ocorrido no ano de 1840, em Caçapava do Sul<sup>118</sup>, colaborando para o estreitamento dos laços entre estes dois farroupilhas. Importante lembrar que esse vínculo, por eles estabelecido quando Mattos e Isabel optaram por essa testemunha, fez parte de uma escolha, que, segundo Mateo (2001, p. 55), “[...] deve ser explicada não só em função do ritual, mas também das relações sociais que estas geram”.

Mas o contato com a família de Mattos também era mantido com outros membros, como a mãe de Mattos, uma vez que seu marido, também chamado José Marianno, era falecido, necessitando esta do constante apoio de seu filho.

Em carta do dia 12 de abril de 1839, evidencia-se a angústia de Ana Flávia ao recorrer a Almeida.

Bastante importuna tenho sido a V. Ema. Porém minha circunstância assim o exige visto que é o único socorro. Rogo-lhe o obséquio mandar-me abonar pelo Tesouro algum dinheiro a conta dos vencimentos do meu filho José. Recomendações à senhora D. Bernardina e V. Exa conte com sua criada e obrigada.<sup>119</sup>

<sup>116</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV 5754, 3 de abril de 1841

<sup>117</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV –5812, s/data.

<sup>118</sup> Informação obtida através do registro de matrimônio, que se encontra na Cúria de Cachoeira do Sul/RS.

<sup>119</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV –5748, 12 de abril de 1839.

Almeida também foi o responsável por cuidar do deslocamento de Ana Flávia de Mattos de Caçapava do Sul para São Gabriel, em novembro de 1841.

Em outra carta, Almeida escreve à Ana Flávia, avisando como se procederá essa mudança e quem a ajudará:

Ilma. Sra. Ana Flávia de Mattos. [...] A sua remoção para São Gabriel me parece não mui acertada não prevenir eventos; por D. Manuel Orcaso e D. Inocêncio Cosio a V. S<sup>a</sup>. Mando suprimir com o que necessitar de suas casas e José Ilidoro, Capitão Fidélis, Domingos José Alvares e José Ferreira Gomes Roque recomendo a V. S<sup>a</sup>. Que terá a bondade de lhes dirigir as carretas a respeito [...].<sup>120</sup>

Essa correspondência aponta como Domingos José de Almeida se organizou e os contatos por ele realizados em prol de um gesto de atenção, ou melhor, de amizade para com a dona Ana Flávia.

Sendo Almeida a pessoa a quem Ana Flávia sempre recorria, na falta de seu filho José Marianno, esta expressa, em carta anterior, o motivo de sua mudança e porque escreve a Almeida:

Tencionava demorar-me neste lugar até o regresso de meu filho José Marianno de Mattos para ele me facilitar meios de seguir a São Gabriel e ali ver uma casa para minha residência; porém com a retirada para aí de minha nora, por chamamento do Exmo. Sr Presidente, já não devo contar com a vinda dele a este lugar, e aproveitando-me de alguns recursos estou resolvida [1v.] a seguir daqui até a estância de D. Angélica e dali a São Gabriel; se nesse tempo meu filho chegar, com ele me entenderei sobre os meios de condução, e se não terei de incomodar a V. Exa. (como o tenho feito por tantas vezes e sendo sempre servida) para proporcionar-me o transporte e satisfazer o Sr. Moura o frete de suas carretas até a dita estância, bem certa que meu filho satisfará por qualquer forma a V. Exa. ficando-lhe eternamente agradecido como eu.<sup>121</sup>

Essa relação de proximidade descrita nas cartas era fortalecida por Mattos e Almeida que frequentemente também promoviam encontros familiares. Almeida, ao escrever a Mattos, faz um convite: “Daqui a pouco vou com a família passar a tarde no Passo da Macieira e comer ali uns assados com couro; muito estimarei que V. Ex<sup>a</sup>. compareça, e não a Sra. que não pode e deve cuidar a criança [...]”<sup>122</sup>. Almeida fazia referência à mulher de Mattos, Isabel.

A pescaria foi outro assunto por eles lembrado em correspondências, onde Mattos provoca Almeida ao colocar: “Já sei que não pescou coisa que valesse a pena. Faltei eu lá para

<sup>120</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 1980, 12 de novembro de 1841.

<sup>121</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5751, 17 de outubro de 1841.

<sup>122</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2145, s/ data.

abarroto os tais peixinhos de Bagé. Havemos de fazer uma partida de caça e pesca juntos e então verá que sou algum proseador”<sup>123</sup>.

Mas não só esses foram os assuntos ditos “não oficiais” por eles tratados. Em virtude de Almeida ser conhecido pelo apreço que tinha pela leitura, este fez vários empréstimos a Mattos de sua biblioteca particular, onde, ao solicitar a Almeida alguns papéis vinculados ao movimento, Mattos escreve: “Mande-me a lista que combinamos (dos 36) e juntamente alguma obra de sua biblioteca que valha a pena ver-se. Seu amigo obrigado. P.S a madama ficou com água na boca com o seu Afonso de Lodéve. Veja pois se encontra os outros tomos”<sup>124</sup>.

A presença de uma troca cultural entre os farroupilhas é evidente. Laytano (1983, p. 190) lembra que: “Domingos José de Almeida, a figura mais culta e mais realizadora da República, procurou estabelecer uma Biblioteca do Estado”. No fragmento acima mencionado evidencia-se que, além de experiências políticas e de combates, os conhecimentos literários foram elementos compartilhados também no período.

Essa relação de amizade mantida entre Mattos e Almeida foi um importante meio de superar algumas questões que se apresentaram ao longo da Revolução Farroupilha, onde ajudas e trocas de favores eram constantes.

Almeida se corresponde mais assiduamente com a família de Mattos no período em que este se encontra no Uruguai, onde desempenhou a função de intermediário, sendo um representante da República Rio-Grandense nos assuntos do Prata.

Luis Briano, único irmão homem de José Mariano, também manteve contato com Almeida. Embora não ocupasse cargos tão destacados socialmente como Mattos, também esteve a par e sofreu as consequências do processo político-econômico que então se instaurava.

Ciente das críticas feitas pelos então rio-grandenses aos indivíduos que não seriam filhos desta “República” Luis Briano as deixa evidentes a Almeida em uma carta datada do dia 14 de agosto de 1842, onde ressalta o provincialismo existente em relação ao acesso a cargos neste período: “V. Exa. considerado no S<sup>o</sup> 5<sup>o</sup> [sic] como me acho eu, e todos os dias esperando ser demitido do emprego por não ser filho do Rio Grande, pois a ordem do dia é o provincialismo, e pregado pelos grandes”<sup>125</sup>.

Essas e outras questões evidenciam como o fato de Mattos conseguir se manter em

---

<sup>123</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5814, s/data.

<sup>124</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5825, s/data.

<sup>125</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV- 5836, 14 de agosto de 1842.

determinados cargos era uma tarefa bastante difícil e amplamente criticada pelos demais membros do movimento farrapo.

A essa situação José Marianno de Mattos faz referência em uma correspondência a Almeida:

Meu amigo Almeida. Já vi tudo e antes quisera ignorar tudo. Sim, eu não veria tão patente a sorte que espera ao pobre Carioca; mas um Carioca que tendo, como o meu amigo, em sua consciência o prêmio do pouco ou muito que haja feito, sabe desprezar esses espíritos baixos e mesquinhos se conseqüente. Seu amigo antigo e obrigado companheiro. (a)Mattos.<sup>126</sup>

Mas nessas críticas Mattos não estava sozinho. Na mesma situação encontrava-se Almeida (mineiro) e muitos outros farroupilhas que mantiveram-se, na medida do possível, firmes em relação a essas questões.

A proximidade entre Mattos e Almeida não era apenas afetiva, mas também se devia a questões político-econômicas. Sendo ambos Ministros da então República Rio-Grandense se uniram em prol de seus interesses e negócios.

Essa relação pode ser melhor compreendida levando em consideração os estudos de Imizcoz e Korta (2010, p. 33), que, ao se referirem à importância dos laços de amizade entre membros da elite, destacaram a influência e o peso desta relação:

Además, en el caso de las elites, las relaciones de amistad que los miembros de las familias pudieron a lo largo de sus trayectorias tuvieron una utilidad evidente a la hora de acceder a diferentes recursos. Por medio de ellas renovaban y ampliaban las alianzas familiares y esas amistades alimentaron unas redes de amplio alcance que trascendían el marco de la familia y del parentesco, abriendo el acceso a fuentes de riqueza y de poder a los que los miembros de la parentela no llegaban por a si mismos.<sup>127</sup>

O contato mantido entre Almeida e Mattos no que se refere aos assuntos da República eram constantes. Várias cartas evidenciam a comunicação frequente entre os então Ministros e como algumas das decisões, mesmo que fossem ditadas por Almeida, tinham por trás a opinião de Mattos.

Como exemplo destaca-se um “diálogo” mantido por eles a respeito de ofícios que deveriam ser expedidos por Almeida:

<sup>126</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2127, s/ data.

<sup>127</sup> “Além disso, no caso das elites, as relações de amizade que os membros das famílias manterão ao longo de suas trajetórias tiveram uma utilidade evidente na hora do acesso a diferentes recursos. Por meio delas renovavam e ampliavam as alianças familiares e essas amizades alimentaram uma rede de amplo alcance que transcendia o âmbito de família e de parentesco, abrindo o acesso a fontes de riqueza e de poder a que os membros da família não chegariam por si mesmos [Tradução sob responsabilidade da autora].

Exmo. Sr Mattos

Os requerentes e vadios não me tem deixado ultimar os officios que ora apresento em rascunho, agora mesmos concluídos, que serão passados a limpo com as emendas que lhe adicionar. As cartas juntas não devem por mim serem contestadas. De V. Ex<sup>a</sup>. Amigo muito Obrigado (a) Almeida.<sup>128</sup>

Em resposta, Mattos evidencia a relação já estabelecida entre eles, ao mencionar que “as respostas estão no sentido que combinamos; concordo pois com sua redação. [...] (a) Mattos”.<sup>129</sup> Em outra carta, Almeida demonstra mais uma vez a validade da opinião de Mattos: “Exmo. Amigo Sr. Matos. Veja esse requerimento e informação, e diga-me o que se fazer.”

Outro assunto por eles abertamente discutido é a questão do acesso a determinados cargos durante esse período. Em correspondência para Mattos, Almeida coloca: “Exmo. Amigo. V. Ex<sup>a</sup>. deve escrever de minha parte a Loureiro para o fim que sabe oferecendo-lhe o posto de Coronel da República, comando da Fronteira de Missões.”

Mas a oferta de cargos acontecia também, e principalmente, entre a liderança da Revolução Farroupilha. Em correspondência do dia 9 de dezembro de 1841, José Marianno de Mattos recusa o “convite” feito por Domingos José de Almeida para ocupar o cargo de Ministro das Repartições do Interior, Justiça e Fazenda, constatada no fragmento:

[...] devo então dizer a V. Ex<sup>a</sup>., com a franqueza que me é própria, que estou firmemente resolvido a não aceitar mesmo interinamente um emprego para que não tenho suficiente aptidão, e neste caso me considero, e realmente o estou a respeito do Ministério das Repartições do Interior, Justiça e Fazenda que V. Exa. pretende deixar.<sup>130</sup>

Mesmo tendo recusado a oferta, esses escritos destacam a importância da relação e dos cargos então em negociação. Através dessas informações compreendemos um pouco do jogo de poder que acontecia nesse período e como o acesso a determinados cargos era influenciado pelo grupo em que se estava inserido.

Dessa forma, as acusações dos membros da minoria teriam alguma procedência, visto que existia, como já mencionamos, uma grande divergência de interesses dentro da elite farroupilha, fazendo com que os grupos estabelecidos se fechassem em torno de interesses comuns e oferecessem apoio e proteção.

A união entre os membros do grupo da maioria, principalmente Bento Gonçalves, Almeida e Mattos, se fez presente durante praticamente todo o movimento. Mattos, no início

<sup>128</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2133, 2 de abril.

<sup>129</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 2133.

<sup>130</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 5793, 9 de dezembro de 1841.

da República Rio-Grandense, assumiu o cargo de Vice-Presidente da mesma e também de Presidente em substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 e 1841.

Substituição essa que foi ressaltada em correspondência de Francisco dos Santos Leite ao Coronel João da Silva Tavares, de 9 de dezembro de 1839, onde este coloca: “[...] há uma notícia dada por um que veio da força de Crescêncio que Bento foi mudado da presidência; entra Matos; [...].”<sup>131</sup>

A mesma informação também é dada ao Chefe de Polícia do Departamento do Boqueirão, por Domingos José de Almeida, semana antes, constada em correspondência de 23 de novembro de 1839, quando Almeida escreve:

Para conhecimento de V. S<sup>a</sup>. Incluso remeto um exemplar do decreto de hoje, no Periódico – “Povo” – nº. 121 estampado, pelo qual querendo S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Presidente do Estado pessoalmente atender os negócios da nova República Catarinense, passa temporariamente a comandar o exercito, e ao cidadão José Mariano de Matos, Vice-presidente mais votado, a administração da República.<sup>132</sup>

Mantendo uma participação bastante efetiva na política, Mattos conseguiu o feito de, nas eleições para Deputado da Assembleia Constituinte do Estado em 1842, ser o oitavo deputado mais votado, eleito com 2.694 votos<sup>133</sup>.

Em um quadro, trazido por Flores (1996), em *Modelo político dos Farrapos*, extraído do jornal de Alegrete<sup>134</sup>, percebe-se o número considerável de militares liderando as eleições de 1842, conforme reprodução a seguir:

<sup>131</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV-5429, 9 de dezembro de 1839.

<sup>132</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 348, 23 de novembro de 1839.

<sup>133</sup> O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207.

<sup>134</sup> O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207-208.

Quadro 1 – Eleições de 1842

<b>ELEIÇÕES DE 1842</b>			
Profissão	Nº de deputados	Nº de suplentes	total
Militar	14	8	22
Fazendeiro	5	4	9
Padre	5		5
Negociante	3	2	5
Ministro	3	-	3
Doutor	2	1	3
Proprietário	1	1	2
Senhor	-	2	2
Funcionário	1	-	1
Cirurgião	1	-	1
Secretário	1	-	1
Advogado	1	-	1

**Fonte:** FLORES, Moacyr. **Modelo político dos Farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 157.

Mattos, dessa forma, conseguiu circular entre diferentes espaços, ocupando posições privilegiadas que poucos rio-grandenses conseguiriam. O fato de José Marianno de Mattos ser carioca já torna sua trajetória surpreendente, mas o que diríamos se somada a esta questão tivesse o fato de que as conquistas não foram realizadas por um indivíduo branco, mas sim mulato?

### 3.3 NAS LINHAS DE UM DIÁRIO: AS CARTAS DE ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA

Considerando que na primeira metade do século XIX, onde a escravidão ainda se fazia presente e a liberdade, tão almejada pelos negros, era apenas um sonho distante, a presença de um mulato como José Marianno de Mattos à frente de um movimento participando das principais decisões da Revolução Farroupilha torna-se um instigante e necessário objeto de estudo, ao possibilitar uma maior compreensão dos elementos políticos, econômicos e culturais deste período.

Uma fonte interessante para este estudo são as cartas<sup>135</sup> de Antônio Vicente da Fontoura, escritas entre 1º de janeiro de 1844 e 22 de março de 1845, tendo como destinatária sua esposa Clarinda.

Escritas em um tom pessoal, as cartas trazem relatos de um importante membro da Revolução Farroupilha que também foi Ministro da Fazenda e um dos negociadores da paz (1845). Em caráter de desabafo, Fontoura, ao escrever, compartilha com sua mulher um pouco dos fatos/eventos que se passam, bem como de seu posicionamento diante deles.

O processo de escrita feito por Fontoura (1984) é destacado também em seus relatos, onde o mesmo coloca, em carta do dia 14 de janeiro de 1844, a sua esposa:

Dobro o papel para escrever-te, rasgo uma palhinha para atá-lo em caderno, pego na pena, principio a carta e, a pouco a pouco sinto desvanecer o peso que oprime minha alma. E é com esta mágica ilusão de, quando te escrevo, julgar que contigo converso, que tantas vezes tenho conseguido afugentar do meu coração tão acerbas penas. (FONTOURA, 1984, p.28).

Fazendo das cartas um meio de aproximação com Clarinda, Fontoura (1984, p. 36) justifica o número significativo de cartas enviadas, dizendo, em 27 de janeiro de 1844, que “fiz voto de escrever-te todos os dias, tivesse ou não portador, e ir guardando para te remeter; voto querido e que tanto tem servido de lenitivo às saudades”.

Como em uma espécie de diário, o farroupilha faz as mais diversas revelações a respeito dos dias que passa longe de casa, expondo em suas anotações suas alegrias e frustrações.

Dentre os personagens que são referidos nessas correspondências, José Marianno de Mattos ganhou destaque em algumas cartas de Fontoura. Deixando evidente a sua antipatia e o seu desgosto pela posição ocupada por Mattos no movimento, Fontoura fez referências diretas à cor de sua pele, como forma de ataque, ao tentar diminuir a força política e ideológica do então Ministro.

Conseguindo expor de forma direta suas inquietações e aborrecimentos com a Revolução Farroupilha, Fontoura (1984) reforça através de suas escritas as diferenças

---

<sup>135</sup> Publicado inicialmente no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul por Alfredo Rodrigues nos anos 1910, 1911 e 1912, essa documentação, que então teria sido divulgada em partes, ganhou novas versões no ano de 1934, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e, em 1984, numa versão em livro lançado em parceria pelas editoras EDUCS, Sulina e Martins. Essa última, que adotamos como fonte neste trabalho, visto que, apesar dos “filtros” pelos quais passam a documentação, a versão publicada em livro é uma das que contém as correspondências na íntegra e que se encontram de mais fácil acesso ao leitor/pesquisador.

político-ideológicas existentes dentro do grupo farrapo. Tal descontentamento se faz presente em correspondência do dia 29 de fevereiro de 1844, ao escrever que:

Dado este primeiro passo, que a minha jovem inesperta razão não calculou, eu me constitui na dura obrigação de acompanhar a marcha revolucionária, e como empregado público tive de lutar com uma multidão corrompida, com superiores malvados, sempre e sempre em oposição as suas tramas, as suas maldades, que inda eu tão mal conhecia e que não poucas vezes ilaquearam minha sinceridade e boa fé. (FONTOURA, 1984, p. 50).

Vale lembrar que o então líder farroupilha, ao fazer referência a Mattos, sempre o faz deixando em evidência os atritos mantidos com o então Ministro e a sua percepção perante este personagem.

Em correspondência datada do dia 23 de janeiro de 1844, o mesmo escreve: “Este maldito mulato, mais falso que Judas, mais inepto que Sardanapalo<sup>136</sup>, teve em 1835 a diabólica habilidade de acender o facho da guerra civil em nossa querida pátria” (FONTOURA, 1984, p. 33).

Membro da maçonaria<sup>137</sup>, Mattos circulou em grupos importantes e restritos nesse período, como faz referência Fontoura (1984, p. 38), quando coloca, em carta do dia 1º de fevereiro de 1844:

Esqueci-me de dizer-te que também chegou aqui na arribação o mulato José Marianno, e este malvado não cessa de zombar da boa fé de nossos camponeses, impingindo-lhes um carolismo excessivo com respeito à maçonaria que tanto ele tem alvitado.

Participar da Maçonaria nesse período colocava Mattos como integrante de uma sociedade/grupo, que exercia influências na forma de pensar deste indivíduo, bem como permitia um estreito contato com outros membros.

Considerando que “os integrantes e, sobretudo, os dirigentes da maçonaria gaúcha compunham um dos grupos da elite política e da inteligência regional” (COLUSSI, 2011, p. 140), Eliane Colussi em *A maçonaria gaúcha no século XIX* lembra que “Tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, à semelhança de outras partes do mundo, as lojas maçônicas

<sup>136</sup> Sardanápalo: “Personagem lendária, que a tradição clássica faz Rei da Assíria de 836 a 847 a.C. e último descendente de Samiramis. Sardanápalo é o tipo do príncipe devasso, covarde, efeminado [...] Diz-se que, prestes a ser aprisionado na Babilônia por Arbaces, que há dois anos o cercava, mandou fazer uma fogueira no pátio do Palácio e nela se fez queimar com todas as suas mulheres, eunucos e tesouros. Depois da Assíria foi desmembrado”. (LELLO UNIVERSAL, s/d. V. 4. p. 1008).

<sup>137</sup> Vale lembrar que a Maçonaria “[...] é uma instituição internacional com quase três séculos de história e que foi participante direta e indireta dos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais, sobretudo nos séculos XVIII e XIX” (COLUSSI, 2011, p. 15).

constituíam-se num espaço de sociabilidade privilegiado, sobretudo, ou exclusivamente, para as elites político-econômicas e intelectuais” (COLUSSI, 2011, p. 33-34).

Assim, o interessante de analisarmos nesse caso é que a participação de Mattos nos possibilita compreender o seu deslocamento em grupos até então considerados restritos. O envolvimento desse personagem com o grupo da Maçonaria permite rastrear um pouco mais de sua atuação nesse período, que, de acordo com Fontoura, seria expressiva até demais, a ponto de o incomodar, já que este se mostrava contrário às diferentes possibilidades e espaços que Mattos tinha a seu alcance.

Segundo Fontoura (1984, p. 41), em carta do dia 9 de fevereiro de 1844: “A alma vil e fraca do mulato José Mariano e o mofino Bento se incomodaram muito pela missão que ontem foi confiada ao coronel Daniel, não ser a ele Mattos”.

De acordo com os relatos do também líder farroupilha, Mattos estaria à frente das principais decisões desse período, amparado sempre pelo seu fiel amigo Bento Gonçalves. Posicionando-se ainda a respeito de um projeto defendido por Mattos, Fontoura (1984, p. 42) enfatiza que:

Cada vez mais me convenço que, quando este mulato votou em plena assembleia pela liberdade geral dos escravos, foi com o fim sinistro de tudo confundir para, no início da geral consternação, roubar-nos mais amplamente e evadir-se para o país vizinho. Este pensamento meu não é um exaltamento de ódio contra esse monstro: é a ideia bem combinada do resultado que teve o debate que na assembleia sustentei contra tão impolítica e monstruosa indicação, e que para fazer-me calar, se levantaram todos os deputados da mashorca, sem dúvida iniciados no diabólico mistério de darem uma morte inglória à jovem república, que por suas maldades havia tocado às bordas do abismo. Harpias infernais que, com tão nefando egoísmo, souberam conservar-se no mando supremo do estado, para alvitar-nos e minguar tão ilustre feito, entregando vil e estolidamente ao inimigo quase tudo quanto o valor e a constância haviam ganho!

Discordando dos projetos defendidos por Mattos, Fontoura, através do fragmento acima apresentado, menciona o projeto de abolição da escravidão, do qual foi um dos grandes nomes a contestá-lo. Inimigo declarado, Fontoura ainda faz severas críticas à honestidade desse personagem, acusando-o de querer roubar a República. Mas a sua insatisfação perante as ações de Mattos não foi suficiente para detê-lo.

Ciente da capacidade de poder e domínio exercida pelo “mulato”, Fontoura (1984, p. 52) continua a desprender várias críticas a este indivíduo, como podemos constatar em carta do dia 3 de março de 1844, onde deixa mais uma vez transparecer seu incômodo perante as ações de Mattos:

No entanto, ás margens aspérrimas do Quaraim vimos ter, pisando por tanta pedra, das quais um só terço bastava para piorar o nosso estado de cavalhadas; mas é preciso a conferência de vital interesse porque assim o diz o mulato José Mariano que, ao lado do velho José Gomes, governa de fato o país; e o general em chefe, que é tão bravo em frente ao inimigo, também acompanha o farrancho e tem a sua hora de mansinho. Maldito mulato, que a tantos engana!

Em praticamente todas as cartas nas quais Fontoura (1984, p. 77) faz referência a Mattos, o faz também a sua cor, sendo que em uma correspondência utiliza também o termo pardo: “Hoje se nos reuniram os ministros Lucas e Viana ficando escondido nos matos de Piratini o presidente in nomine José Gomes e o seu inseparável compadre, o pardo José Mariano.”<sup>138</sup>

Fontoura (1984, p. 56) ainda faz comparações ao tipo físico de Mattos, quando menciona que este “[...] encolhia os ombros e mesmo naquela sua forma de orangotango, afetava certos sinais de desaprovação para não descair da graça do seu pupilo Jardim, a quem via tenaz recusar a pílula.”<sup>139</sup>

Mas não foi apenas Fontoura, em seu diário, que fez referência à cor da pele de José Marianno de Mattos. Outro indivíduo que também fez menção a esta questão foi o Dr. Sebastião Ribeiro<sup>140</sup> em correspondência enviada a Sebastião Prado Lima. Ao se referir a Mattos, menciona: “J. M. de Mattos está aqui lisonjeado por mui boas palavras, porém nada de cumprimento nos celebres tratados. [É] geral o ressentimento e desgosto contra o mulato pérfido.”<sup>141</sup>

Um fator interessante a ser destacado é de que maneira a questão da cor é utilizada como importante argumento para inferiorizar um indivíduo. O uso dos termos mulato ou pardo nesses contextos está diretamente relacionado com os valores que esta terminologia agregava no período imperial.

Através da fala desses personagens torna-se evidente o sentimento de inconformidade que deixam transparecer ao se referirem a Mattos em posições consideradas de destaque socialmente. Fontoura não economiza suas críticas e as dirige a Mattos, sempre o diminuindo, mesmo este estando em uma posição semelhante a sua no movimento ou, em outros momentos, em situações de maior prestígio.

As escritas de Fontoura nos fornecem indícios de uma sociedade cujos documentos tidos como “oficiais” muitas vezes não nos possibilitam compreender. Nas correspondências

<sup>138</sup> Campo do Valério, 26 de abril de 1844

<sup>139</sup> Pontas do Ibicuí, 12 de março de 1844.

<sup>140</sup> Filho de Bento Manoel Ribeiro.

<sup>141</sup> Arquivo particular do Dr. Sebastião Ribeiro de Almeida, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

até então analisadas nesta pesquisa buscamos demonstrar que a forma como a questão da cor de Mattos é tratada neste período nada mais é que o reflexo da cultura política em que este personagem se encontra inserido.

No Brasil Imperial foi se moldando uma sociedade baseada nas representações, onde espaços foram sendo criados e uma construção social sendo estabelecida. O mulato nesse período encontrou um pequeno espaço de movimentação, onde a condição socioeconômica na qual se encontrava e a rede de relações a que estava integrado poderiam ser levadas algumas vezes mais em consideração do que sua “cor”, uma vez que, como nos lembra Roberto Guedes (2008, p. 100), em *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social*, “[...] as relações pessoais podiam definir sua cor/condição social, que, de modo algum era fixa, mas variável de acordo com as circunstâncias sociais”.

Esse era um grande passo para uma maior mobilidade, pois, ao ter contato com melhores condições sociais, alguns mulatos conseguiriam ascender socialmente, ocupando cargos que muitas vezes a histografia apontou como sendo de uma elite branca.

Mas essa foi uma questão que pôde ser “transformada”, mas não resolvida por Mattos, já que, conforme fosse ascendendo socialmente, sua cor e sua origem poderiam ser na maioria das vezes esquecida por alguns de seus pares, mas jamais por seus inimigos.

### 3.4 AS CORRESPONDÊNCIAS DE UM INTERMEDIADOR NO PRATA

Perpassando por diversos espaços sociais, conseguimos observar ao longo deste trabalho alguns dos caminhos trilhados por Mattos e dos cargos/posições por este ocupados junto ao movimento.

Vinculando a sua participação com a Revolução Farroupilha, observamos ao longo das fontes que o círculo de relações de Mattos ultrapassou as fronteiras da então República Rio-Grandense, onde, ao entrar em contato com a região do Prata, estabeleceu novos e importantes vínculos com figuras políticas da região.

Designado como Ministro Plenipotenciário, durante o período em que assumiu a Presidência da República, com sede na então Piratini, Mattos foi enviado para estabelecer contato com Rivera e assim estimular uma relação de “amizade” e ajuda mútua.

Em correspondências para a Corte dos Encarregados dos Negócios<sup>142</sup>, compreendemos, mesmo que em parte, como se foi procedendo esse contato e os frutos alcançados.

Sinalizada pelo Encarregado dos Negócios Interino e Cônsul Geral do Brasil Manoel D’Almeida Vasconcellos a relação existente entre os políticos orientais e alguns líderes farroupilhas, este menciona, em carta do dia 25 de outubro de 1831, destinada ao Império: “Fui mais informado, que entre as principaes pessoas desta Republica e algumas das do Rio Grande do Sul existem correspondências secretas tendentes a desunir aquella Provincia das mais do Imperio [...]”<sup>143</sup>

Havendo o que o Encarregado apontaria como relações de inteligência entre Fructo e os Farroupilhas, este confirmaria o que antes já havia percebido:

São muitos os factos apontados de ter o inimigo passado e repassado a linha divisória, recebido soccorro de todo o gênero, principalmente cavallos, e mesmo reunido naquelle Estado por vezes, gente tanto Brasileira como Subditos da Republica, para invadir o territorio desta Provincia, como tem sucedido em muitos pontos, com a maior connivencia ou consentimento das autoridades Orientaes.<sup>144</sup>

Nessa mesma carta ainda enfatiza:

Em seus actos públicos os rebeldes sempre manifestarão que a Republica os protegia, e assim o affiançava o mesmo chefe Bento Gonçalves. Os rebeldes mandarão differentes enviados a Montevidéo, onde he de se suppor que alguma cousa hião tratar em seu beneficio, e até mesmo o chefe teve huma entrevista com o Snr. Presidente da Republica logo no começo da sedição.<sup>145</sup>

Dentre os enviados, José Marianno de Mattos se apresentou como um nome capaz para estreitar esses laços.

Em carta do dia 2 de janeiro de 1839, é anunciada a sua chegada por representantes das forças imperiais: “O rebelde José Mariano de Matos e seus companheiros chegados á pouco á esta Capital, sem embaraço algum apresentão-se em público com o tope e as divisas do intitulado Estado Rio-Grandense.”<sup>146</sup>

<sup>142</sup> Correspondências publicadas pelo Arquivo Nacional/RJ.

<sup>143</sup> Documentos do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Correspondências dos Encarregados de Negócios em Montevidéo; 1831-1840.

<sup>144</sup> Correspondência para a Corte, Encarregado de Negócios em Montevidéo, Publicações do Arquivo Nacional/RJ: 1937.

<sup>145</sup> Correspondência para a Corte, Encarregado de Negócios em Montevidéo, Publicações do Arquivo Nacional/RJ: 1937.

<sup>146</sup> Correspondência para a Corte, Encarregado de Negócios em Montevidéo – Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, Publicações do Arquivo Nacional/RJ: 1937.

Sendo essa uma relação sigilosa, Mattos, ao escrever para Antonio Netto, alerta:

Podeis livrar a effeito nosso antigo, até hoje malfadado plano, mas conducindo-vos de modo que eviteis o contato de qualquer força ou authoridade d'este paiz, aparentando por todas as formas nao haver com Rivera intelligência sobre tal apuração, pois o contrario hiria seriamente comprometter as negociaçoens que sabeis se encetarão com o Gabinete Imperial e que muito nos podem utilizar, se, como o espero, forem manejadas como o tino, que se promete.<sup>147</sup>

Em carta do dia 26 de junho de 1841, Domingos José de Almeida comunica a falta de cavalos pela qual os farrapos passavam, solicitando a Mattos:

Empenhe pois tudo ao seu alcance, obtenha de S. Ex<sup>a</sup>. O Sr. D. Fructo mil cavalos, e nos envie a Santana ao Tenente-Coronel Moraes, sem perda de tempo. V. Ex<sup>a</sup> não faz ideia do estado deplorável daquele Exército: eu considero prestes o reconhecimento de nossa Independência e coroados nossos trabalhos.<sup>148</sup>

Mas não foi apenas aos interesses coletivos dos farroupilhas que o Ministro dedicou os seus esforços, fazendo com que Rivera atendesse também algumas concessões particulares.

Importante frisar que essa proximidade entre ambos desagradava alguns conterrâneos de Rivera, principalmente quando o assunto estava relacionado a recursos financeiros, mais precisamente às remessas de dinheiro que enviava às famílias de Bento Gonçalves e Mattos, tendo como justificativa “[...] não só pelos apuros que estão, como também para os amaciar.”<sup>149</sup>

Fructuoso Rivera, por sua vez, ao tentar buscar uma posição de mediação, na verdade buscava meios de tirar partido de ambos os lados, tanto do Império, quanto dos farroupilhas.

Em carta de 5 de setembro de 1841, o encarregado do Império José Diaz da Cruz Lima relata:

Pelo que tenho ouvido me convenço mais da sagacidade de D. Fructo. Elle está acostumado a fazer sempre a sua vontade, ainda que o parecer dos Ministros seja contrario; e o que concluo He que elle estuda o meio de tirar partido de ambos, do Império e dos Farrapos.<sup>150</sup>

<sup>147</sup> Coleção Alencar Araripe, lata 845, pasta 42, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

<sup>148</sup> Coleção Varela –CV 1630, 26 de junho de 1841.

<sup>149</sup> Correspondência para a Corte, Encarregado de Negócios em Montevideo, Publicações do Arquivo Nacional/RJ.

<sup>150</sup> Correspondência para a Corte, Encarregado de Negócios em Montevideo, Publicações do Arquivo Nacional/RJ.

Nesse jogo de intriga e poder, de aliados e inimigos, Mattos se mostrava um grande articulador, consolidando cada vez mais a sua influência no movimento e o respaldo que tinha ao ser designado para essa tarefa.

O “mulato” não só circulava entre os líderes farroupilhas, mas também entre as principais figuras políticas da região do Prata, que não aparentavam, pelos menos nas cartas aqui analisadas, ter nenhum tipo de estranhamento ao tratar de secretos e importantes interesses políticos e econômicos entre as regiões.

Essa ressalva vem ao encontro da fala do próprio José Marianno de Mattos, ao ponderar as perseguições por ele sofridas. Em carta escrita ao Presidente da República Rio-Grandense conseguimos evidenciar como Mattos compreende as “ofensas” recebidas neste período, ao responder sobre uma possível nomeação para ser o Chefe do Estado Maior:

Exmo Snrº Presidente e Amigo =  
Sabe V. Exa que os inimigos que conto na República não o são de José Marianno e sim do Vice-Presidente Mattos, do Ministro Mattos, do Encarregado de Negócios Mattos: não são inimigos do homem propriamente dito, e sim dos empregos que tem exercido e que esses ambiciosos os querem para sim e sua grei, e para isso tratão de espalhar a mesquinha, vergonhoza, egoística e ingrata ideia de provincialismo; em cuja propaganda sou considerado estrangeiro.

Através desse fragmento, podemos realizar importantes reflexões sobre o papel que Mattos tinha no movimento farrapo e a leitura feita por este, das ações e críticas em que estava envolvido.

Ciente de que a sua atuação na Farroupilha, despertou as mais variadas opiniões entre os “companheiros” da Revolução, ainda mais quando os principais cargos a ele eram designados, Mattos evidencia através deste manuscrito, sua interpretação dos acontecimentos em questão.

Observando que as desavenças existentes eram resultado da sua posição no movimento e dos lugares então ocupados, Mattos, ao fazer essa análise, vem corroborar com o argumento que defendemos neste trabalho: de que suas inimizades não estavam relacionadas ao homem José Marianno de Mattos, mas sim aos espaços nos quais este indivíduo conseguiu circular nesse período.

### 3.5 DE “MALDITO MULATO” A “GENTE DE VALOR”: O FIM DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA E A ASCENSÃO POLÍTICO-SOCIAL NO IMPÉRIO

A trajetória traçada por José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha foi motivo, como evidenciam fontes documentais, de descontentamento por parte de alguns membros do movimento farrapo e de desavenças que este conquistou ao longo dos anos. Ainda mais pelo fato de esse mesmo carioca, mulato, após ser anistiado<sup>151</sup>, ter conseguido o feito de ser o único farrapo a ascender mais alto na hierarquia militar do Império, ao ser Ministro da Guerra, em 1864<sup>152</sup>.

José Zeferino da Cunha (1902, p. 32), ao se referir a essa questão, faz um comparativo com Domingos José de Almeida, que vale lembrar também teve a questão de sua cor como algo pouco trabalhado pela historiografia<sup>153</sup>, ao colocar que: “[...] a Monarchia nunca teve para com elle o procedimento, que teve com o seu collega e amigo, o ex-ministro da guerra e marinha da Republica José Mariano de Mattos, que chegou até o cargo de ministro da Monarchia.”

A Revolução Farroupilha teve seu desfecho em 1845, com a assinatura do Tratado de Ponche Verde. Segundo Helga Piccolo (1985, p. 57), tal acordo ocorreu “[...] quando o governo monárquico e os farrapos compreenderam que um precisava do outro.” A partir desse período, o conflito, que se prolongou ao longo de quase dez anos, chegava ao fim e junto com ele a então República Rio-Grandense.

José Marianno de Mattos foi preso nos anos finais do movimento e enviado ao Rio de Janeiro, mas conseguiu ser readmitido, sendo incorporado novamente às forças militares imperiais. Nomeado Tenente Coronel, Mattos ainda retornou às terras do Sul, uma vez que foi mandado servir nesta região no período de junho de 1851, retornando em agosto de 1852, e na mesma época ainda participou da Guerra entre Oribe e Rosas (1851-1852), como Ajudante-Geral do Exército sob o comando de Caxias.

É importante lembrar que a sua ligação novamente com o Império não fez com que Mattos rompesse relações com os “amigos” rio-grandenses. Pelo contrário, no ano de 1852 (período em que Mattos teve uma breve passagem pela Província de São Pedro), a rede ainda

---

<sup>151</sup> José Marianno de Mattos, ao se envolver com o movimento farroupilha, foi julgado pelas forças imperiais como desertor, conseguindo, após o fim da Revolução, ser anistiado e incorporado novamente à instituição.

<sup>152</sup> Arquivo Histórico do Exército/RJ, Rascunho de Fés-de-Ofício de José Marianno de Mattos.

<sup>153</sup> Autores como Padoin (1999), Flores (2004), Leitman (1985), Carrion (2005), Silva(2010), ao se referirem a Domingos José de Almeida, também fazem referência a sua cor, como este sendo mulato.

se fez presente, articulando-se para a candidatura à Assembleia Geral do agora Tenente Coronel José Marianno de Mattos.

Esse contato aparece em correspondências trocadas entre Domingos de Almeida e Vicente Lucas de Oliveira Junior. Esse último escreve:

[...] vou aproveitar, cientificando-lhe que tomo na devida consideração a candidatura a Assembléia geral do Tenente Coronel José Mariano de Mattos, recomendada por V. Sa. e estou certo que se, como espero, o partido nacional triunfar aqui nas próximas eleições primárias, os eleitores deste colégio concordarão comigo que ele reúne as precisas habilitações para bem representar a província<sup>154</sup>.

Através dessa carta observamos como Mattos continuava acionando sua rede quando necessário, mantendo os seus vínculos e seus “amigos” mesmo após o final da Revolução Farroupilha.

Almeida, ciente dessa relação, escreve novamente a Mattos, em julho de 1851, mas, desta vez, para que este interceda por seus filhos junto ao Exército. Almeida, que foi casado com Bernardina Rodrigues Barcellos, teve um total de treze filhos, e apenas nove chegaram à idade adulta<sup>155</sup>. Em carta destinada a Mattos, ao expor a situação de seu filho Luis Felipe de Almeida, então Sargento, solicita um favor a Mattos:

Em consequencia parte o dito Sr. Sargento para o Exército, de onde talvez volte um Coronel, se não deixar a casca em alguma sanga ou coxilha. Por isso é indispensável que V.Mcê. o apresente ao Exmo. Sr. Conde e o tome debaixo de sua proteção, tratando-o como pupilo seu. Ele escreve melhor que o pai, copia corretamente, redige sua cartinha, traduz o francês como as suas ventas para aplicar-se mais à leitura dos jornais da opposição: bem vê que na falta de melhores, com tais habilitações, pode ser empregado onde não esteja todos os dias em exercício, piquete, guardas de campo avançadas, etc...etc...etc..mas se isso empacá-lo na carreira deixe-o nela prosseguir, porque tenho esperanças de vê-lo **homem gente**, [grifo nosso] como dizia o Manuel de Souza Catapregos de minha terra<sup>156</sup>.

Além de pedir proteção para seu filho, Almeida aproveita a oportunidade e solicita a atenção de Mattos com o seu cunhado e afilhado Modesto Rodrigues Barcelos. Segundo Almeida, “o pobre ainda está em Cabo raso, e creio que nunca chegará a Capitão”, mas mesmo assim solicita que Mattos dispense a ele também os seus favores, um pedido que é feito, segundo Almeida, do “Velho camarada e fiel amigo”.

<sup>154</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV –6858, 24 de setembro de 1852..

<sup>155</sup> Sobre o Casal Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos, ver: MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

<sup>156</sup> Correspondência do Acervo do AHRGS, CV – 664, 20 de julho de 1851.

A escrita de Almeida, embora possa parecer um pedido simples a um amigo de longa data, traz com ela uma importante compreensão do papel de José Marianno de Mattos na sociedade desse período e da transformação que este sofreu ao longo dos círculos sociais com os quais entrou em contato.

Tendo a responsabilidade de ajudar Luis Felipe de Almeida a transformar-se em “Homem Gente”, em uma pessoa de valor e bem colocada socialmente, Mattos passa a ser visto através dos olhos de seu amigo e pai de Luis Felipe como uma pessoa capaz de possibilitar esta transformação.

Evidencia-se, assim, através dessa correspondência, a consciência dos antigos aliados políticos da posição ocupada por Mattos e como se utilizaram desta situação para acionar uma “troca de favores”.

Mas o mais interessante de analisarmos é a transformação que o personagem consegue fazer com a sua imagem ao longo dos anos. O fato de Mattos encontrar-se em posições de respaldo na sociedade do período imperial fez com que muitos daqueles que antes o viam como despreparado, genioso e o “monstro dos monstros”, o tivessem agora, não ainda como amigo, mas como alguém que conseguiu chegar a postos que muito poucos conseguiriam.

Considerado um homem inteligente e capaz para desempenhar as mais diferentes tarefas, Mattos, em 1851, foi designado pelo Ministro da Guerra do período – Manoel Felizardo de Mello e Souza – a traduzir um livro publicado originalmente em francês, sobre um curso de armas de fogo portáteis.

Essa solicitação, além de evidenciar o fato de Mattos ser letrado e culto o suficiente para ser responsável por uma tradução, aponta também o fato de ter o conhecimento de outras línguas, como o Francês, sendo visto por autoridades do período como alguém capaz de desempenhar tal tarefa. No prefácio do livro, que acabou sendo publicado em 1859 pela Typographia Universal de Laemmert, Mattos escreve:

Prefácio do Tradutor  
Ilmo e Exmo Senhor

Mostrou-se V. Ex. desejoso de que me encarregasse da tradução do Curso para a Escola de tiro de St. Omer por Mr. Panot; não quiz apreciar, como merecião, as attendiveis razões, que apresentei, para recusar-me a um trabalho, a que se havia já esquivado uma de nossa primeiras illustrações militares, por considera-lo mais que muito árduo, se não invencível, pela absoluta falta de uma nomenclatura militar na língua portugueza; e, avaliando-me com o excesso de bondade, com que se tem dignado sempre honrar-me, julgou modéstia o que era apenas a expressão sincera e franca da convicção de minha incapacidade. Tive pois de resignar-me, e empreender um trabalho, em que me achei só, e a braços com as maiores difficuldades, para poder apresentar uma nomenclatura nossa, e tão minuciosa como a franceza. Fiz quanto era humanamente possível para corresponder á lisongera confiança com que se dignará V. Ex honrar-me; e o teria conseguido, se, para tanto, fosse apenas

mister o meu ardente desejo. Julguei dever dar uma tradução fiel do Curso de Mr. Panot, conservando a mesma simplicidade de linguagem e repetições por elle empregadas, attento o fim a que é destinada a sua obra.

A consciência diz-me que fiquei muito aquém dos meus desejos e da esperança de V. Ex; e se ousar apresentar tão imperfeito trabalho, é contando que V. Ex. se dignará apadrinha-lo dispensando-lhe toda a indulgencia, de que por sem duvida carece, e recebê-lo como a maior prova que a V. Ex. podia dar do respeito e gratidão, que a V. Ex. tributa.

Illmo. E exmo. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra.

De V. Ex. Subdito respeitador e agradecido amigo José Marianno de Mattos  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 1851<sup>157</sup>.

A tarefa designada a José Marianno de Mattos foi um dos muitos desafios por ele encontrados. Embora fosse letrado e tivesse conhecimento também de francês, a tradução de um livro exigia um vasto domínio não apenas da língua, mas do assunto que envolvia a publicação para que não acontecessem erros ou equívocos.

Mattos continuou assim desempenhando importantes funções, dentre elas a de diretor da fábrica de pólvora da Estrela e vogal do Supremo Conselho Militar, atuação esta destacada em jornais do período.

Fazendo referências ao período em que Mattos esteve na fábrica de pólvora, o Correio Mercantil, jornal do Rio de Janeiro, traz em suas páginas de 21 de dezembro de 1857, um agradecimento feito pelos empregados, à atuação de Mattos como diretor:

Testemunho de reconhecida gratidão

Illmo. Sr. Coronel José Marianno de Mattos - Fabrica da pólvora 15 de dezembro de 1857 –

Os empregados deste estabelecimento faltarião ao grande dever de gratidão, se d'entre elles sahisse um chefe ornado de tão brilhantes qualidades, sem que desse aquella prova que é licito dos que não são ingratos. Elles cheios da mais viva saudade, vem hoje (dia para elles assas aziago) protestar uma duradoura lembrança, que conservarão eternamente, dos favores, bondade e justiça com que V. S. os obsequiou durante o, para elles, curto espaço de tempo que tiverão a felicidade de serem por V. S. dirigidos. Homem publico vossos actos são tão patentes e de tanta magnitudes, que delles ninguém duvidará, á vista do augmento e grandesa deste estabelecimento: homem particular é aos empregados abaixo assignados que cabe dizer alguma cousa.

Desculpai, Sr. Coronel a nossa franquesa, ninguém melhor do que nós pode attestar vossa honradez, cavalherismo, bons conselhos, amizade paternal e beneficência sem limites; e se algum d'entre os empregados deste estabelecimento errou alguma vez não foi por falta de vossos salutaes conselhos, e boas indicações para o bom cumprimento dos deveres impostos pela lei, pela boa razão e sã moral. Felizes daqueles que tenham a honra de servirem sob as ordens de V.S.<sup>158</sup>

<sup>157</sup> O referido livro encontra-se no Real Gabinete Português de Leitura/RJ, de autoria de F. Panot e tradução de José Marianno de Mattos.

<sup>158</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal O Correio Mercantil, 21 de dezembro de 1857.

Considerado pelos integrantes da fábrica como uma figura respeitável e de muitas qualidades, o agradecimento publicado em 29 de dezembro de 1857 é acompanhado de diversos elogios, enaltecendo a imagem de bom administrador e amigo.

Como resposta a essas colocações, José Marianno de Mattos remete os seus agradecimentos:

O coronel José Marianno de Mattos não tendo podido, ao deixar a fabrica de pólvora, procurar a cada um dos Srs. Empregados da mesma e moradores da circumvizinhança para agradecer-lhes a mais que muito honrosa e lisongeira prova de amizade e consideração que se dignarão manifestar-lhes ao receberem a noticia de sua demissão da directoria daquelle estabelecimento, vem hoje dar-lhes este publico testemunho do muito que se acha penhorado pela nobre e espontânea dedicação [...] Recebão, pois, os Srs. Empregados e vizinhos da fabrica de pólvora, especialmente os Srs Milligan e seus dignos companheiros da estrada de ferro Mauá, e o Sr. Professor publico e seus alumnos, os protestos de eterna gratidão do abaixo firmado, que, em qualquer parte a que o levar o desempenho de seus deveres de soldado, conservará sempre em sua memória como em seu coração a grata lembrança de tão dedicados e bons amigos, os quaes podem e devem contar, em tudo quanto lhes possa ser útil, com o seu agradecido amigo e attento criado.  
Jose Mariano de Mattos.<sup>159</sup>

Mattos, que já se encontrava na posição de Coronel, no ano de 1861, conseguiu elevar novamente sua posição na hierarquia do exército ao ser nomeado Brigadeiro. Ao passar a ocupar um cargo de destaque perante o Império, o mesmo ainda foi designado para assumir a pasta da Guerra em 1864<sup>160</sup>.

Mas tal conquista foi usufruída por pouco tempo, já que, nesse período, após adoecer, Mattos acabou se afastando de suas funções, respondendo então pelo Ministério Francisco Carlos de Araújo Brusque (deputado e figura bastante conceituada no Parlamento)<sup>161</sup>.

No quadro abaixo, que retiramos de Souza (1999), torna-se possível visualizar o quadro hierárquico do Exército, no período em que Mattos pertenceu a esta instituição, indicando os caminhos trilhados pelo personagem que ingressou como soldado e conseguiu, no final de sua vida, chegar a Brigadeiro.

<sup>159</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal O Correio Mercantil, 21 de dezembro de 1857.

<sup>160</sup> Segundo Carvalho (1996, p. 49), o cargo de ministro era de grande importância para o período. “De acordo com a Constituição Imperial, os ministros eram os agentes do Poder Executivo, cujo titular era o Imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los. Após a introdução da figura do presidente do Conselho dos Ministros em 1847, o imperador limitava-se geralmente a escolher o presidente que por sua vez escolhia seus auxiliares em consultas com o chefe do governo. [...] Com exceção dos militares, era rara a escolha de ministros que não fossem parlamentares. Havia seis ministérios até 1861; após essa data, sete.”

<sup>161</sup> Informações obtidas através da publicação de LOPES, Theodorico e TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil 1808-1950**. 4. ed. Rio de Janeiro, 1950.

Quadro 2 – Hierarquia do Exército – 1831

Oficiais	
Oficiais-Generais	Marechal do Exército Tenente-General Marechal de Campo Brigadeiro
Oficiais superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
Oficiais subalternos	Capitão Primeiro-Tenente Segundo-Tenente
Oficiais inferiores	Primeiro-sargento Segundo-sargento Forriel
Baionetas	
Cabos	
Anspeçadas	
Soldados	

Fonte: Tabela reproduzida do trabalho de Adriana Barreto de Souza (1999).

Mattos faleceu no Rio de Janeiro e foi lembrado pela historiografia regional através de sua participação junto ao movimento farrapo. Apesar de informações soltas e de uma abordagem pouco reveladora, a trajetória desse personagem permaneceu por muito tempo escondida atrás de outros nomes considerados então “símbolos” desse movimento.

Embora publicações como a dos Ministros da Guerra do Brasil de Theodorico Lopes e Gentil Torres (1950)<sup>162</sup> apresentem como data de falecimento de Mattos, 5 de janeiro de 1866, esta se encontra equivocada, uma vez que O Diário do Rio de Janeiro, de 8 de janeiro de 1865, no espaço destinado à Revista Militar, anuncia a morte de Mattos como um dos seus destaques:

Diario do Rio de Janeiro  
Domingo, 8 de janeiro de 1865.  
Folhetim  
Revista militar  
Rio, 4 de janeiro de 1865

<sup>162</sup> O exemplar que utilizamos neste estudo se encontra no Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro, sendo uma fonte utilizada por alguns autores que citaram o ano da morte de José Marianno de Mattos.

Ao largar a Penna soubemos de um triste acontecimento. Mais uma intelligencia militar acaba de extinguir-se. Falleceu o general José Marianno de Mattos, victima de uma moléstia muito aggravada no seu ministério. [...] Probe e honrado, são o seu maior elogio, as melhores palavras que se podem inscrever como epitaphio na sua sepultura: tão probo era o distincto finado, que a sua inconsolável e desolada família, que idolatrava, lega sómente um nome illustre, envolvido na mais completa pobreza. Descanse em paz sua alma, e sejam as lagrimas de sua família, e de seus amigos, um verdadeiro monumento de saudade, erguido á memória de um general tão intelligente, quanto honrado.<sup>163</sup>

Mencionando o que se considerava ser as virtudes desse indivíduo, bem como o seu desempenho como militar, o jornal, ao informar o falecimento de Mattos, deixa evidências da condição desfavorável em que se encontrava sua família.

Tendo como legado a sua trajetória, o Brigadeiro, embora ocupando altos cargos para o período, adquiriu como riqueza o seu prestígio perante a sociedade. Prestígio esse que foi fundamental para os espaços por onde circulou, mas não o suficiente para garantir melhores condições a sua família.

Em publicação quase dois anos após a sua morte, o Jornal Correio Mercantil de 1866 traz afirmações sobre a história e o destino de Mattos:

Ao Exm. Sr. Ministro da guerra:  
 Finado Conselheiro General José Mariano de Mattos  
 Enxugando o pranto da saudade, depondo á tumba do illustre finado uma coroa de adelfa, não pretendemos biographar sua vida, mas prestar ainda uma vez a homenagem de estima e profunda dedicação ao venerando vulto cujo nome se acha gravado no livro dos beneméritos do solo de Santa-Cruz!  
 Há quase dous annos baixou ao sepulchro o illustre brigadeiro José Mariano de Mattos, vítima de uma moléstia que mata e se não cura, e tendo deixado aos seus e ao paiz o exemplo das mais elevadas virtudes: militar brioso e illustrado sempre mereceu de seus camaradas as reverencias de estima, consideração e respeito!<sup>164</sup>

Reforçando a descrição de Mattos como um militar illustre para o referido período, o texto publicado no Correio Mercantil também retrata a situação em que se encontrava a sua família:

Esposo dedicado, pai desvelado, amigo sincero e devotado, cidadão prestimoso, exhalou o derradeiro suspiro com a consciência de bem haver servido o seu paiz. Enumerar todos os serviços prestados por esse velho e respeitável camarada, seria longo e desnecessário, porque, desde o soldado até o mais eminente militar brasileiro, todos saem os relevantissimos sacrificios feitos pelo Brasil, ainda no derradeiro quartel da sua vida. Basta tão somente lembrar que nos últimos annos, quando já se sentia alquebrado pela moléstia, foi encarregado de organizar a escola de tiro no Campo-Grande. [...] Jose Marianno de Mattos, ao terminar a curta

<sup>163</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal O Correio Mercantil, 8 de janeiro de 1865.

<sup>164</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal O Correio Mercantil, 14 de setembro de 1866.

peregrinação pelos valles de uma vida sempre exemplar e honesta, legou á sua família, composta de duas filhas e dous filhos, o exemplo de suas virtudes, e um nome que sempre será lembrado com veneração e respeito.

Lutando com a potencia da adversidade, caminhando sempre entre espinhos e cardos nas veneradas da probidade, desligou-se do mundo deixando sua família á braços com os horrores da orphandade! E' essa, porém, a sorte do militar no Brasil: uma de suas virtuosas filhas, esposa do tenente albino Rogière, actualmente na campanha contra o Paraguay, uma outra solteira, um filho menor que ainda agora diligencia por terminar seus estudos preparatórios e um outro, eis a família do finado conselheiro José Marianno de Mattos, que vive apenas com 72\$ mensaes, producto da metade do soldo que em vida recebia seu saudoso pai.<sup>165</sup>

Mattos morreu aos 62 anos. Viúvo e pai de quatro filhos, o militar que teria prestado relevantes serviços ao seu país, como informa o fragmento do Correio Mercantil, não conseguiu estender aos seus herdeiros a garantia de um futuro promissor:

E' essa a única atenção que mereceu a família de um homem sempre honesto e dedicado servidor do estado? Revolta por sem duvida que até hoje as filhas do venerando general, herdeiras de um nome a quem o paiz deve gratidão, vivem isoladas a um canto e esquecidas de serem contempladas com uma pensão, que apesar que não lhes poder conceder as commodidades da vida poderia ao menos minorar a intensidade do grito de uma pobreza tão desvalida!

Confiamos, porém, na justiça e magnanimidade imperial, que nunca desampara os desfavorecidos da fortuna, e é de esperar que o laborioso e eminente Sr. Ministro da guerra leve ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador as provas da verdade a mais exacta, e por todos reconhecida, de que a família do conselheiro Mariano de Mattos não póde por modo algum subsistir com a minguada quota que recebe.<sup>166</sup>

O texto, que é assinado pelo “velho militar”, possibilita evidenciar os desdobramentos que tiveram a história do nosso objeto de estudo. Sem maiores referências à identidade do autor da publicação, sabemos apenas que foi alguém que não se calou ao que considerou ser uma incoerência a trajetória de Mattos, uma vez que, ao finalizar o texto, o escritor ainda enfatiza estar fazendo referência à “família de um dedicado servidor do estado, que, até hoje completamente esquecido, só herdou – a honradez – e a pobreza!”.

Apontado pelo jornal O Constitucional de 1864 como sendo uma “especialidade para o exército” e “general muito distinto em sua arma, reputado entre os mais hábeis, e tão liberal que militou nas fileiras mais eminentemente liberaes do império, mérito eminente que a nova era não podia jamais esquecer”<sup>167</sup>, a história de José Marianno de Mattos ficou por muito tempo envolvida em um desaparecimento.

Buscando fragmentos dessa história, ao apresentarmos alguns dos laços pessoais e das redes de relações estabelecidas pelo nosso objeto de estudo destacamos como a sua trajetória

<sup>165</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal Correio Mercantil/RJ, 14 de setembro de 1866.

<sup>166</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal Correio Mercantil/RJ, 14 de setembro de 1866.

<sup>167</sup> Acervo da Biblioteca Nacional, Jornal Constitucional/RJ, 26 de novembro de 1864.

foi reflexo do seu frequente esforço em se estabelecer entre as lideranças políticas de seu período e das oportunidades por ele encontradas/conquistadas.

O mulato carioca, que havia ingressado no Exército como soldado, saíria de lá alcançando a patente de Brigadeiro. A herança de José Marianno de Mattos, lembrada pelos jornais do período, como a de um honrado militar, se perdeu ao longo dos anos, sendo muitas vezes esquecida ou modificada como a de tantos outros personagens.

Assim, trazer Mattos como objeto central de nosso estudo não se refere a cumprir com uma solicitação feita no passado, ou com uma tentativa de apresentar uma trajetória, mais ou menos “gloriosa” que a de outros personagens, mas sim de buscar compreender a história de um militar, de um homem de cor, que em vida trilhou um caminho de constante ascensão, estando diretamente envolvido na história do movimento farrapo e na construção social do Brasil no período imperial.

## CONCLUSÃO

O caminho que nos levou ao nome de José Marianno de Mattos foi feito através de indícios, de fontes e de perguntas que pareciam sem respostas.

Estudá-lo como apenas mais um líder farroupilha, embora ainda trouxesse muitas contribuições, não foi o real motivo que nos instigou a percorrer informações e arquivos, transitando entre o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, em busca da história desse personagem.

Mesmo sabendo que a historiografia se esforçou por muitos anos em enfatizar a importância do que foi considerada a elite do movimento, não trazemos Mattos apenas como mais um nome a integrar esse grupo e muito menos se pretende que este farrapo seja idolatrado por isto.

O que buscamos é a história de um personagem comum, um mulato como muitos outros que existiam na sociedade do período imperial, mas que, ao se utilizar de alguns recursos, bem como se inserir em alguns espaços, conseguiu no período de 1835-1845, durante a Revolução Farroupilha, se estabelecer em posições de comando.

A história de Mattos, em seu início, poderia ser parecida com a de muitos outros integrantes desse movimento, mas não o foi.

Através de documentação trazida neste trabalho, como manuscritos, correspondências, jornais, entre outras fontes pesquisadas, buscamos ao longo das páginas que integram esta dissertação compreender, além da trajetória desse personagem, um pouco da sociedade que o envolveu e foi responsável pelo silenciamento de sua “cor”.

Considerando o Brasil do início do século XIX, cuja desigualdade era bastante presente e que apenas a uma pequena parcela da população (que possuía o controle econômico e também político da época) eram destinados, por consequência, os mais altos postos/cargos, analisar a trajetória, ascensão e a rede de relações de um mulato como José Marianno de Mattos se apresentou como um intrigante objeto de estudo.

Ciente de que a atuação de mulatos poderia se fazer presente para além de escravos ou soldados, a opção por estudar a participação em cargos administrativos busca chamar a atenção para um envolvimento que, embora já mencionado, ainda não havia sido problematizado.

A historiografia, como vimos ao longo desta dissertação, não esqueceu de José Marianno de Mattos, mas sim, de sua cor.

Quando fez referência a esse personagem algumas vezes minimizou sua participação, apresentando-o de forma discreta, onde o maior espaço era destinado a nomes já consagrados e que frequentemente ainda aparecem em muitos trabalhos que abordam a Revolução Farroupilha.

O porquê desse silêncio foi a nossa grande pergunta norteadora, que nos instigou no início desta pesquisa, inquietando-nos a cada nova informação encontrada.

Lembrando que a cor nesse período era um importante fator de discriminação social, mas que esteve muitas vezes mais vinculado a lugares ocupados na sociedade do que a um tipo de pigmentação da pele, apresentamos um mulato que por vezes teve sua cor omitida, quando conveniente ao movimento, outras vezes, lembrada por inimigos políticos.

O caso de José Marianno de Mattos, certamente, é mais que um caso isolado. Outros homens de cor nesse período conseguiram, de formas diferentes, ascenderem socialmente, uns mais, outros nem tanto, mas foram além de ocupar apenas os pequenos espaços onde a historiografia, por vezes, os colocou.

Ao trabalharmos com a história desse personagem, mesmo conscientes de que levantamos apenas algumas facetas de sua trajetória, conseguimos compreender aspectos importantes da sociedade que o envolve.

Acompanhando o carioca na sua passagem pela região sul, seu envolvimento com a causa farroupilha e o caminho que trilhou após a assinatura do Tratado de Ponche Verde, nos deparamos com diferentes “Mattos”; elegemos três deles.

O primeiro, soldado, que encontrou na carreira militar uma “porta de acesso” para um mundo no qual ele sabia que teria dificuldades para entrar: o do alto oficialato. Tendo um bom desempenho nos conflitos em que lutou e fazendo uso das promoções existentes na Academia Militar, Mattos foi ao longo dos anos trilhando uma carreira de ascensão dentro desta instituição.

Adquirindo habilidades, conhecimento e formação, que foram fundamentais nos lugares pelos quais transitou, o então militar, ao entrar em contato com a região sul, além de chegar não como soldado, mas com o título de Major, trouxe junto com ele sua experiência que se apresentou como um importante diferencial para seu envolvimento com as questões políticas.

Com a chegada de Mattos e seu contato com as ideias que se difundiam entre os que ficariam conhecidos como farrapos, se vê surgir um segundo Mattos, que ganhava espaço político entre muitos rio-grandenses adeptos do movimento.

Conquistando poderosas amizades, relacionando-se com nomes de destaque entre os farrapos, como o de Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida, evidenciamos como a rede de relações estabelecidas pelo personagem que estudamos nesta dissertação favoreceu e influenciou para que o mesmo ocupasse cargos como os de Deputado, Ministro, Vice-Presidente, Presidente da República Rio-Grandense.

Ganhando notoriedade pelo poder que a ele era designado, Mattos conseguiu, com a Revolução Farroupilha, estar posicionado socialmente em espaços que anteriormente, talvez, pudesse não ter sido imaginado pelo mesmo. Até porque, qual soldado vislumbraria estar em contato, em nível de igualdade, com lideranças como Fructuoso Rivera? Ser enviado como Ministro Plenipotenciário às terras vizinhas do Prata, com o poder de negociar e de representar os farroupilhas no Uruguai foi resultado, dentre outros fatores, de sua audácia.

Audácia essa por se dedicar ao longo dos anos em trilhar uma carreira militar e acreditar que esta o levaria a importantes cargos. Por em determinado momento, que considerou ser oportuno, se desvincular das forças imperiais e aderir a uma causa, como a farroupilha, construindo uma trajetória longe do seu lugar de origem e tendo como inimigos aqueles a quem antes servia. Por ignorar as críticas feitas a sua cor e confiar que estas não abalariam a sua reputação, construída ao longo dos anos.

Finalmente, estabeleceu-se o terceiro Mattos, o qual podemos denominar como um importante estrategista, que conseguiu lidar com as adversidades e com uma sociedade fortemente hierárquica, utilizando-se, muitas vezes, das redes de relações para conseguir se manter em determinadas posições.

Mas se engana quem pensa que o final da Revolução Farroupilha levou também ao final da carreira política e militar de Mattos. Poderia ter sido o seu fim, mas não foi o caso. Conhecendo mais uma faceta desse personagem, ao ser anistiado e reincorporado às forças imperiais nos evidencia o surgimento de uma nova figura no cenário político daquele período.

Conseguindo ocupar o posto de Ministro da Guerra em 1864, então já nomeado Brigadeiro, o ex-farroupilha passa a ocupar um dos mais altos cargos imperiais do período, sem perder o contato com os antigos “companheiros” de Revolução, multiplicando, assim, sua rede de influências e tornando mais interessante a sua história.

Assim, vimos que o homem chamado diversas vezes de mulato, que por muitos anos passou como um “ninguém”, e que vários de seus inimigos definiam como incapaz para o desempenho de cargos a que era designado, transformou, na medida em que pôde, o final de sua história.

Na documentação que analisamos ao longo da pesquisa encontramos indícios de que Mattos, ao falecer, deixou sua família na pobreza, tendo como herança um nome e uma trajetória.

Trajetória essa que, ao ser estudada em alguns de seus fragmentos, possibilitou que nesta dissertação conhecêssemos um pouco mais da história de um mulato, carioca e militar, que assim como tantos outros personagens que integraram a Revolução Farroupilha, escondeu e ainda esconde, atrás de sua atuação, páginas preciosas de um Brasil em construção.

## REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1830-1835**. 2008. 196f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARÁUJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, Fronteira e Liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. 2008. 333f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ARCE, Ana Ines. **“Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades”**: Uma história arquivística da Coleção Varela. 2011. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BAKOS, Margaret Marchiori. A escravidão negra e os farrapos. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 79-97.

BARROS, José D' Assunção. **A Construção Social da Cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BENTO, Claudio. **O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.

\_\_\_\_\_. Sete Perfis Farrapos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 124, Porto Alegre, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.) **Para uma História cultural**. Lisboa: Estampa, 1998a. p. 349-363.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1993]. 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moares. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARRION, Raul. **Os Lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos**. 2. ed. Porto Alegre, Gabinete do Vereador Raul Carrion, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 4. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

CRISPIN, Ana Carolina. **Além do acidente Pardo – Os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais (1766-1807)**. 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835**. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Nos confins meridionais**: família de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865). 2007. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Negros na Revolução Farroupilha**: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. Porto Alegre: EST, 2004 (Raízes africanas; v. 4)

FONTOURA, Antônio Vicente da. **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: as título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros** – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Roberto. De ex escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo adefres Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e seus fundamentos. In: **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p. 09-22.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. **Lanceiros Negros**. 2. ed. Porto Alegre: Já Editores, 2006.

HEINZ, Flavio M. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Por outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOFBAUER, Andreas. **Conceito de “raça” e ideário do “branqueamento” no século XIX** – bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria e Pesquisa, São Carlos, v. 42-43, p. 63-110, jan./jul. 2003.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras-História**, III Série, volumen 5, Porto, 2004.

IMÍZCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Economía Doméstica y Redes Sociales: Una propuesta metodológica*. In: IMÍZCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri (org.). **Economía Doméstica y Redes Sociales en el Antiguo Régimen**, Madri: Sílex, 2010. p. 15-51.

KLAFKE, Álvaro Antônio. **Antecipar essa idade de paz, esse imperio do bem**. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). 2011. 287f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LAYTANO, Dante. **História da República Rio-Grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEITMAN, Spencer. A Guerra dos Farrapos (1835-1845). In: AXT, Gunter: **As Guerras dos Gaúchos: História dos conflitos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Prata, 2008.

\_\_\_\_\_. **Negros Farrapos: Hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX**. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 61-78.

\_\_\_\_\_. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LELLO UNIVERSAL. **Novo dicionário-enciclopédico luso-brasileiro**. Porto: Lello & Irmão, s/d. V. 4.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-História. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

LOPES, Theodorico; TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil – 1808-1950**. 4. ed. Rio de Janeiro, 1950.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Topoi**. Vol. 9, n. 17, jul. – dez. 2008, p. 45-66. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi17/topoi\\_17\\_-\\_artigo4\\_-\\_cor\\_e\\_hierarquia\\_soc.pdf](http://www.revistatopoi.org/numerosanteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo4_-_cor_e_hierarquia_soc.pdf)

MARQUES, Letícia Rosa. **Entre soldados e ministros: A participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2010. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATEO, José. **Población, parentesco y red social en la frontera**. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séx XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004

\_\_\_\_\_. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 351-391.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. “Como escrever a História do Brasil?”, **Revista do IHGB**, tomo 6, 1844.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NABUCO, Joaquim. **A Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações sociais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Os lanceiros Francisco Cabinda, João aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos.** In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. **RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Dados eletrônicos.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** No movimento dos sentidos. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1993.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciante na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro (1737-1922). 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1999.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho –** Fronteira Platina, Direito e Revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Federalismo no espaço fronteiriço platino:** a Revolução Farroupilha (1835-45). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org). **A Revolução Farroupilha:** História e Interpretação. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p.5-29.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte:** os mulatos no Brasil Colonial. 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2007

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) **A Revolução Farroupilha:** História e Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. P. 29-60.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos,** São Paulo: Revista dos tribunais, 1989.

PRADO, Maria Lígia Coelho. “Emblemas de Brasil em la histoiografia del siglo XIX: Monarquia, unidad territorial y evolución natural”. In: PALACIOS, Guillermo. (coord.). **La nación y su história.** Independências, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX. México, DF: El Colégio de México. Centro de Estudios Históricos, 2009. p. 285-325.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1942.

REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, José Iran. Nem oficiais, nem soldados: perfis dos soldados de patentes intermediárias do Exército Imperial Brasileiro, durante a Guerra dos Farrapos. In: **Locus: revista de história**. Vol. 15, nº 2. Juiz de Fora, 2009. p. 99-110. Disponível em: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/922/792>

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1935.

ROMANO, Ruggiero. Lección inaugural – Por la historia y por una vuelta a las fuentes. In: TORTOLERO, Alejandro. **Construir la Historia**. Homenaje a Ruggiero Romano. Universidad Autónoma Metropolitana, Universidad Autónoma del Estado de México, Colegio de Mexico, Colégio de Michoacán, Instituto Mora Mérida. México 2002

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Jaisson Oliveira da. **A Epopéia dos Titãs dos Pampas: Historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução**, de Alfredo Varela. 2010. 200f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)**. 2. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social”. In: **A história social – problemas, fontes e métodos**. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na consolidação do Império: Um estudo histórico sobre política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Petroquímica Triunfo, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução – O Cyclo Farroupilha no Brasil**. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6ºvol. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

XAVIER, Regina Célia Lima. **Tito de Camargo Andrade: Religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista**. 2002. 338 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

## **Fontes Documentais**

### **Arquivo Cúria – Cachoeira do Sul/RS**

-Registros de Matrimônio

### **Arquivo Histórico do Exército/RJ**

-Fé-de-Ofício

-Correspondências para o Presidente da Província

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/RS**

-Coleção Varela

-Fundo das Autoridades Militares

-Correspondências para Presidente da Província

### **Arquivo Nacional/RJ**

-Publicações do Arquivo Nacional – Correspondências dos Encarregados de Negócios do Brasil em Montevidéo

-Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra

### **Biblioteca Nacional/RJ**

-Jornal Constitucional/RJ

-Jornal Correio Mercantil/RJ

### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RJ**

-Coleção Alencar Araripe

### **Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/RS**

- Jornal O Artilheiro – Porto Alegre/RS

- Jornal O Americano – Alegrete/RS

-Jornal O Avisador – Porto Alegre/RS



ANEXO B – Correspondência das Autoridades Militares – José Marianno de Mattos –  
1834

Peço igualmente a V. Ex.<sup>a</sup> de favor para as suas Ordens  
 para que pela Collectoria desta Villa se abonem em bo  
 maeda os Soldos, e suas vestimentas das Praças de Corpo, e  
 ritando-se apenas, mais de o dependido, que está sendo a  
 Nação municipal, com o transporte do Official, que a  
 dita Cidade vai receber nas vestimentas, como tambem o ser  
 contratado do Serviço um Official, que ordinariamente se  
 demora mais tempo do que o necessário para se receber.

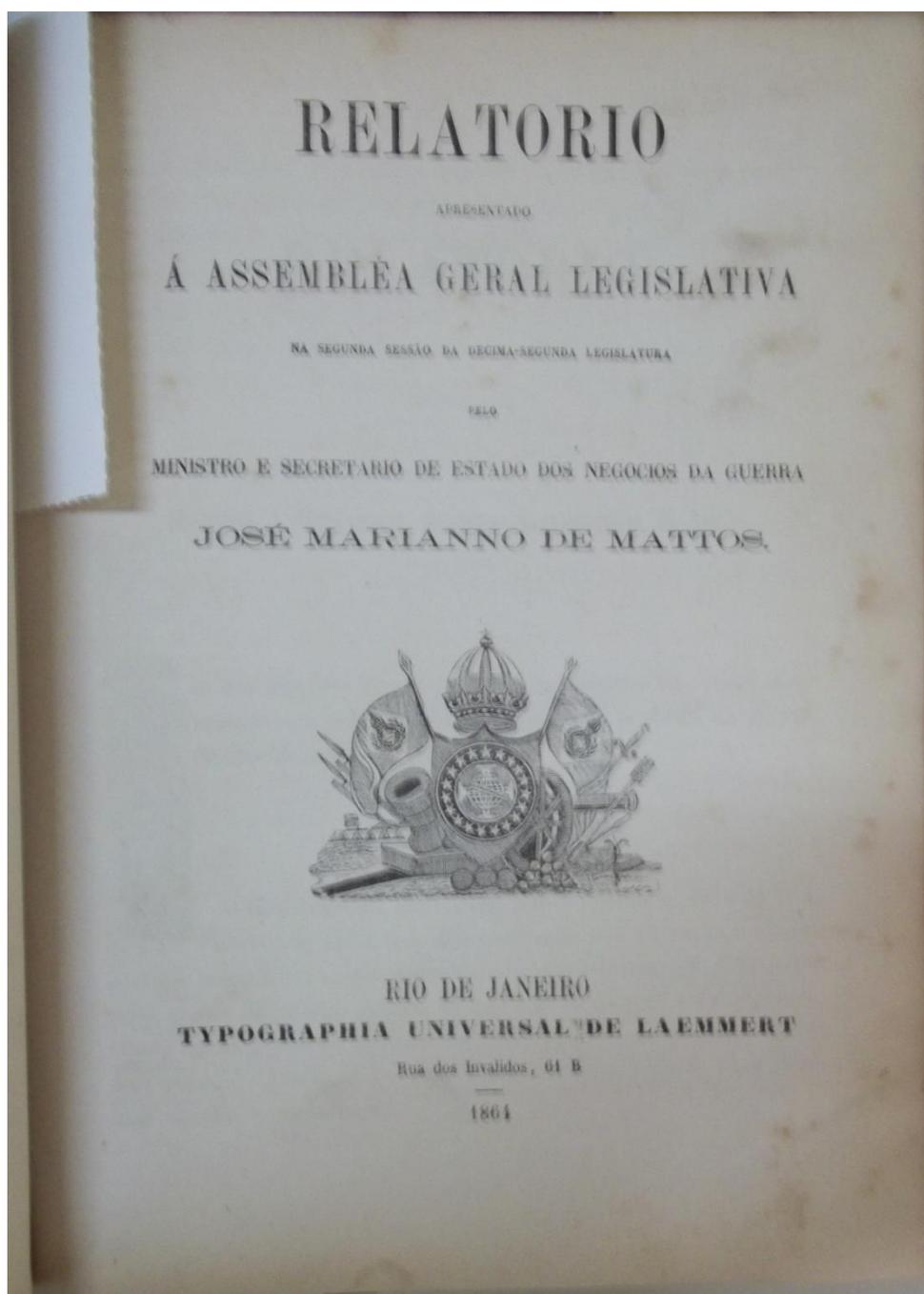
Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>

Euatado em a Villa do Rio Grande de 24 de Agosto de  
 1834 -

M. Com. Sim. Antonio Rodrigues Tomaz Braga.  
 Juiz de Paz desta Provincia -

José Marianno de Mattos  
 Major Com.

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/RS.

**ANEXO C – Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra - 1864**

Fonte: Arquivo Nacional/RJ.

ANEXO D – Jornal Constitucional – Rio de Janeiro 1864

RIO DE JANEIRO ANNO III. N 133

CONSTITUCIONAL

SABBADO 26 DE NOVEMBRO 1864

DIRECTOR DA REDACÇÃO, J. A. DE AZEVEDO CASTRO.

Publica-se ordinariamente nunca menos de tres vezes por semana. — Subscryve-se na rua dos Ciguanos n. 24, á razão de 30000 por trimestre.

Póde começar a assignatura em qualquer dia, acabando em Março, Junho, Setembro e Dezembro. Folha avulsa 160 rs.; pagamentos adiantados.

CONSTITUCIONAL.

Rio, 26 de Novembro.

Não somos nós que queremos impôr um governo à nação brasileira do Mercantil, mas é a própria nação brasileira do Mercantil que respalda o governo actual. Eis-shi o que a este respeito escreveu o Sr. Tavares Bastos nas columnas do Journal do Commercio atterrido pelos sinistros agouros que rebentou de recantos invisíveis: « O actual gabinete, magne spes altera Rome (a primeira foi sem dúvida o gabinete Zacarias) surge attonito, desconhecido, vacillante. Já descrevo e passo largos a curva para o occidente. Porque? « Falta-lhe a confiança nas proprias forças e a terra lhe fuge debaixo dos pés. « E não dá a explicar a razão de tão rapido declivio pela insubordinação e impaciencia anarchica dos liberais. « E notavel: mandio generoso de papel e querem que as legiões obedecem. « Quando em 1848, depois de igués desgraças, e de idéntica historia do quinquennio liberal, subiu ao poder a patrulha conservadora, não se procurou o cadavre e os sargentos para o commando da phalange. « Escolheram-se os chefes mais prestigiosos, os nomes que reuniam a notoriedade publica uma apud recondida. « Prevaleceu o bom senso onde hoje prevalece o acaso. »

Quando não sobejassem factos quotidianos na demonstração dos interesses inconciliáveis, das rivalidades de influencia, da impossibilidade de um accordo proveniente da ausencia completa de principios nos arcazes amarellos, bastavam para comprovar tudo isto, essas confusões linguagens, arrastadas pela luminiscentia do perigo a um dos directores do balão—Progresso—ao vel-o impellido pelas ventos da guerra, corre precipitadamente para os horizontes occuros.

Não contentamos a verdade de tão importantes apreciagões a respeito do merito de individuos que não atemam habilidade para avaliar tão bom como elles que os conheço a fundo, porque lidou com elles e sabe de que são capazes.

FOLHETIM DO CONSTITUCIONAL.

FABIO LA ou A IGREJA DAS CATAUMBAS POR SUA EXCELLENCIA O CARDEAL WIDEMAN. PRIMEIRA PARTE.

PAZ. (Vide o n. 132.)

XV.—Os beneficios da Caridade.

Quando se restabeleceu o socego perturbado pelo duplo assassinio que acabamos de referir, o trabalho do dia continuou com toda a tranquillidade. Além das grandes escolas da igreja, lidas como as fez S. Livramento, não era raro naquelles primitivos tempos, ver muitas pessoas que queriam abandonar o mundo, repartir todos os seus bens com os pobres (1). Com effeito, devia-se naturalmente esperar que a nobre caridade da igreja apostolica de Jerusalem não havia de ser um exemplo estéril para o de Roma. Mas comprehendendo-se facilmente que esses sacrificios extraordinarios tivessem lugar mais frequentemente que nunca nas épocas em que a igreja se preparava para a perseguição, e em que os christãos, que por sua posição e circumstancias, podiam aspirar ao martyrio, queriam dispor-se para o combate, despendiam por assim dizer suas almas de tudo o que os ligava á terra, e travavam

Nosso intuito é diverso; demonstrar que as cousas se tem passado tão regular e constitucionalmente na organisação dos ministerios de 15 de Janeiro e 31 de Agosto, como se passariam quando foi organiado o ministerio de 29 de Setembro de 1848. Se os resultados não tem sido idénticos, é porque não podiam sê-lo. A differença não provém da forma mas da materia, não do processo de manipulação, mas das substancias manipuladas.

Tanto que os liberais do quinquennio de 1844 a 1848 reconhecerão a impossibilidade de continuarem na direcção do Estado, e o leal e consciencioso Sr. Paula Souza, vendo que não podia vencer a torrente dos interesses encontrados de seus alligados politicos, largou o remo e deixou que a cubra corresse precipitadamente para os arcazes conservadores, foi á corte a quem o illustre parlamentar descreveu fielmente a situação, chamou o Sr. marquez de Monte Alegre a quem confiou a organisação do novo gabinete. Consultados os amigos residentes na corte, accordou-se na assignação ministerial de que já demos noticia, entrando para a pasta dos negocios estrangeiros o Sr. marquez de Olinda que depois teve de a ceder ao Sr. visconde do Uruguay.

Apesar das habilitações concedidas dos distinctos estadistas que fizeram parte desse gabinete, não se pôde asseverar, sem erro manifesto, que tiverão nella assento os chefes mais prestigiosos do partido conservador, porque não foram contempladas na sua organisação os Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos e marquez de Paraná e mais tendo ellas dado pelo assentimento á commissão ministerial a sustentarem nas camaras com o auxilio de sua palavra, e de seu voto, e fora das camaras com o auxilio de seu prestigio e de seus conselhos.

Em 1863 quando a politica entrando no goso de suas funções achadas impoz um governo da nação brasileira foi chamado o Sr. Zacarias para organisar o novo gabinete.

Se entre esse presidente do conselho e o do gabinete de 29 de Setembro havia alguma differença que representasse, é fora de duvida que elle se devia em vantagem do Sr. Zacarias e dos progressistas.

O Sr. marquez de Monte Alegre não havia

nos acontecimentos anteriores representado papel tão saliente como o Sr. Zacarias; não tinha como este contribuido tão efflorescente para a derrota da situação que já não existia.

O Sr. Zacarias, orador em redor do qual se havia reunido as esperanças dos liberais e dos conservadores dissidentes fira o chefe de batalha em que estes alcançariam a victoria occasional de um só voto; entusiasmado pelas suas novas alligadas levou a dedicacão a ponto de illudir á corte asseverando a existencia de uma maioria impossivel. Foi o organisador do ministerio de 24 de Maio, o pendente das adheções unanimes da camara eleita depois da dissolução, victoriado em banquetes so som de musica e de salvas de champagne. Não era, pois, nem caso, nem sargento, nem general de papel.

No desempenho de sua honrosa tarefa ninguém poderá razoavelmente affirmar que elle não attendesse á todos as conveniencias politicas e constitucionales da situação. A camara havia prometido alguma cousa mais que a lige, a fustão sendo dos principios, que não interviria na luta eleitoral dos interesses triumphantes. Aconselhava a delicadeza os seus preferenciosos membros do gabinete de 24 de Maio derrotado pelos conservadores, tanto mais quanto essa delicadeza tão facilmente se conciliava com as conveniencias do parlamento.

O Sr. José Bonifacio, designado ministro do Imperio, recusou todas as condições para fazer parte do novo gabinete, representando a provincia de S. Paulo, que não é ponto obscuro do Brasil, nessa paragem invis, era uma das esperanças mais bem fundadas do liberalismo da nossa terra, e fira membro do gabinete de 24 de Maio. Do seio da representação mineira foi contemplado o Sr. senador José Pedro Dias de Carvalho, que tambem fira parte daquelle ministerio, e ainda mais o Sr. C. Ottoni, a quem foi offerecida a pasta das obras publicas que elle não acceitou, preferindo ficar a um tempo com a presidencia da via ferrea Pedro II e a pasta, dando omen por si, o Sr. D. Domiciano, posto não visse no futuro realisadas as suas esperanças. O Sr. Delamar tambem fira collega do Sr. Zacarias no seu primeiro ministerio, era uma especialidade para a pasta da marinha. Embora representante do Mato Grosso, ponto obscuro,

paragem invis, fallava as sympathias da deputação fluminense, como natural que é da provincia do Rio de Janeiro, ponto luminoso, paragem accessivel, porque a freguesia de S. Genylo, onde elle nasceu, é ligada a esta corte por uma linha de vapores. O Maranhão, o berço afortunado da lige, cujo deputado tanto influencia no desenrolar da situação, não podia deixar de ser representado no gabinete, e o foi na pessoa do Sr. Dias Vieira, duplo representante das provincias septentrionales do imperio e do elemento conservador dissidente, que não podia ficar excluido do gabinete progressista. O Sr. José Mariano de Mattos, era uma especialidade para o exercicio, general muito distincto em sua arma; reputado entre os mais liberais e tão liberal que nullo em fileres mais eminentemente liberais do imperio, merito eminente que a nova era não podia jamais esquecer.

Ninguém dirá que este ministerio não fosse tão distincto entre os progressistas como o de 29 de Setembro havia sido entre os conservadores. Tanto um como outro, reunio as habilitações de que esses partidos podiam dispor no momento dado, ficando as outras nobilidades encarregadas da direcção das camaras, como em 1848 succedea aos Sr. Vasconcellos, Paraná, Olinda, Nabuco, Marcel Monteiro e tantos outros.

Se poucos dias depois, lavra a indisciplina nas camaras pretorias inculcada pelos chefes que não tinham sido postos, a causa não foi de certo a má organisação do gabinete, os rebals e sargentos arrojados em coronas, nem os generaes de papel.

O que é certo é que não continuaram a prestar seu apoio ao gabinete os marchões cujo voto decisivo concorrera para a sua organisação. Otto mezes erão depois decorridos, e as cohortes pretorianas fergavam a dissolução do ministerio, porque o Sr. José Bonifacio não queria acceter uma autorisação no tempo em que ella lhe era offerecida, ou porque não assentira na demissão do Sr. João Christiano, cuja presidencia já não convinha no Rio de Janeiro, depois do fallecimento do Sr. visconde de Maranhão.

A nomeação do Sr. Furtado para encarregar-se da organisação do novo gabinete foi constitucional e adaptada ás conveniencias parlamentares como havia sido a do Sr. Zacarias.

lugar em um assento elevado, situado n'uma das extremidades do pateo, dirigio-se á assembleia nos seguintes termos:

— Meus caros irmãos, anexo Deus em sua misericordia digosa se tocar o coração de um christão caritativo que compadeceu de seus irmãos menos felizes, e abandonou seus bens terrestres por amor de Christo. Quem elle? Ignoro-o e não quero mesmo precizar conhecê-lo. É um daquelles que não desjoa posuir thesours e que a fergam poder destruir, que o diabolos podem roubar; é um daquelles que, como o exemplo do bemaventurado S. L. Luce, prefere depositar os seus bens de Jesus Christo, alim de que estes por seu turno os depositem nos thesours celestes.

« Resolvi, portanto, como um presente de Deus, inspirador desta caridade, a distribuição que vai se fazer e que vos referir de tão seguro nos tempos de attribuições, que nos estão reservados. Tudo o que se vai poder ser retido, he de unir vos todos ao orgão familiar que nos leza bem e nos socorra. »

Durante esta curta exhortação o pobre Pencreto não sabia que pinguia devia tomar e não ouzava erguer os olhos. Elle se tinha o guizado para um canto por ter os assistentes, e subito compeço de se de seu emburgo, vira collocar ao diante d'elle e occupava o maior espaço que era possível, alim de occulto o melhor. Sua emção, porém, esteve prestes a estrupular, quando toda a assembleia pôde-se de joelhos e com os olhos e as mãos erguidas para o céu e clamou com fervor a uma só voz:

— Retribuam dignare, Domine, omnibus nobis bona factitibus, propter Nomen tuum, etc.

tam ceterum. Amen. ( )

Ao depois as escolas foram distribuidas; ellas erão mais consideráveis do que se appunha; e serviu tambem uma refeição abundante e elegantemente terminou-se aquella sessão edificante. Era cedo ainda e muitas pessoas d'entre os assistentes não tinham parte na refeição; uma allimentação espiritual e muito mais delicada lhes estava preparada na igreja titular visinha.

Quando tudo finhou, Cecilia insistiu para reconvulzar o seu pobre paralytico; dizia que queria vê-lo em segurança em sua casa, e queria tambem corrigir a sua passada bondade do pateo.

Durante o caminho ella conversava tão alegremente com seu companheiro que este admoestrou-se por achar-se tão depressa á porta de sua humilde mas decente morada.

A bella parecia bastante cheia; o vulto deprimiu o seu contendo e poz-se a contalia; com grande surpresa sua achou parte do brado de emulação. Na primeira occasião, que se apresentou, tomou informação do diocesis. Respondeo, mas este em nada o pôde deslucrar; e voltava se elle tivesse visto Cecilia para deo que debara o canto da rua e sorrir melancolicamente como se tivesse achado de pragar uma boa papa; se elle a tivesse visto correr, esueta e vultuosa, facilmente achado a de fracção de emigra, que tanto o atormentava. (Continúa.)

(1) Cuius-se que Nepotem per occasiões de sua conversão distribuira todos os seus bens aos pobres. S. Paulino do nota for a mesma coisa.

(Santo Agostinho.)

(1) Sembr, dignam-vois em recompensa conceder a vida eterna a todos aquelles que nos fazem bem por amor de vos.

## ANEXO E – Correspondência Coleção Varela – José Marianno de Mattos - 1839

004  
 5779  
 M. Loure  
 Havendo o Governo em officio datado de hoje authorisado ao bo-  
 ronel Commandante da Divisão da Guarda a criação de um  
 Esquadão de Libertos de S. S. , haja V. S. de Remetter  
 He d'ora em diante todos os individuos, que, na conformidade  
 da Circular de 31 de Agosto pp., forem recrutados  
 neste Departamento, e estiverem nas Circunstancias de servir co-  
 mo Saneiros; o que V. S. cumprirá mui escriptosamen-  
 te. Deus Guarde a V. S. Sua  
 tenia da Guarnição de Cacapava 19 de Novembro de 1839.

José Marianno de Mattos

M. Sen. Ignacio José d'Almeida Guimarães.

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/RS.